

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**SER OU TORNAR-SE NEGRO NA UENF? A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
RACIAL DE ESTUDANTES NEGROS COTISTAS**

LUIZ GUSTAVO BORGES DO ROSARIO

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

2023

LUIZ GUSTAVO BORGES DO ROSARIO

**SER OU TORNAR-SE NEGRO NA UENF? A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
RACIAL DE ESTUDANTES NEGROS COTISTAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), como requisito para a obtenção do título de mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Junior

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pelo autor.

R789 Rosario, Luiz Gustavo Borges do.

Ser ou tornar-se negro na UENF? A construção da identidade racial de estudantes negros cotistas / Luiz Gustavo Borges do Rosario. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

129 f. : il.

Bibliografia: 118 - 127.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2023.

Orientador: Roberto Dutra Torres Junior.

1. Relações Raciais. 2. Identidade Racial. 3. Ações Afirmativas. 4. Universidade. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

SER OU TORNAR-SE NEGRO NA UENF? A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE RACIAL DE ESTUDANTES NEGROS COTISTAS

Luiz Gustavo Borges do Rosario

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), como requisito para a obtenção do título de mestre em Sociologia Política.

Aprovada em: 20 de abril de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Junior (Sociologia – Humboldt-Universität Zu Berlin)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF
(Orientador)

Prof. Dra. Luciane Soares da Silva (Sociologia e Antropologia – UFRJ)
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Prof. Dr. Marcos Abraão Fernandes Ribeiro (Sociologia Política – UENF)
Instituto Federal Fluminense – IFF

Prof. Dr. Edimilson Antonio Mota (Educação – UFRJ)
Universidade Federal Fluminense – UFF

À minha mãe,
minha maior incentivadora.

AGRADECIMENTOS

Talvez essa seja a parte mais difícil deste trabalho. Qualquer trajetória acadêmica é atravessada por diversos momentos e por diversas pessoas. Aqui, em poucas palavras, deixo meus agradecimentos a algumas pessoas que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

À minha família, por sempre torcerem e me incentivarem, cada um da sua própria maneira.

Ao meu orientador, Roberto Dutra, pela enorme paciência, críticas e por me tirar de minha zona de conforto enquanto pesquisador.

Aos meus amigos, que sempre me apoiaram e foram meus maiores motivadores nos momentos de frustração. Deixo um agradecimento especial a Luany Cruz e Isadora Queiroz, ambas, de formas distintas, foram fundamentais durante essa trajetória, me incentivando nas horas de desânimo e cansaço. Também agradeço a Maria Teresa Petrucci, Mirella Damas, Davi Lobo e Marcyo Balthazar. Todos os citados aqui comemoraram cada conquista junto comigo e, por isso, serei eternamente grato pela amizade de vocês.

Aos estudantes que aceitaram participar da pesquisa.

À minha turma de mestrado, sem o apoio mútuo, essa jornada seria muito mais difícil.

Aos professores Marcos Abraão, Luciane Soares e Edimilson Mota, que aceitaram compor a banca examinadora.

À UENF, não apenas pela concessão da bolsa, mas, pela oportunidade de poder ter sido aluno desta instituição, algo que sempre foi um sonho.

Deixo aqui meu agradecimento a todos que, direta ou indiretamente, puderam contribuir com minha formação como pesquisador e como ser humano.

*A nossa escrevivência não pode ser lida como
história de ninar os da casa-grande, e sim para
incomodá-los em seus sonos injustos.*

Conceição Evaristo

RESUMO

ROSARIO, Luiz Gustavo Borges do. **Ser ou tornar-se negro na UENF? a construção da identidade racial de estudantes negros cotistas.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

A identidade racial brasileira, especialmente a negra, e as diferentes formas de racismo presentes na sociedade, têm sido tema central de discussão política e cultural, presentes em discursos midiáticos, produtos culturais de massa, pronunciamentos oficiais, universidades e outros espaços sociais, contudo, em uma sociedade marcada pelo racismo, torna-se um desafio construir uma identidade racial positiva. A identidade é considerada uma construção pessoal e subjetiva, que pode englobar diversas experiências, traços culturais, políticos e físicos, logo, compreender a identidade racial em sua totalidade requer uma abordagem ampla e complexa. Desse modo, emerge a seguinte questão-problema: Qual o efeito do ambiente universitário sobre a identidade étnico-racial dos estudantes negros cotistas? A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e utiliza um levantamento bibliográfico com autores como Munanga (1986; 1999; 2004), Goffman (2004), Gomes (2000; 2005; 2012) e Guimarães (1999; 2001; 2003) para embasá-la teoricamente. Para a coleta de dados, inicialmente foi empregada a técnica de *snowball* para contatar sujeitos-objeto da pesquisa, os estudantes negros cotistas dos cursos de graduação da UENF, e, em seguida, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. A realização e o envolvimento dos estudantes em múltiplas atividades e locais do ambiente acadêmico foram essenciais para ampliar a visão dos alunos em relação às relações raciais e para promover o reconhecimento e afirmação de sua identidade racial. A convivência no ambiente acadêmico exerce uma determinada influência na formação das identidades dos alunos, moldando suas concepções sobre a negritude e sobre ser negro no Brasil, assim como as relações de poder na sociedade.

Palavras-chave: Relações Raciais. Identidade Racial. Ações Afirmativas. Universidade.

ABSTRACT

ROSARIO, Luiz Gustavo Borges do. **To be or become black in UENF? the construction of the racial identity of black quota students.** Dissertation (Master in Political Sociology) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

The Brazilian racial identity, especially the Black one, and the different forms of racism present in society, have been a central theme of political and cultural discussion, present in media discourses, mass cultural products, official pronouncements, universities and other social spaces, however, in a society marked by racism, it becomes a challenge to build a positive racial identity. Identity is considered a personal and subjective construction, which can encompass different experiences, cultural, political and physical traits, so understanding racial identity in its entirety requires a broad and complex approach. Thus, the following question-problem emerges: What is the effect of the university environment on the ethnic-racial identity of Black quota students? The research is characterized as qualitative and uses a bibliographic survey with authors such as Munanga (1986; 1999; 2004), Goffman (2004), Gomes (2000; 2005; 2012) and Guimarães (1999; 2001; 2003) to support it theoretically. For data collection, the snowball technique was initially used to contact the subject-object of the research, the Black quota students of the UENF undergraduate courses, and then semi-structured interviews were carried out. The achievement and involvement of students in multiple activities and locations in the academic environment were essential to broaden students' view of race relations and to promote recognition and affirmation of their racial identity. Living together in the academic environment exerts a certain influence on the formation of students' identities, shaping their conceptions about Blackness and about being Black in Brazil, as well as power relations in society.

Keywords: Race Relations. Racial Identity. Affirmative Actions. University.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1. Perfil dos estudantes entrevistados.....	18
Quadro 2. Perfil racial dos estudantes entrevistados.....	19
Figura 1 - Estudos para Tintas Polvo, de Adriana Varejão.....	44
Gráfico 1 - Número de universidades federais que aderiram a ações afirmativas por Ano.....	79
Gráfico 2 - Número de universidades estaduais que aderiram a ações afirmativas por ano.....	79
Gráfico 3. Proporção de reservas para grupos beneficiários nas universidades federais e estaduais em 2020.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cor induzida versus cor espontânea – Brasil, 1976.....	43
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBB – Centro de Biociências e Biotecnologia

CCH – Centro de Ciências do Homem

CCT – Centro de Ciência e Tecnologia

CCTA – Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias

CECAN – Centro de Cultura e Arte Negra

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FNB – Frente Negra Brasileira

GEMAA – Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MUCDR – Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial

NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SISU – Sistema de Seleção Unificada

UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UHC – União dos Homens de Cor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
METODOLOGIA.....	16
CAPÍTULO 1 – AS RELAÇÕES RACIAIS E A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA.....	23
1.1 INTERFACES ENTRE ESCRAVIDÃO, RACISMO E RELAÇÕES SOCIAIS.....	23
1.2 DEMOCRACIA RACIAL: UTOPIA OU DISTOPIA?.....	28
1.3 A IDEOLOGIA DO BRANQUEAMENTO.....	32
1.4 A MISTIÇAGEM E SUAS IMPLICAÇÕES.....	36
1.5 O COLORISMO.....	41
1.6 O VIÉS DO MULTICULTURALISMO.....	45
CAPÍTULO 2 – IDENTIDADE EM PERSPECTIVA: ENTRE SUBJETIVIDADES E LUTAS POLÍTICAS.....	50
2.1 DIÁLOGOS SOBRE A IDENTIDADE.....	50
2.2 IDENTIDADE NEGRA: NOVOS TEMPOS, NOVOS RUMOS.....	55
2.3 O RECONHECIMENTO EM QUESTÃO.....	58
2.4 A CRÍTICA AO IDENTITARISMO.....	65
2.5 O MOVIMENTO NEGRO E AS DEMANDAS POR AÇÕES AFIRMATIVAS.....	69
2.5.1 DAS AÇÕES AFIRMATIVAS À POLÍTICA DE COTAS.....	71
2.5.2 O NOVO PERFIL RACIAL DAS UNIVERSIDADES.....	78
CAPÍTULO 3 - A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA UENF.....	83
3.1 AS COTAS RACIAIS.....	83
3.2 A DISCRIMINAÇÃO.....	93
3.3 O SER NEGRO.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	118

INTRODUÇÃO

As ações afirmativas surgem interligadas aos movimentos sociais que buscavam maior igualdade e instrumentos que perpetuassem o acesso à bens e serviços para todos. Essas ações objetivam uma desigualdade no tratamento como mecanismo de restituir uma igualdade que foi rompida ou que nunca existiu. A implementação de ações afirmativas nas universidades brasileiras tem sido uma das políticas públicas mais debatidas e controversas nos últimos anos. Ainda assim, muitos estudiosos e pesquisadores concordam que a adoção dessas políticas é um passo importante para promover a equidade social e combater a exclusão educacional.

Podemos atribuir a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), as primeiras experiências de adoção da política de cotas no ensino superior, com enfoque para estudantes oriundos da rede pública estadual de ensino e para a população negra, a partir do processo seletivo 2002/2003, através da Lei n.º 3.524¹, de 28/12/2000 e da Lei n.º 3.708², de 09/11/2001 (AMARAL, 2006).

A principal mudança acarretada pela adoção da política de cotas nas universidades foi a inclusão de um novo público, que antes sofria com a baixa representação no ambiente universitário. A presença de um número maior de estudantes negros tem gerado mudanças na forma como a universidade lida com a questão racial, a universidade é levada a repensar suas práticas pedagógicas, seu currículo e sua relação com a comunidade. Contudo, debates sobre as experiências desses estudantes também foram levantados, buscando entender de que forma a identidade racial desses alunos poderiam atravessar suas vivências e a forma como os estudantes interagem com a cultura acadêmica.

Apesar da manutenção de estruturas, os grupos marginalizados também atuam na perspectiva de promoção de alterações nas realidades em que se inserem. É fundamental reconhecer que os embates acerca da história, vivências, da ocupação

¹ Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providências.

² Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à universidade do estado do Rio de Janeiro e à universidade estadual do norte fluminense, e dá outras providências.

dos espaços de poder e representação simbólica entre os grupos minoritários nunca se deram em igualdade de condições.

E é seguindo nesta linha de pensamento que o presente trabalho se insere, pois, compreende-se como a diferença e a identidade são produzidas culturalmente e socialmente, estando expostas às influências constantes das relações sociais dos diferentes contextos em que circulam. Assim, considerando esse cenário, emerge a seguinte questão-problema: Qual o efeito do ambiente universitário sobre a identidade étnico-racial dos estudantes negros cotistas?

Como objetivo no presente trabalho, intencionou-se investigar as experiências relacionadas à construção identitária, vivenciadas no espaço universitário, de alunos que ingressaram na graduação através do sistema de cotas étnico-raciais. Especificamente, buscou-se investigar as concepções dos alunos sobre sua identidade racial durante sua permanência no ensino superior; averiguar se os ambientes frequentados a partir da vida acadêmica, como festas universitárias, coletivos, grupos de estudos, dentre outros locais, influenciaram na reconstrução identitária dos alunos; comparar o processo de vivências em cursos de graduação distintos.

A pesquisa apresenta estrutura de uma pesquisa qualitativa, com caráter explicativo, fazendo uso de um levantamento bibliográfico, com autores como Hall (2005; 2006), Munanga (1986; 1999; 2004), Goffman (2004); Gomes (200; 2005; 2012) Guimarães (1999; 2001; 2003), buscando aporte e trabalhando com conceitos teóricos para dar embasamento à pesquisa. Para a coleta dos dados, inicialmente foi adotada a técnica de *snowball*, para contatar sujeitos-objeto da pesquisa, estudantes negros cotistas, e a utilização de entrevistas semiestruturadas. Já para a análise, adotamos a técnica de triangulação.

Ao abordarmos a construção e autoafirmação de uma identidade étnica, podemos considerar que, quando a tomarmos como tópico de reflexão e discussão, ela não pode ser vista de modo essencializado, pois, como toda e qualquer outra identidade, ela é derivada de múltiplos processos históricos e transpassada por diversas complexidades, inconstâncias e mudanças que ocorrem a partir dos contextos históricos, sociais e dos interesses em que se dão os usos e reflexões a seu respeito.

Ao afirmar a identidade e, conseqüentemente, fazer uma demarcação da diferença, o indivíduo está implicando mecanismos de inclusão e exclusão, expondo

“o que ele é” e ao mesmo tempo “o que ele não é”. A identidade e a diferença são pilares complementares. A identidade surge do diálogo entre concepções representadas por discursos de uma cultura, como é possível analisar em movimentos étnicos, religiosos e nacionalistas, que constantemente reivindicam uma cultura ou uma história comum como fundamento de sua identidade. Possivelmente, seja essa uma das motivações para que os marcadores sociais da diferença estejam ganhando cada vez mais notoriedade nas pesquisas acadêmicas contemporâneas.

Como expõem diversas pesquisas de cunho interdisciplinar, a definição, construção e afirmação de identidades, tanto sociais como pessoais, são processos excessivamente complexos e densos, que se conectam com múltiplos fatores e variáveis. Desse modo, é necessário uma cautelosa análise da trajetória dos indivíduos, para que toda a dimensão do processo de construção identitária seja contemplada. É necessário explorarmos além do binarismo racial e analisarmos as múltiplas camadas de uma identidade étnica, compreendendo que existem diversas outras categorias raciais para os que não se identificam como branco.

Para abordar essas questões, as universidades precisam estar comprometidas em criar um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os estudantes, independentemente da sua identidade racial. Isso significa trabalhar ativamente para combater o racismo sistêmico, adotar políticas e práticas que promovam a diversidade e a inclusão e fornecer recursos e apoio para estudantes de todos os grupos raciais.

Este trabalho estrutura-se em três partes, ou capítulos, que sucedem sua introdução e a metodologia. Na primeira parte, apresenta-se uma trajetória acerca das relações étnico-raciais e sua relação com a formação social brasileira, abordando os processos históricos, com ênfase na discussão do racismo, democracia racial, ideologia do branqueamento, mestiçagem, colorismo e multiculturalismo, analisando cenários e conjunturas que resultaram no panorama contemporâneo em que estamos inseridos

A segunda parte dedica-se a compreender as questões identitárias, buscando abordar a conceituação de identidade, principalmente da identidade negra, e a questão do reconhecimento, enfatizando também as críticas tecidas ao identitarismo. Neste mesmo capítulo, também destacamos a participação do movimento negro na demanda por ações afirmativas e seu percurso até a aplicação de tal política no ensino superior.

Já a terceira e última parte centra-se na análise e discussão do processo de (re)construção da identidade racial dos estudantes da UENF que ingressaram no ensino superior através do sistema de cotas raciais. Neste capítulo buscamos evidenciar as múltiplas nuances desse processo e como a universidade pode ter interferido no seu auto reconhecimento étnico, analisando e discutindo os dados levantados durante a pesquisa.

METODOLOGIA

Pinho (2003) relata que o estudo da problemática étnico-racial no Brasil só pode ser realizado partindo da historicização minuciosa da “situação” racial do país, isto é, considerar a literatura teórica e empírica brasileira, mas também, se atentar para categorias, processos, lutas e interpretações reflexivas que são colocadas em movimento pelos próprios sujeitos e grupos sociais. Logo, inicialmente será realizado um levantamento bibliográfico, buscando investigar materiais já produzidos sobre a temática investigada, objetivando adquirir uma base teórica para corroborar a presente pesquisa.

Assim, a pesquisa apresenta estrutura de uma pesquisa qualitativa, a qual, em concordância com Minayo (2010), consiste em uma modalidade de pesquisa que visa responder a questões de caráter particular. Em virtude de que esta modalidade ocupa, nas Ciências Sociais, um nível de realidade que não pode ou não deve ser quantificado, ou seja, a mesma trabalha com o espaço dos significados, das motivações, das aspirações, dos ideais, dos valores e das atitudes, os quais na concepção da autora conceituam um conjunto de fenômenos humanos que podem ser entendidos como elemento da realidade social. Considerando que o escopo da pesquisa qualitativa é a compreensão e o ser humano se distinguir não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações pela perspectiva interna, como pela externa, pela realidade vivida e pela realidade partilhada com os seus semelhantes, a abordagem qualitativa caracteriza-se como a melhor opção para sustentar a pesquisa.

Minayo (2007) ainda elucida que a investigação qualitativa requer como atitudes fundamentais a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os autores sociais envolvidos, podendo os instrumentos de trabalho serem modificados durante o processo de trabalho no campo. A autora ainda expressa que numa pesquisa qualitativa o pesquisador deve ter a preocupação com o aprofundamento, a abrangência e a diversidade no processo de compreensão, realizando uma amostra qualitativa adequada, sendo a que reflète a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo investigado. Corroborando, Deslauriers e Kérisit (2010) expõem que pesquisa qualitativa possibilita que o pesquisador explore determinadas questões que o método quantitativo não consegue abordar, considerando que a pesquisa qualitativa se

caracteriza por um enfoque humanístico, interativo e empático. Esse tipo de pesquisa se concentra no conjunto de significados, valores, crenças e comportamentos sociais que não poderiam ser passíveis de quantificação.

A pesquisa ainda apresenta caráter explicativo, visto que esse tipo de pesquisa objetiva explicar o porquê da ocorrência de distintos fenômenos, de modo aprofundado, os fatores que o causam ou contribuem para sua ocorrência, e principalmente, qual é a explicação para a relação entre os fenômenos. A pesquisa também fez uso de um estudo bibliográfico, buscando aporte e trabalhando com conceitos teóricos para dar embasamento à pesquisa, além de um estudo de caso, visando o conhecimento amplo e detalhado (GIL, 2008).

Alguns critérios foram determinados para a realização da pesquisa, sendo o primeiro o estabelecimento do lócus de realização da pesquisa, que foi desenvolvido na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Logo após, foi estabelecido o público-alvo da pesquisa, que foi composto por estudantes negros dos cursos de graduação da UENF, que ingressaram através do sistema de cotas étnico-raciais.

Para contactar os estudantes, foi utilizada a técnica “bola de neve”, ou, *snowball*, que, de acordo com Vinuto (2014), faz uso de uma cadeia de referências e pode ser útil para pesquisar grupos difíceis de serem acessados. Justificamos a utilização de tal técnica, uma vez que a condição de estudante cotista pode ser mantida em segredo por determinados estudantes, logo, a técnica possibilitou a conexão com estudantes que não apresentam nenhum tipo de impedimento com a condição de cotistas e não teriam empecilho em compor a pesquisa. Também cabe ressaltar que, devido a pandemia da Covid-19, a pesquisa se iniciou de forma remota, com a contatação dos indivíduos através das redes sociais, o que mostrou tal técnica como a mais indicada para o momento inicial da pesquisa.

Para a coleta de dados com os sujeitos-objeto foi utilizada o método de entrevista, que segundo Gil (2008) é uma das técnicas mais utilizadas no âmbito das Ciências Sociais para coletar dados, onde praticamente todos os profissionais que tratam de questões relacionadas à humanidade, valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos destinados a diagnósticos e orientação.

Após o contato inicial através das redes sociais, entramos em contato novamente com os estudantes, objetivando marcar datas e horários para as

realizações das entrevistas. Cabe ressaltar que entramos em contato com 32 estudantes, contudo, apenas dez deram um retorno, aceitando o convite para participar da pesquisa. Das dez entrevistas, sete foram realizadas no âmbito da UENF, enquanto as demais foram realizadas de forma remota, através do *Google Meet*.

As entrevistas realizadas na UENF tiveram duração de 20 a 25 minutos cada e ocorreram em diversas áreas da instituição, onde os alunos estariam presentes em tais momentos, buscando respeitar seus horários e compromissos e também deixando-os o mais confortável possível. Já as entrevistas remotas ocorreram ao fim de semana, visto que os alunos não estariam ocupados com suas atividades acadêmicas.

A modalidade de entrevista utilizada pela pesquisa foi a do tipo semiestruturada, que tem como atributo um roteiro prévio, mas, permite que perguntas fora do planejamento sejam realizadas. Essa modalidade é indicada para estudar um fenômeno com um grupo específico, na qual o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto (MANZINI, 2012).

Iniciamos as entrevistas colhendo dados pessoais, como gênero, curso, ano de ingresso, idade e como se identificaram racialmente. Seguindo o roteiro, que possui três blocos de perguntas, o primeiro com perguntas relacionadas as cotas raciais, o segundo em relação a discriminação racial e o terceiro com perguntas interligadas as experiencias dentro da instituição enquanto estudante negro.

Apesar de toda solicitude dos alunos em responderem às perguntas do primeiro e do último bloco, foi possível notar um certo desconforto em responder as perguntas do segundo bloco, que remeteram as discriminações raciais sofridas por eles dentro da UENF. Todos responderam às perguntas, entretanto, alguns fizeram pausas, silêncios e pareciam estarem envergonhados por terem sido submetidos a tais situações.

Para análise e discussão dos dados foi utilizada a técnica de triangulação, que podemos caracterizar como um procedimento que combina múltiplos fatores, como métodos de coleta de dados, diferentes perspectivas teóricas e diferentes lapsos temporais, para consolidar suas conclusões a respeito do fenômeno que está sendo investigado.

A triangulação é uma dessas estratégias de aprimoramento dos estudos qualitativos envolvendo diferentes perspectivas, utilizada não

só para aumentar a sua credibilidade, ao implicar a utilização de dois ou mais métodos, teorias, fontes de dados e pesquisadores, mas também possibilitar a apreensão do fenômeno sob diferentes níveis, considerando, desta forma, a complexidade dos objetos de estudo (problemas complexos e condições de vida complexas) (SANTOS *et al.*, 2020, p. 656).

Assim, os dados coletados foram devidamente organizados, interligados e interpretados pelo pesquisador, tendo embasamento nos fundamentos teóricos. Desse modo, permitindo um melhor aprofundamento da descrição, explicação e compreensão do objeto em estudo. Uma vez que um fenômeno social não pode ser interpretado de forma isolada, sem levar em consideração as raízes históricas, os significados culturais e as vinculações tênues e necessárias com sua realidade social (TRIVIÑOS, 1999).

Como citado previamente, a pesquisa possui como interlocutores estudantes dos cursos de graduação da UENF, que se declaram como pretos ou pardos e que ingressaram na instituição através do sistema de cotas raciais. Assim, no quadro 1 foi tecido os perfis dos estudantes entrevistados, contendo informações pertinentes sobre os sujeitos-objeto, para que, assim, possamos compreender as experiências vivenciadas por estes estudantes dentro da instituição.

Quadro 1. Perfil dos estudantes entrevistados.

Estudantes	Curso	Centro	Ano de Ingresso	Gênero	Idade
Carlos	Engenharia Civil	Centro de Ciência e Tecnologia - CCT	2017	Masculino	23
Bruna	Medicina Veterinária	Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias - CCTA	2017	Feminino	25
Marina	Zootecnia	Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias - CCTA	2018	Feminino	22
Paula	Administração Pública	Centro de Ciências do Homem - CCH	2019	Feminino	24
Carolina	Física	Centro de Ciência e Tecnologia - CCT	2021	Feminino	20
Bianca	Engenharia Civil	Centro de Ciência e Tecnologia - CCT	2018	Feminino	25
Yasmin	Pedagogia	Centro de Ciências do Homem - CCH	2019	Feminino	24
Lucas	Agronomia	Centro de Ciências e Tecnologias	2019	Masculino	21

		Agropecuárias - CCTA			
Paola	Ciências Sociais	Centro de Ciências do Homem - CCH	2019	Feminino	23
Felipe	Ciências Biológicas	Centro de Biociências e Biotecnologia - CBB	2019	Masculino	24

Fonte: Elaboração do autor.

Como exposto, a idade dos entrevistados variou dos 20 aos 25 anos. E o ano de ingresso de 2017 a 2021, sendo assim, apenas um entrevistado ingressou durante a pandemia. Outro fator de destaque foi o número de respostas femininas. Como citado, mais de 30 alunos foram procurados, contudo, o maior *feedback* foi de alunas. Uma das possíveis respostas seria o crescente número de mulheres no ensino superior. Como o Censo 2020 aponta, cerca de 58% (5.021.998) dos matriculados no ensino superior são formados pelo gênero feminino. O que levanta o questionamento, se na UENF ocorre o mesmo, deixando margem para futuras pesquisas sobre a temática de gênero.

Já no quadro 2 construímos um modelo de perfil racial dos entrevistados, abordando e tabulando aspectos relativos à sua identificação de cor/raça a partir de suas próprias percepções e experiências.

Quadro 2. Perfil racial dos estudantes entrevistados.

Estudantes	Cor/Raça segundo a classificação do IBGE	Concordância com a classificação do IBGE	Quesitos que levaram à classificação desta Cor/Raça
Carlos	Preta	Sim	A própria cor da pele.
Bruna	Parda	Sim	Através de leituras, através de encontros do movimento negro.
Marina	Parda	Sim	Pelo tom de pele mais claro.
Paula	Preta	Sim	Fenótipo.
Carolina	Parda	Sim	O tom da minha pele.
Bianca	Preta	Sim	A cor da minha pele, meus ancestrais, os meus traços físicos.
Yasmin	Parda	Sim	Meu tom de pele e minhas vivências.

Lucas	Parda	Sim	Minha cor.
Paola	Parda	Sim	Minha cor e a leitura racial, que vivi, sempre fui lida pela sociedade como negra.
Felipe	Preta	Sim	Minha cor, meu cabelo, minha família.

Fonte: Elaboração do autor.

Uma das perspectivas mais comuns na definição de uma pessoa como negra é baseada em critérios biológicos, como a cor da pele e outras características físicas. Sendo, assim, é possível analisar pelas declarações dos estudantes entrevistados, presentes no quadro 2, que a cor da pele é um fator primordial para sua identificação enquanto negro, seja preto ou pardo.

Segundo essa abordagem, uma pessoa é considerada negra se tiver uma aparência física associada a grupos étnicos historicamente identificados como negros. No entanto, essa perspectiva tem sido criticada por ser uma concepção reducionista da identidade negra, que desconsidera a complexidade e a diversidade das experiências culturais e sociais da comunidade negra. Isso se dá devido ao fato que, “a cor não é uma categoria objetiva, cor é uma categoria racial, pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a idéia de raça que orienta essa forma de classificação” (GUIMARÃES, 2008). A raça vai além da pigmentação da pele. Como também citado por alguns entrevistados, outras características físicas, como o tipo de cabelo, formato do nariz e dos lábios, por exemplo, também são usadas para definir a cor de um indivíduo (GUIMARÃES, 1999).

Outra perspectiva importante na definição de uma pessoa como negra é baseada em critérios culturais. Segundo essa abordagem, a identidade negra é construída a partir de uma série de práticas culturais, valores e tradições que são compartilhados pela comunidade negra. Nessa perspectiva, a identidade negra é vista como um processo social e histórico, que se desenvolve a partir das experiências compartilhadas e da construção de uma identidade cultural comum.

Também devemos citar uma terceira perspectiva importante na definição de uma identidade racial, sendo ela baseada em critérios políticos. A identidade negra está ligada à luta por direitos e justiça social para a população negra. Nesse panorama, ser negro não é apenas uma questão de aparência ou cultura, mas uma

posição política e social que se manifesta na luta contra o racismo e outras formas de opressão.

Há também autores que argumentam que a definição de uma pessoa enquanto negra é uma questão subjetiva, que depende da autoidentificação da própria pessoa. Assim, essa identidade é vista como uma construção pessoal e subjetiva, que pode incluir uma variedade de experiências, traços culturais e características físicas. Tal perspectiva busca valorizar a autonomia e a liberdade individual na construção da própria identidade racial.

Portanto:

Falar de identidade negra envolve riscos, pois a expressão tanto revela quanto oculta. Revela, por exemplo, que de um modo geral aqueles que são considerados “negros”, “pretos”, “mulatos”, “pardos” etc. têm também um modo subjetivo de se autodenominar e partilhar com outros a diferença racial em relação aos grupos nacionalmente dominantes. Esconde, entretanto, que os modos de se identificar racialmente, assim como as estratégias de abrigar-se na nacionalidade brasileira, podem ser múltiplas (GUIMARÃES, 2003, p. 247).

Portanto, uma análise de identidade racial que se baseia exclusivamente em critérios físicos apresenta problemas significativos. Esse tipo de análise torna-se ainda mais problemático ao se considerar o contexto brasileiro, onde uma grande parcela da população é classificada como “parda”. Nesse sentido, é necessário adotar uma abordagem mais ampla e complexa para compreender a identidade racial em sua totalidade.

CAPÍTULO 1 – AS RELAÇÕES RACIAIS E A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Para discutirmos as questões de cunho racial na em um contexto contemporâneo, se faz necessário analisar os cenários e conjunturas que culminaram nos contextos contemporâneos que vivenciamos, isto é, apresenta-se como um fator crucial uma análise da sociedade brasileira, partindo do século XVI, período em que se iniciou sistema escravocrata no Brasil, até a contemporaneidade, tecendo interlocuções entre os efeitos do sistema escravista em múltiplos panoramas da sociedade contemporânea.

1.1 INTERFACES ENTRE ESCRAVIDÃO, RACISMO E RELAÇÕES SOCIAIS

O ponto inicial da escravidão no Brasil ocorre com a então “descoberta” do território brasileiro pelos portugueses, em 1500. Com a iminente exploração da nova terra, paralelamente, surgiu o simultâneo aparecimento da presença negra para cumprir com seu papel de “força de trabalho”. Em 1535, o comércio de escravos para o Brasil já se encontrava consolidado e, rapidamente, aumentaria em proporções ainda maiores (NASCIMENTO, 2017). A população negra escravizada desempenhou um papel fundamental na origem da história econômica do Brasil, pois, sem os indivíduos escravizados, a estrutura econômica do país nunca existiria.

O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca (NASCIMENTO, 2017, p. 44).

Como o sociólogo Clóvis Moura explica em sua obra '*Rebeliões da Senzala*', a escravidão no Brasil emergiu de dois fenômenos distintos, mas que se complementam, sendo o primeiro a continuação do desenvolvimento interno da sociedade nos moldes coloniais – onde ocorreu a evolução de um simplório aglomerado de feitorias em um amplo território para um sistema de estratificação social fechado em estruturas feudais – e o segundo foi a consequência dos interesses das nações colonizadoras visando a expansão comercial e mercantil.

Em um sistema de estratificação fechado, o status é atribuído, não adquirido.

Assim, esse tipo de status irá depender de múltiplos fatores, como os laços familiares, fatores políticos, fatores étnicos e fatores religiosos. A escravidão caracteriza-se como um principais sistemas de estratificação, visto que indivíduos tornaram-se propriedade de outros, como se fossem objetos, o que resultou em desigualdades seculares para os descendentes daqueles que foram escravizados.

O autor, apesar de sua notoriedade no campo das ciências humanas por suas pesquisas acerca do processo histórico brasileiro no período escravista, busca correlacionar os conflitos antagônicos entre escravizados e escravocratas numa perspectiva capitalista, expondo, dessa forma, o início da subordinação da população negra no Brasil, bem como a presença da luta de classes desde o período colonial, sendo os quilombos e todos outros atos de resistências negras considerados expressões das rupturas na dinâmica das relações de produção capitalista ou, neste caso, escravistas.

A manutenção da escravidão não era interesse apenas de grandes senhores de escravos, uma vez que, até a primeira metade do século XIX, a posse de escravos era algo comumente disseminado entre as diversas camadas da sociedade, incluindo religiosos, militares, funcionários públicos, artesãos, taverneiros, comerciantes e, até mesmo, pequenos lavradores. Sucedeu-se uma convergência de interesses entre os escravistas, os grandes e pequenos, objetivando garantir a continuidade da escravidão no Brasil. Por isso, em 1822, ao tornar-se independente de Portugal, houve um grande esforço das elites nativas para promover a modernização das instituições sem encerrar o sistema escravagista (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

Até mesmo os mais promissores avanços, em termos legais no país, como a primeira constituição do Brasil, promulgada em 1824, manteve inviolado o direito de propriedade dos senhores sobre seus escravos, expondo, desse modo, o grande dilema vivido pelo Brasil durante todo o século XIX, onde os princípios do liberalismo eram defendidos, segundo os quais todos os homens estariam livres e iguais, entretanto, ao mesmo tempo, a escravidão era mantida.

A escravidão foi muito mais do que um sistema econômico. Ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência. A partir dela instituíram-se os lugares que os indivíduos deveriam ocupar na sociedade, quem mandava e quem devia obedecer (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 66-68).

Ante tal cenário, se faz necessário introduzirmos a questão da cultura do silêncio normativo, ou uma não comunicação, da desigualdade contra a população negra, desde o período da abolição, em 1888, até à Constituição Federal de 1988, caracterizando-se como um problema secular no Brasil. A não-tematização da desigualdade racial irá se estender ao longo de praticamente todo o século XX, fazendo com que, desse modo, a inclusão, integração e reconhecimento dos negros nas esferas sociais não ocorra e a negação de direitos baseada em caráter racial se perpetue, como Azevedo (2016) apresenta.

O silêncio normativo se tornaria algo relativamente normatizado no Brasil e encontraria legitimação na resistência do país em assumir suas origens racistas, bem como na relutância em dar visibilidade à luta contra o racismo e colocá-lo como pauta central no debate acerca dos direitos humanos. A partir do momento em que a comunicação é negada, o outro é reduzido e tem sua condição de pessoa retirada, tornando-o descartável, e, assim, a violência emerge nas mais distintas formas, como, por exemplo, no racismo. Assim, negar o conceito de raça, buscando desconstruir o racismo, será, exatamente, o tipo de comunicação, ou ação, de reforço do racismo, que culminará na invisibilização desses indivíduos.

Se faz necessário apresentarmos o conceito de racismo, que, segundo Silvio Almeida (2019) não se resume a meros preconceitos individuais, mas é um sistema estrutural presente em diversas esferas da sociedade. Para o autor, o racismo é resultado de processos históricos, como a colonização e a escravidão, que estabeleceram relações de poder e opressão racial duradouras. Ele argumenta que o racismo não pode ser entendido isoladamente, mas deve ser analisado em conjunto com outras formas de opressão, como classe social e gênero, em uma perspectiva interseccional.

Dessa forma, o racismo pode se manifestar de distintas maneiras. O racismo institucional refere-se às práticas discriminatórias presentes em instituições e políticas públicas, que perpetuam desigualdades raciais. O racismo estrutural, por sua vez, está relacionado à reprodução das desigualdades raciais por meio de estruturas sociais e econômicas, que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros. O racismo individualista, visto como patologia ou anormalidade, considerando-o como um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo atribuído a grupos isolados, que pode ser visto como uma “irracionalidade” a ser combatida por meio de

sanções civis, como indenizações, ou penais no âmbito jurídico, mas que também pode não reconhecer a existência do “racismo” em si, mas apenas do “preconceito”, enfatizando a natureza psicológica do fenômeno em detrimento de sua dimensão política (ALMEIDA, 2019).

Assim, a conceituação de racismo de Almeida (2019) enfatiza a importância de compreendermos o racismo como um fenômeno estrutural e sistêmico, que vai além do âmbito individual. Buscando problematizar as estruturas e instituições que perpetuam desigualdades raciais, além de questionar os discursos e conhecimentos que reforçam essas hierarquias.

Aníbal Quijano (2000) também nos apresenta o racismo como uma forma de dominação e exploração que foi estabelecida durante o processo de colonização das Américas pelos europeus. Ele argumenta que o sistema colonial criou uma hierarquia racial, na qual os povos indígenas, africanos e outros grupos racializados foram subjugados e considerados inferiores aos colonizadores europeus. Essa hierarquia racial, de acordo com Quijano, não é apenas uma questão de preconceitos individuais, mas é sustentada por estruturas sociais, políticas e econômicas que perpetuam as desigualdades raciais. O racismo, assim, não pode ser compreendido isoladamente, mas como parte de um sistema global de poder que se baseia na exploração e subordinação de determinados grupos raciais.

Quijano (2000) destaca que o racismo não se restringe apenas às relações entre grupos raciais diferentes, mas também se manifesta internamente em cada sociedade, influenciando a estrutura social, as instituições e as relações de poder. Essa perspectiva permite compreender que o racismo não é apenas um fenômeno do passado colonial, mas continua a operar de maneiras sutis e sistemáticas nas sociedades contemporâneas.

Moura (2014) ainda explica a ocorrência de uma espécie de reformulação dos mitos raciais, reflexos do escravismo, no panorama da sociedade capitalista que sucedeu a própria sociedade (colonial). Essa reformulação fomentou as classes dominantes com um incentivo ideológico, sendo utilizada para fundamentar as desigualdades, de cunho social, racial e cultural, por intermédio de uma série de mecanismos discriminatórios que foram impressos na biografia de cada negro brasileiro.

O sociólogo Jessé de Souza nos introduz a concepção de que em algumas sociedades, incluindo o Brasil e os Estados Unidos, por exemplo, o racismo racial,

derivado do racismo multidimensional, é responsável por desenvolver um papel de destaque na sociedade, assumindo o comando do processo de dominação social, regendo alianças, oposições e conflitos (SOUZA, 2021). A afirmação de Jessé de Souza abre precedente para expormos as conceituações realizadas por Oracy Nogueira, em seus estudos acerca das relações raciais no Brasil, sobre as problemáticas do preconceito racial de marca e preconceito racial de origem.

O primeiro tipo de preconceito – o de marca – seria uma preterição, baseando-se em critérios relacionados ao fenótipo ou aparência racial do indivíduo. Enquanto o segundo tipo de preconceito – o de origem – seria uma exclusão incondicional de sujeitos pertencentes à um determinado grupo, independentemente de sua aparência ou o grau de descendência de um grupo étnico, basta possuir potencialidades hereditárias e, dessa forma, se encontre racialmente filiado à tal grupo (NOGUEIRA, 1998; 2007).

Assim, o território brasileiro está entrelaçado ao preconceito de marca, pois, no imaginário brasileiro, foi difundido, desde cedo, uma premissa de que possuir traços que remetem ao indivíduo negro – traços negroides – são características negativas, que exprimem inferioridade em relação aos traços brancos, expondo, assim, uma sensação de superioridade racial.

Gorender (2016) esclarece que a prática do racismo se apresenta como um dos pilares para interpretarmos como as relações trabalhistas e, conseqüentemente, as relações de classes sociais se moldaram no Brasil, pois, ao classificarem as pessoas por determinantes raciais, surge a oportunidade de manter uma reserva de pessoas discriminadas, que estão disponíveis para o trabalho em troca de baixos salários.

Partindo da afirmação de que “ao longo da história, o racismo foi a justificação dos privilégios das elites e dos infortúnios das classes subalternas”, entendemos que o racismo, com suas muitas peculiaridades, em última instância, apresenta um caráter de dominação, não apenas étnica, mas ideológica e política também. Com o sistema colonial, e a expansão das metrópoles colonizadoras, esse racismo se desenvolveu como uma arma ideológica, uma ferramenta justificadora de invasão e domínio de áreas e povos considerados “bárbaros”, “inferiores” e “selvagens”, e que, por apresentarem tais características, seriam beneficiados com a ocupação de seus respectivos territórios, tornando-se “civilizados” (MOURA, 2019, p. 01-02).

Como Florestan Fernandes explica, o processo de desagregação do sistema

escravocrata e senhorial ocorreu sem que houvesse o amparo e garantias para os antigos agentes de trabalho escravo, ou seja, durante a transição da condição de escravo para a de homem livre, os senhores, o Estado, a Igreja e qualquer outra instituição, foram eximidos de quaisquer responsabilidades sociais pela manutenção e segurança dos libertos. Com a economia baseando-se no trabalho livre, engendrou-se um patamar pré-capitalista e colonial, onde não seria possível ignorar as determinações raciais como fatores de interferência nas determinações de classes. Os negros não receberam qualquer tipo de preparação para o novo regime de organização da vida e do trabalho, sendo, repentinamente, colocado como senhor de si, tornando-se responsável por sua própria pessoa e seus dependentes, mesmo não possuindo meios materiais ou morais para realizar tal função (FERNANDES, 1978; 2007).

Assim, o fim da escravidão não significou o término da subjugação do negro no país. Houve um árduo processo de não reconhecimento dos negros como cidadãos dignos de direitos, que engendrou marcas que se perpetuam contemporaneamente. A mão de obra negra já havia sendo preterida antes mesmo da abolição, mesmo que a mão de obra branca imigrante fosse mais cara, e mesmo não possuindo experiência para o trabalho requisitado, o “trabalhador branco importado traria consigo os elementos culturais capazes de civilizar o Brasil” (MOURA, 1992, p. 56).

Logo, ao analisar a formação do povo brasileiro, Darcy Ribeiro expõe que as atuais classes dominantes brasileiras, que são constituídas por filhos e netos de antigos senhores de escravos, perpetuam a mesma atitude de desprezo sob a população negra (RIBEIRO, 1995). Para os senhores de escravos, os negros eram visto como ferramentas substituíveis, como uma mera força energética, que poderia ser substituído sem objeções por outra. Já para seus descendentes, o negro livre, o mulato e o branco pobre são também vistos pela ótica da mediocridade, sendo submetidos à estigmas, como a preguiça, a ignorância e criminalidade, sendo todos tidos como únicos culpados pela suas próprias barreiras sociais e não por fruto da escravidão e da opressão.

1.2 DEMOCRACIA RACIAL: UTOPIA OU DISTOPIA?

A discussão sobre quais mecanismos são responsáveis pela construção social da desigualdade na sociedade contemporânea tem ganhado, cada vez mais,

destaque nas Ciências Sociais, sendo a questão racial um destes mecanismos estudados. Como exposto por Bernardino (2002), a sociedade brasileira está constituída a partir do mito da democracia racial, que se originou no estabelecimento de uma ordem legal e formal, livre e igualitária.

A ideia de que o Brasil seria um “paraíso racial”, uma sociedade onde não havia barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas de cor, era uma premissa bastante difundida em todo o mundo, em especial nos Estados Unidos e na Europa, muito antes do nascimento da sociologia. Assim, no Brasil moderno, essa premissa cedeu lugar à formação mítica de uma sociedade sem preconceitos e discriminações raciais, todavia, a escravidão e todas as suas implicações e perversidade, era tida pelos abolicionistas americanos, europeus e brasileiros, como mais humana e suportável, no Brasil, justamente por essa ausência dessa linha de cor (GUIMARÃES, 2001).

Essa corrente ideológica ofereceu um certo “alívio” à consciência da sociedade brasileira. Ela alegava que as diferentes raças e etnias formadoras da nossa sociedade convivem historicamente sem conflitos. A teoria concede privilégios ao discurso da igualdade e omite as diferenças, dando margem à consideração de que falar sobre as diferenças é discriminar (GOMES, 2010).

Como Sales Jr. (2006, p. 61) alega, o mito da democracia racial caracteriza “uma ‘problemática ideológica’ que gira em torno de certos silêncios e elisões eloquentes e que é construída de tal forma que as questões possíveis dentro dela já pressupõem certos tipos de resposta”, ou seja, indica o que é aceitável como resposta na própria forma de suas questões.

O ideal do mito da democracia racial ganhou notoriedade e status acadêmico através de Gilberto Freyre com “Casa Grande & Senzala”, obra que alega a importância da casa-grande na formação sociocultural do brasileiro, bem como a da senzala na complementação da primeira, e que viria a moldar a imagem do Brasil. Freyre (1977) analisa o modo no qual a América foi colonizada e recorre ao passado para dissertar acerca da formação social, étnica e social e cultural e compreender como ocorreu a mistura entre negros, indígenas e brancos, seu modo de viver e de que forma ocorreu essa miscigenação.

Contudo, como Guimarães (2001, p. 03) explica, os estudiosos das relações étnico-raciais no território brasileiro sempre se viram intrigados com a origem do termo, começando pelo fato da expressão ser frequentemente atribuída a Gilberto

Freyre. Dessa maneira, os estudiosos “fazem bem em tratar esta utopia como o “mito do paraíso racial”, pois, na verdade, a expressão “democracia racial”, além de mais recente, está envolta numa teia de significados muito específica”.

Aguiar (2008) revela que

Apesar de Gilberto Freyre ser o autor mais significativo para a popularização deste ideário da democracia racial, o primeiro a utilizar este termo foi Roger Bastide a partir de, provavelmente, uma livre interpretação das idéias de Freyre. O termo teria sido utilizado em um artigo publicado no Diário de São Paulo, em março de 1944, no qual Bastide reporta-se a uma visita a Gilberto Freyre (AGUIAR, 2008, p. 116).

Conforme Alberti e Pereira (2007, p. 93), “faz parte desse mito a ideia de que as relações de raça no Brasil são harmoniosas e que a miscigenação é nossa contribuição à civilização do planeta”. Seguindo essa linha de raciocínio, como não haveria preconceito racial no Brasil, o atraso social do negro se dava apenas pela escravidão, e não ao racismo. Gomes (2005) evidencia que o mito da democracia racial é uma forma de negar a existência do racismo, e afirmar que existe situação de igualdade entre todas as raças, e logo,

Se seguirmos a lógica desse mito, ou seja, de que todas as raças e/ou etnias existentes no Brasil estão em pé de igualdade sócio racial e que tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil, poderemos ser levados a pensar que as desiguais posições hierárquicas existentes entre elas devem-se a uma incapacidade inerente aos grupos raciais que estão em desvantagem, como os negros e os indígenas (GOMES, 2005, p. 57).

Em concordância com Oliveira Filho (2009, p. 430), o fundamento segundo o qual o Brasil seria uma nação com democracia racial é usado constantemente como “premissa da afirmação de que o diferencialismo racial (ou políticas públicas de caráter diferencialista) não faria sentido no Brasil, uma vez que o país não é caracterizado por divisões baseadas na raça”. Seguindo a mesma linha de pensamento, Sito (2014) argumenta que a ideia de democracia racial, em que indivíduos de diferentes identidades raciais supostamente conviviam em harmonia e sem a imposição de leis segregacionistas, reiterou a negação de qualquer denúncia de racismo, que conformou um contexto de negação das desigualdades geradas pela variável da cor ou raça.

Alves e Galeão-Silva (2004) ainda evidenciam a dificuldade histórica de identificar alguns grupos discriminados, considerando que o mito da democracia racial dificulta o reconhecimento da discriminação e, conseqüentemente, a identificação dos negros a serem inclusos em políticas públicas de combate ao racismo, uma vez que afirma uma condição em que as diferentes características raciais se tornam irrelevantes. Ao mesmo tempo em que características raciais seriam irrelevantes nesse contexto de democracia racial, as mesmas também eram utilizadas, mesmo que de forma implícita, na atribuição de status social (REIS, 2004). O ideal de um país livre de qualquer tipo de racismo ou preconceito racial fez com que diversos setores da sociedade relutassem em abandonar a democracia racial enquanto ideal plausível.

Sob a ótica teórica, a reação acadêmica se dá através do esforço de reinterpretção do Brasil empreendido por DaMatta (1979), em termos da dicotomia entre “indivíduo” e “pessoa”, que resulta com a sugestão de que as relações raciais no país sejam regidas por uma “fábula das três raças”.

Ou seja, ao que parece, a denúncia do “mito da democracia racial”, forjada por Florestan em 1964, que respaldou toda a mobilização e protestos negros nas décadas seguintes, sintetizando a distância entre o discurso e a prática dos preconceitos, da discriminação e das desigualdades entre brancos e negros no Brasil, finalmente se esgota enquanto discurso acadêmico, ainda que como discurso político sobreviva com alguma eficiência. Na academia brasileira, o “mito” passa agora a ser pensado como chave para o entendimento da formação nacional, enquanto as contradições entre discursos e práticas do preconceito racial passam a ser estudadas sob o rótulo mais adequado (ainda que altamente valorativo) de “racismo” (GUIMARÃES, 2001, p. 17-18).

Portanto, o que continuava em jogo seria o afastamento entre discursos e práticas das relações étnico-raciais no território brasileiro, como Florestan Fernandes e Roger Bastide já explicavam na metade do século XX. Ainda que, para as ciências sociais, o mito da democracia racial não possa ser pensado e compreendido de modo dualista, permanecem os fatos das desigualdades entre as populações branca e negra no Brasil, apesar do modo como se classificam as pessoas.

As diferenças raciais se impõem em relação à consciência individual e social e contra o conhecimento científico que nega e invisibiliza as raças. Apesar de morta, a ideia de democracia racial continua viva enquanto um mito, seja no sentido de uma falsa ideologia ou de ideal que orienta a ação concreta dos atores sociais.

1.3 A IDEOLOGIA DO BRANQUEAMENTO

No Brasil, a raça é ideologicamente ligada ao fenótipo e não ao genótipo. Desse modo, a partir das características corporais, são criadas definições raciais que rejeitam o condição de ser negro, um exemplo popular é a expressão “café com leite”. Essas definições ocultam a história e as múltiplas identidades, perpetuando uma possibilidade de identificação com a raça branca, promovendo uma espécie de “ideologia do branqueamento”.

A concepção dessa ideologia surge, comumente, interligada aos estudos e pesquisas acerca da mobilidade social da população negra. No Brasil, por exemplo, a questão do branqueamento é regularmente considerada um problema inteiramente ligada ao negro que, ao sentir-se desconfortável e descontente com sua raça, busca identificar-se como indivíduo branco, procurando na miscigenação uma tentativa para diluir suas características raciais (BENTO & CARONE, 2002).

Sobre tais circunstâncias, se faz necessário destacarmos a influência de fronteiras simbólicas e sociais na construção da identidade racial. Como Muniz, Porto e Fuks (2019) esclarecem, a formação de identidade racial em sociedades complexas está interligada ao fenômeno da flutuação atitudinal, que se refere às mudanças de atitude em relação à própria cor. A partir disso, os autores apresentam a noção de “*groupness* racial”, que faz alusão à percepção de pertencimento a um grupo racial específico, e sua relação com as fronteiras simbólicas e sociais.

A pertença a um grupo social pode influenciar a autoestima, a identidade e as atitudes dos indivíduos em relação a si mesmos e aos outros. Nesse sentido, a percepção de pertencimento racial pode ser um fator importante na construção da identidade e nas atitudes em relação à cor. Os autores também apontam que a exposição a situações de discriminação racial pode levar a mudanças nas atitudes em relação à cor, possivelmente porque a discriminação pode fazer com que os indivíduos reavaliem sua percepção de pertencimento racial e sua identidade.

Nessa representação de processo, o branco aparece como figura discreta, como o modelo universal e ideal de humanidade, sendo visto como uma categoria étnica almejada por outros grupos raciais não-brancos, que, conseqüentemente, são vistos como não humanos. Contudo, ao nos aprofundarmos em tal ideal, podemos constatar que o branqueamento consiste em um processo concebido e fomentado

pela elite branca brasileira, pressupondo tal grupo como referência de toda uma espécie.

O branqueamento caracterizou-se como uma pressão cultural exercida por uma hegemonia branca, visando que o negro negasse a si mesmo, fisicamente e mentalmente, como uma espécie de situação para se integrar à nova ordem social (BENTO & CARONE, 2002). O branqueamento foi caracterizado como a capacidade dos brasileiros de absorver e integrar os não-brancos, ou seja, os negros, indígenas e mestiços. Essa capacidade requer, de forma implícita, o aval de pessoas não-brancas em renegar sua ancestralidade, fosse ela africana ou indígena (GUIMARÃES, 1999).

A hierarquização das pessoas em relação à sua proximidade a uma aparência branca, que seria a ideal, ajudou a fazer com que pessoas de pigmentação escura desprezasse sua descendência africana, cedendo, assim, a forte pressão do branqueamento, levando-os a fazer o necessário para aparentarem serem mais brancos. O negro foi introduzido a ideologia da culpa por seus fantasiados e supostos defeitos, atribuindo-lhe a responsabilidade por seu dito complexo de cor (OLIVEIRA, 2008).

Ainda no que tange ao papel da elite branca brasileira, devemos salientar que tal classe realizou uma apropriação simbólica incisiva, que serviu de estímulo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, desse modo, legitimando uma supremacia econômica, política e social.

Buscando expor outras concepções acerca desta ideologia, trazemos os achados de Thomas Skidmore, que disserta sobre a teoria brasileira do branqueamento, expondo que essa teoria

[...] baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos “raça mais adiantada” e menos adiantada” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas (SKIDMORE, 1976, p. 81).

Tal análise evidenciou uma afirmação pontual: de que a miscigenação não produzia “degenerados”, mas uma população de mestiços que seria capaz de tornar-se cada vez mais branca, culturalmente e fisicamente, sendo essa análise

apadrinhada por João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional. Ele defendia ainda a teoria de que os fatos relativos à hibridação de animais poderiam ser aplicados a seres humanos também, descrevendo que os efeitos do processo histórico da miscigenação entre africanos e europeus no território brasileiro. João Batista de Lacerda declarava que os mestiços, como mão de obra, eram inferiores aos negros, pois possuíam pouca resistência, contudo, sua superioridade emergia de forma física e intelectual em relação ao negros, segundo a opinião do diretor (SKIDMORE, 1976).

Assim, para alguns, a tese do “branqueamento” era sustentada da seguinte maneira:

Contrariamente à opinião de muitos escritos, o cruzamento do preto com o branco não produz geralmente progênie de qualidade intelectual inferior; se esses mestiços não são capazes de competir em outras qualidades com as raças mais fortes de origem ariana, se não têm instinto tão pronunciado de civilização quanto elas, é certo, no entanto, que não podemos pôr o *métis* ao nível das raças realmente inferiores (SKIDMORE, 1976, p. 82).

A população brasileira ainda foi encorajada na sua ideologia de “branqueamento” por indivíduos estrangeiros, como, por exemplo, Pierre Denis³, que publicou, em 1909, uma relação de viagem contendo uma das sínteses mais profundas sobre a sociedade, economia e economia política do Brasil no início do século XX. Contudo, um dos capítulos da obra, intitulado “populações negras”, caracterizava tal população como indolente, no que tange a irregularidade do trabalhador negro, bem como inferiores economicamente e moralmente em relação a população a branca. Ainda sobre a percepção do autor, o mesmo via a população negra brasileira como corroída pelo alcoolismo e por uma falta de higiene, assim como não se multiplicava como o esperado, dessa forma, a percepção do autor trazia uma certa tranquilização para os brancos, pois, mesmo sendo exagerado predizer sua próxima extinção, seria provável que a população negra não iria se desenvolver em grande proporção e jamais teria influência decisiva no país (SKIDMORE, 1976).

O manuscrito de Pierre Denis ainda recebeu apoio no território brasileiro partindo de grandes figuras, como o jornalista republicano e antigo assessor presidencial Tobias Monteiro.

³ Geógrafo e financista francês, líder da França Livre com o nome de Pierre Rauzan, que visitou o Brasil em 1907, aos 24 anos.

Reproduziu Tobias Monteiro quase textualmente a conclusão de Pierre Denis sobre o negro, sem uma só palavra de restrição. Uma vez que o crítico elogiava Pierre Denis pela sua exatidão e perspicácia, é lícito concluir que partilhava das opiniões do autor sobre o presente e o futuro do negro brasileiro (SKIDMORE, 1976, p. 84-85).

Devemos ressaltar ainda mais uma figura estrangeira que demonstrou apoio ao processo de branqueamento no país, sendo ela o Theodore Roosevelt⁴, ex-presidente dos Estados Unidos. Em um artigo escrito e publicado na primeira página do *Correio da Manhã*, o ex-presidente proferia que, no Brasil, o principal ideal seria o desaparecimento das problemáticas negras através do próprio desaparecimento da população negra, que seria gradativamente absorvida pela população branca (SKIDMORE, 1976).

Apesar de diversas figuras públicas demonstrarem apoio a ideologia do branqueamento, Sílvio Romero se via em minoria, visto que não compartilhava do mesmo otimismo de seus compatriotas. Para Romero, a tese João Batista de Lacerda era vulnerável pois possuía uma certa esperança, tendo como estimativa que em apenas um século ocorreria a tríplice desaparecimento do negro, do índio e do mestiço. Como Skidmore (1976) relata, Romero

Mostrava-se desdenhoso dos outros críticos: “O nosso representante chegara a conclusões verdadeiramente otimistas e, ainda assim, não escapou à sanha da patriotada aristocratizada...europeizada...do momento. Uma comédia!” Horrorizava-o o excesso de otimismo dos seus compatriotas na avaliação dos progressos do “branqueamento” brasileiro. Comentando a grita provocada na imprensa brasileira — pela afirmação de um belga de que vira negros e mulatos mesmo nas grandes cidades do Brasil —, observou sarcasticamente: “A nação arianizou-se de repente” (SKIDMORE, 1989, p. 85-86).

Para Sílvio Romero, o desaparecimento total da população indígena, negra e mestiça só poderia ocorrer apenas se toda a futura miscigenação incluísse um parceiro extremamente claro ou branco, para que, dessa forma, acontecesse a absorção de índios e negros, visto que, para o autor, os mestiços nunca iriam desaparecer.

Como é possível notar, a forma ideológica de branqueamento foi aceita e

⁴ Entre os anos de 1913 e 1914, Roosevelt tinha empreendido expedição científica ao interior de Mato Grosso, em companhia do então coronel Rondon. Em 1914, Roosevelt escreveu para a revista *Outlook* um artigo entusiasta sobre a iminente “desaparição” do negro brasileiro.

perpetuada pela maioria da elite brasileira após a abolição da escravatura, continuou e continua existindo na sociedade brasileira, entretanto, de maneira implícita. Tal ideologia tem como papel a garantia de uma determinada relação dos homens entre si com suas condições prévias de existência. Nesse panorama, a ideologia do branqueamento na sociedade brasileira considerava o negro como uma figura inferior ao branco nas relações sociais.

1.4 A MISTIÇAGEM E SUAS IMPLICAÇÕES

Ao abordamos a questão da mestiçagem do final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, período em que se operou um fortificado debate racial no país, precisamos destacar que os pensadores brasileiros⁵ utilizaram como referencial teórico basilar os cientistas ocidentais, ou seja, os europeus e os americanos. A discussão sobre a mestiçagem concebia tal ato como um meio para “estragar” e degradar a boa raça, neste caso a raça branca, ou para reconduzir a espécie a seus traços originais (MUNANGA, 1999).

Assim como outros países colonizados, a elite do Brasil buscou no pensamento europeu-ocidental, que era tido como desenvolvido e moderno, não apenas teorizar e explicar a situação racial do território brasileiro, mas, sugestionar alternativas para a construção da nacionalidade brasileira, vista, na época, como problemática devido à grande diversidade racial existente no país.

Munanga (1999) explica que apesar da grande influência estrangeira sobre os pensadores brasileiros, eles elaboraram propostas originais, indo em contrapartida as propostas concebidas, buscando fomentar a discussão ideologia-política acerca mestiçagem, diferentemente das propostas elaboradas nos Estados Unidos, na América Espanhola, nas Antilhas Francesas e no Caribe.

O fim do sistema escravista, em 1888, coloca aos pensadores brasileiros uma questão até então não crucial: a construção de uma nação e de uma identidade nacional. Ora, esta se configura problemática, tendo em vista a nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Como transformá-los em elementos constituintes da nacionalidade e da identidade brasileira quando a estrutura mental herdada do passado, que os considerava apenas como coisas e força animal de trabalho, ainda não mudou? Toda a

⁵ Alguns desses pensadores intelectuais foram: Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre e outros (MUNANGA, 1999).

preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas da época, diz respeito à influência negativa que poderia resultar da herança inferior do negro nesse processo de formação da identidade étnica brasileira (MUNANGA, 1999, p. 51).

Para caracterizarmos o pensamento brasileiro acerca da mestiçagem, é preciso sintetizarmos de modo crítico os seus produtores mais notáveis, antes de analisarmos seus efeitos e suas implicações no processo da formulação da identidade nacional brasileira e suas consequências na problemática da formação da identidade negra ou afro-brasileira. Darcy Ribeiro argumenta que a mestiçagem é a principal característica da sociedade brasileira e que é a partir dessa miscigenação que se construiu uma cultura singular e diversa. A miscigenação não se limita apenas à mistura de raças, mas também de culturas e tradições, criando um mosaico cultural que caracteriza o Brasil. A mestiçagem é o processo de “coabitação e cruzamento de grupos humanos diferenciados, que geram descendentes possuidores de atributos genéticos, culturais e psicológicos híbridos” (RIBEIRO, 1995, p. 18). Esse processo, segundo o autor, é inevitável em uma sociedade que se formou a partir da colonização e escravidão, e que foi marcada por conflitos, tensões e contradições.

A identidade brasileira é uma identidade mestiça e plural, que se expressa em diversas formas de manifestações culturais, como a música, a dança, a religião, a culinária, dentre outras. A mestiçagem, para o autor, não é uma fraqueza, mas sim uma força, uma fonte de criatividade e inovação, destacando a importância dela como fonte de diversidade cultural, mas também aponta para os desafios e contradições que surgem desse processo, buscando compreender as complexidades da sociedade brasileira e refletir sobre a construção de uma identidade nacional inclusiva e plural.

A pluralidade racial, que emergiu do processo colonial, se equivalia no censo da elite brasileira como uma ameaça e um grande empecilho no caminho da construção de uma nação que se pensava enquanto branca. Logo, a raça tornou-se o pilar fundamental da enorme discussão nacional que se teve a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. Especulações ideológicas transvestidas de cientificismo dos intelectuais e dos estudiosos dessa época ajudariam contemporaneamente, caso reinterpretadas, a assimilar as dificuldades que a população negra e seus descendentes mestiços encontraram para construir uma identidade coletiva, politicamente mobilizadora.

O enfoque dos debates em torno da miscigenação era um: criar uma identidade

étnica única para o país. Evocando Darcy Ribeiro, tal tentativa teria alcançado sucesso, sendo o Brasil identificado enquanto um povo novo, isto é, uma entidade étnica singular, oriunda da mistura de povos distintos e com diferentes características. Mas devemos expor também que os intelectuais brasileiros, apesar de discordarem e possuírem pontos de vista distintos, estavam interessados em formular uma teoria do tipo étnico brasileiro, isto é, uma definição do povo brasileiro enquanto população e do Brasil enquanto nação. A preocupação eminente era como transformar essa pluralidade de raças e misturas, de culturas, costumes e valores civilizatórios tão distintos, de identidades tão plurais, em uma única coletividade de cidadãos, em uma só nação e em um só povo (MUNANGA, 1999).

Em síntese, a ideia da criação de uma nova etnia nacional através da miscigenação, explicitava os rastros de um processo continuado e violento de unificação política por intermédio da supressão de outras identidades étnicas não-conformantes com o padrão social. O surgimento de uma etnia brasileira capaz de englobar todas as diferenças do povo que vivia no país perpassa pela anulação das identificações étnicas de indígenas, africanos e europeus, bem como pela indiferenciação entre as várias formas de mestiçagem, buscando criar uma identidade nacional ampla, capaz de englobar a pluralidade da população.

Um dos pensadores brasileiros, de grande destaque, que discutia e possuía proposições controversas sobre a miscigenação era Sílvio Romero. Munanga (1999) revela que, para Romero, todo brasileiro seria um mestiço, quando não sendo no sangue, seria nas ideias. Mas, não seria por isso que o Brasil seria uma nação de “mulatos”, pois na mestiçagem a seleção natural faz sobressair, após algumas gerações, o tipo racial mais numeroso que, no caso do Brasil, seria a raça branca, graças à intensificação da imigração europeia, ao fim do tráfico negreiro, ao decréscimo da população negra após a abolição e ao extermínio dos índios. Romero ainda acreditava que dentro de dois ou três séculos, a fusão entre as três raças – negra, branca e indígena – seria, talvez, completa e o brasileiro típico, o mestiço, bem caracterizado, ficando claro que a mestiçagem, no pensamento de Romero, representava apenas uma fase transitória que culminaria em uma nação brasileira presumidamente branca.

No seu pensamento, Sílvio Romero coloca a crucial questão de saber se a população brasileira, oriunda do cruzamento entre as três raças

(branca, negra e índia) tão distintas, poderia fornecer ao país uma feição própria, original. Acreditava no nascimento de um povo tipicamente brasileiro que resultaria da mestiçagem entre essas três raças e cujo processo de formação estava ainda em curso. Mas, desse processo de mestiçagem do qual resultará a dissolução da diversidade racial e cultural e a homogeneização da sociedade brasileira, dar-se-ia a predominância biológica e cultural branca e o desaparecimento dos elementos não brancos (MUNANGA, 1999, p. 52).

Portanto, como Abdias Nascimento (2017) explicava, a miscigenação, em um caráter perverso de branqueamento, era utilizada como uma das formas de extermínio da população negra, uma vez que foi orientada pela ideologia do branqueamento. Com o crescimento da população miscigenada, isto é, a população mulata, os negros iriam desaparecendo sob a ótica do progressivo clareamento da população do país. Tal abordagem foi recebida com louvor, expondo grandes sinais de alívio otimista pela preocupada classe dominante, pois, dessa forma, “problema” seria resolvido.

Para Abdias [...] esse branqueamento começou pelo estupro da mulher negra e originou os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o pardavasco, o homem de cor... “situado no meio do caminho entre a casa grande e a senzala, o mulato prestou serviços importantes à classe dominante, durante a escravidão ele foi capitão-do-mato, feitor e usado noutras tarefas de confiança dos senhores e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo de nossa democracia racial” (MUNANGA, 1999, p. 93).

Outro viés discutido sob uma ótica extremista, como Munanga (1999) relata, era a dita inferioridade dos mulatos perante brancos e negros, que, nesse contexto, teriam “sangue puro”, enquanto os mulatos não, por serem uma mistura de múltiplas raças. Nina Rodrigues também não era um otimista da mestiçagem, para ele

O mestiço, traço de união entre raças, é quase sempre um desequilibrado, um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens e sem a atitude intelectual dos ancestrais superiores. Apesar da fecundidade, que por acaso possuía, o mestiço apresenta caso de hibridez moral extraordinária: espírito às vezes fulgurante, às vezes frágil, irrequieto e inconstante; seu vigor mental e sua capacidade de generalização e abstração repousam sobre uma moralidade rudimentar herdada do automatismo impulsivo das raças inferiores. Na luta sem trégua pela vida que envolve todos os povos e na qual a seleção natural conserva os mais aptos hereditariamente, o mestiço é um intruso. Surgiu de repente, sem caracteres próprios, oscilando entre influxos opostos de legados discordes. Sua instabilidade vem de sua tendência em regredir às matrizes originais

(RODRIGUES, *apud* MUNANGA, 1999, p. 57-58).

Para Munanga (1999), os mestiços ocupavam uma posição intermediária na sociedade brasileira e, cada vez mais, conquistam, mesmo que de modo lento, direitos. Tal afirmação vai em contradição aos pensadores defensores do mito da democracia racial, onde os mestiços seriam os perfeitos exemplos da inexistência do racismo no Brasil, sendo as pessoas não-brancas as únicas responsáveis por seus dilemas e dificuldades na sociedade. O mulato, assim como o pardo contemporaneamente, era visto como um dilema, pois não possuíam características dominantes para serem enquadrados enquanto brancos ou negros.

A ambiguidade entre cor/classe social e o embranquecimento caracterizam ferramentas estratégicas que auxiliaram, de forma individual, a ascensão de negros e mestiços na sociedade brasileira. Na década de 30, por exemplo, tentou-se reproduzir esta mesma estratégia ao nível coletivo. A imprensa negra, criada nessa década em São Paulo, através de jornais como O Clarão e Alvorada, que começaram a denunciar as práticas discriminatórias contra pessoas negras, existentes na procura do emprego, no ensino, nas atividades e lugares de lazer (MUNANGA, 1999), cabendo salientar que tais atitudes de denuncia sofreram grande influência dos movimentos negros⁶, que lutavam por igualdade e direitos.

Assim, o movimento negro lutava pelo ponto de vista de resolução de seus problemas na sociedade, em especial, os derivados dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam e excluem no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Nesse movimento, a raça e a identidade negra são utilizadas como mecanismo de mobilização, bem como de mediação das reivindicações políticas, ou seja, a raça é expoente máximo para a organização dos negros em torno de um projeto de comum ação (DOMINGUES, 2007).

A constante luta dos movimentos negros no Brasil, não apenas durante todo o século XX, mas também contemporaneamente, enfatiza o resgate de sua identidade étnica e a construção de uma sociedade plurirracial e pluricultural na qual o mulato possa solidarizar-se com o negro, em vez de ver suas conquistas serem drenadas

⁶ Podemos tomar como movimento negro todas as entidades ou pessoas que lutaram e continuam lutando pela sua liberdade, e apresentam estratégias de ocupação de espaços e territórios, denunciam discriminações, reivindicam direitos e manifestam ações concretas para a conquista dos direitos fundamentais na sociedade enquanto cidadãos (SILVA, 2002).

pelo grupo branco. Sem dúvida, a premissa de pureza racial, que, biologicamente, nunca existiu em nenhuma nação do mundo, se aplicaria ainda muito menos a um país tão mestiçado como o Brasil.

Contudo, deturpar o fato biológico da mestiçagem brasileira, ou seja, a miscigenação, e o fato transcultural das populações envolvidos nesse processo com o processo de identificação e de identidade, onde possui uma base político-ideológica, é cometer um grande erro epistemológico, uma vez que, se, pelo panorama biológico e sociológico, a mestiçagem e a transculturação entre os povos que aqui se vivia é um fato consumado, logo, a identidade é um processo sempre negociado e renegociado, se cruzando com os critérios ideológico-políticos e as relações do poder presentes na sociedade e na época em que se encontra (MUNANGA, 1999).

1.5 O COLORISMO

No colorismo⁷, também conhecido como pigmentocracia, a discriminação é exercida orientada somente pela cor da pele das pessoas, diferentemente do racismo, que se orienta através da identificação do indivíduo como pertencente a determinado grupo étnico. Logo, mesmo a pessoa sendo categorizada como negra ou afrodescendente, será seu tom de pele responsável pelo tratamento que a sociedade dará a ela. Desta maneira, é estabelecido um bloqueio de oportunidades para pessoas de pele escura, enquanto os negros de pele clara são vistos como brancos, ou melhor, como não negros, expondo, assim, uma subdivisão dentro do mecanismo de racismo.

Por que possuir a pele mais clara traz mais "privilégios" para o negro, se mesmo assim ela ainda continuará sendo lida socialmente como negra? Para responder tal indagação, recorreremos a Harris (2008) que relata que o colorismo traz consigo fundamentos de valores hierárquicos postos sobre os tons de pele. Mesmo sendo uma pessoa sendo vista como negra, a distinção pelo tom de pele, neste caso do preterimento da pele clara pela pele escura, expõe que ela não poderia usufruir dos mesmos direitos que uma pessoa branca, contudo, sua cor é lida como mais "agradável" pelo olhar da branquitude, sendo "tolerada".

A branquitude pode ser conceituada como um lugar de vantagem estrutural do

⁷ O termo colorismo foi utilizado pela primeira vez em 1982, pela escritora negra norte-americana Alice Walker, na obra *"In Search of Our Mother's Gardens"*, ou, em tradução livre, "Em busca dos jardins de nossas mães". Tal termo fazia alusão a discriminação racial pelo tom da pele, isto é, quanto mais retinta a cor, maior seria a marginalização.

branco em sociedades estruturadas pelo racismo, isto é, todas aquelas que sofreram colonização europeia, devido a ideia de superioridade que ali emerge e se espalha através da colonização, desse modo, colocam as definições vindas da branquitude como se fossem universais. Logo, “para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder fundamentais, concretas e subjetivas em que as desigualdades raciais se ancoram” (SCHUCMAN, 2014, p. 84).

A tolerância é um aspecto basilar do colorismo, o negro não é aceito, nem incluído, é tolerado, pois reconhece-lo e aceita-lo seria legitimar a diversidade e a diferença e demandaria sobre a população branca algum tipo de ação. Logo, o papel das pessoas brancas no colorismo não é ver os negros de pele clara como verdadeiros brancos, mas sim ignorar seus traços negroides a ponto de conseguir imaginá-los como branco e suporta-los.

Como Gomes (2017) narra, o corpo e o cabelo como símbolos da identidade negra, em contrapartida, subjugados aos mecanismos do colorismo, pessoas negras se veem forçadas a algumas práticas, como, por exemplo, os alisamentos capilares, uma vez que o colorismo funciona como uma via de mão dupla, a branquitude permite a presença de pessoas negras, mas elas deverão possuir traços que remetem ao padrão eurocêntrico.

Dando continuidade à discussão no cenário brasileiro, Devulsky (2021) explica que dessa forma, os negros que possuem pele clara seriam beneficiados em relação aos negros de pele escura, pois o racismo não poupa aqueles sujeitados a ele. Em uma sociedade como a brasileira, a distribuição do poder leva em consideração a vertente da negritude, sobrepujando, em alguns casos, o status socioeconômico.

O fato de um determinado indivíduo estar inserido em uma elite econômica não o protegerá do racismo ou dos critérios preestabelecidos socialmente do colorismo. A caráter exemplificador, Rocha (2017) revela que a participação das mulheres negras no grupo dos ricos no Brasil, por exemplo, é rodeada de múltiplas formas de desigualdade, que culminam em experiências distintas de mulheres brancas nas mesmas condições econômicas. Buscando compreender tal panorama, é possível indagar de qual forma sua condição de riqueza pode se converter em posição de status, uma vez que posições de classe e de status são dimensões distintas, mas que possuem uma ligação. Logo, é notado como a discriminação racial afeta a atribuição de status a pessoas negras com elevado poder aquisitivo, Assim, como expõe a

antropóloga Lilia Schwarcz, como seria possível determinar a cor se, no Brasil, não se fica para sempre negro e/ou se ‘embranquece’ por dinheiro ou se ‘empretece’ por queda social.

A problemática da cor sempre foi algo presente na sociedade brasileira e era visto como algo a se evitar, optando, em muitos casos, pelo distanciamento das categorias raciais que não eram bem vistas e aceitas pela sociedade. O provérbio popular, publicado por Gilberto Freyre (1977), de que, no Brasil, a “branca” seria para casar, já a “mulata” é para f... (fornicar ou foder) e a “preta” seria para trabalhar revela como há uma hierarquia de gênero e racial no Brasil, expondo os papéis sociais que cada uma deveria ocupar.

A cor da pele apresenta-se como um dos fatores determinantes para a ocupação de determinados lugares sociais, para o mercado de trabalho, por exemplo, o negro sempre foi visto e utilizado como força braçal, enquanto os brancos eram os intelectuais. E dentro do colorismo, tal subdivisões ainda ocorrem, com as pessoas retintas sendo expostas aos trabalhos mais pesados, enquanto os negros de pele clara, que também são submetidos a trabalhos de menos prestígios, podem ou não receber algum tipo de privilégio (SILVA, 2009).

A tabela abaixo mostra outra vertente da questão racial no Brasil que se perpetua por décadas, sendo possível analisar algumas respostas em relação a cor induzida e cor espontânea, presentes na pesquisa do PNAD de 1976.

Tabela 1 - Cor induzida versus cor espontânea – Brasil, 1976.

Cor induzida	Cor espontânea								Total
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Morena	Morena-clara	Clara	Outras	
Branca	42,8	0,1	0,2	0,1	8,2	1,5	2,0	2,3	57,2
Preta	0,1	4,2	0,2	0,0	3,0	0,1	0,0	1,0	8,5
Amarela	0,4	0,0	0,1	0,8	0,9	0,2	0,1	0,3	2,7
Parda	0,8	0,4	6,7	0,1	21,0	0,9	0,2	1,5	31,6
Total	44,0	4,7	7,1	1,0	33,0	2,7	2,3	5,1	100,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1976, em microdados.
Elaboração: Disoc/lpea.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) permitiu que cada cidadão dissesse de modo livre com qual cor se identificava durante o Censo Demográfico, dessa maneira, houve mais de 136 registros, como “morena” e “morena-clara” e “clara”, como presentes na tabela 1, e outras classificações, como “cor de burro quando foge”, “morena castanha” e “meio branca”.

Na imagem abaixo podemos notar todas as 136 variações de cor a partir do levantamento realizado por Adriana Varejão.

Figura 1 - Estudos para Tintas polvo, de Adriana Varejão

1. Acastanhada	5. Alvarenta	9. Amarela
2. Alva	6. Alvarinte	10. Amarelada
3. Alva-escuro	7. Alva-rosada	11. Amarela-queimada
4. Alva-escura	8. Alvinha	12. Amarelada
13. Amorenada	31. Cor-de-ouro	95. Morenã
14. Avermelhada	55. Cor-de-rosa	96. Morena-parda
15. Azul	Cor firme	97. Morena-roxa
16. Azul-marinho	Crioula	98. Morena-ruiva
17. Bahiano	Encenada	99. Morena trigueira
18. Bem branca	29. Enxofrada	100. Moreninha
19. Bem clara	60. Esbranquecimento	101. Mulata
20. Bem morena	61. Escura	102. Mulatinha
21. Branca	Escurecida	103. Negra
22. Branca-avermelhada	Fogoso	104. Negreta
23. Branca-melada	Galega	105. Pálida
24. Branca-morena	65. Galegada	106. Paraiba
25. Branca-pálida	66. Jambo	107. Parda
26. Branca-queimada	67. Laranja	108. Parda-clara
27. Branca-sardenta	68. Lilás	109. Parda-morena
28. Branca-sua	Loira	110. Parda-preta
29. Branquiça	Loira-clara	111. Polaca
30. Branquinha	Loira	112. Pouco-clara
31. Bronze	Lourinha	113. Pouco-morena
32. Bronzeada	Malaia	114. Pretinha
33. Bronzezinha-escuro	74. Marinheira	115. Puxa-para-branco
34. Burro quando foge	75. Marrom	116. Quase-negra
35. Cabocla	76. Meio-amarela	117. Queimada
36. Cabo-verde	77. Meio-branca	118. Queimada-de-praia
37. Café	78. Meio-morena	119. Queimada-de-sol
38. Café-com-leite	79. Meio-preta	120. Regular
39. Canela	80. Melada	121. Retinta
40. Canelada	81. Mestiça	122. Rosa
41. Cardão Castão?	82. Miscigenação	123. Rosada
42. Castanha	83. Mista	124. Rosa-queimada
43. Castanha-clara	84. Morena	125. Roxa
44. Castanha-escuro	85. Morena-bem-chegada	126. Ruiva
45. Chocolate	86. Morena-bronzeada	127. Russo
46. Clara	87. Morena-canelada	128. Sapecada
47. Clarinha	88. Morena-castanha	129. Sarará
48. Cobre	89. Morena-clara	130. Saraúba
49. Corada	90. Morena-cor-de-canela	131. Tostada
50. Cor-de-café	91. Morena-jambo	132. Trigo
51. Cor-de-canela	92. Morenada	133. Trigueira
52. Cor-de-cuia	93. Morena-escuro	134. Turva
53. Cor-de-leite	94. Morena-Morena-fechada	135. Verde
		136. Vermelha

Fonte: SCHWARCZ; VAREJÃO, 2014.

O que poderia ser visto como uma tentativa de inclusão e diversidade, por abranger múltiplas representações de sujeitos acerca de sua cor, se tornou, na

verdade, mais uma forma de apagamento racial, considerando todas as variações relatadas para o que hoje o instituto chama simplesmente de pardo em suas pesquisas.

Cabe salientar ainda a tensão que é criada pelo colorismo entre a população negra. Por vezes, emerge um rivalidade entre os negros de pele escura e clara, onde existiria um suposto privilégio para os negros de pele clara e, conseqüentemente, eles não seriam negros, já que possuem acesso, mobilidade e direitos como pessoas brancas. Esse cenário também faz com que os negros de pele clara duvidem de sua própria negritude, o famoso “branco demais para ser negro e negro demais para ser branco”.

Delinear as origens do colorismo fornece profundas evidências de que sua erradicação não ocorrerá se uma transformação de valores não for pautada em toda a sociedade, portanto, a forma como esse fenômeno é criado e perpetuado depende, principalmente, dos beneficiários. Sendo assim, a quem interessa engendrar essas hierarquizações raciais?

1.6 O VIÉS DO MULTICULTURALISMO

A reconstrução da democracia no Brasil ocorre paralelamente à uma forte onda de protestos e demandas da população negra, com a Constituição Federal, ocorre o reconhecimento da dignidade universal da pessoa humana, protegendo e garantindo a liberdade e a igualdade entre os cidadãos, independente do gênero, raça/etnia, religião ou qualquer outro marcador social, considerando toda a diversidade étnica e o pluralismo cultural, apesar de não reconhecer explicitamente essas especificidades, mesmo que presentes na sociedade (d'ADESKY, 1997), assim, emerge uma realidade com espaço para a existência das mais distintas culturas e, conseqüentemente, o multiculturalismo.

A concepção de nação está próxima da de etnia, em especial quando prevalece o conceito de nação baseado na raça e na língua e nas relações pessoais em níveis hierárquicos.

Sabemos também que a moderna concepção de nação, que mantém um sentimento de comunitarismo, renova o laço com a etnia, subordinando o viver junto da comunidade à opção de aspirações comuns, à crença em sua unidade e ao sentimento da existência de

uma certa originalidade. Mas ressaltamos sobretudo que o que distingue formalmente a etnia da nação moderna é o privilégio da soberania concedido a esta e, paralelamente, ao povo, e também a personalização jurídica que lhe é conferida por intermédio do quadro institucional do Estado. Essas duas características político-jurídicas, de soberania e de Estado, associadas à existência de uma base territorial, confirmam a primazia da nação sobre as etnias (d'ADESKY, 1997, p. 165).

Cabe ressaltar ainda a visão de Dominique Schnapper⁸, exposta por d'ADESKY (1997), onde se é aprofundado a distinção entre as concepções de nação e etnia, evidenciando a relação entre cidadania e nação enquanto se destaca que nação implica a premissa de cidadão e, logo, de indivíduo, definido por um conjunto de direitos e deveres, independente de suas características e particularidades.

Dominique Schnapper reconhece, contudo, que toda nação é única e reforça continuamente sua singularidade. Em cada país, a nação toma formas singulares em função do projeto político que está na origem de sua existência. Segundo esse autor, a história das nações européias ilustra tal variedade (d'ADESKY, 1997, p. 166).

É necessário evidenciar que a imagem do grupo enquanto coletivo engendra influências na identidade pessoal do indivíduo. A má percepção ou representação de um determinado grupo social na sociedade pode culminar em seus membros um complexo de inferioridade, como é possível analisar através da população negra ao longo dos séculos. A reversão da imagem negativa de um grupo social demanda medidas em diversas esferas, como educação, cultura, meios de comunicação, e também política e economia.

A partir dessa ligação entre o indivíduo e o grupo étnico ou cultural, nota-se que o reconhecimento igual e recíproco passa também pela percepção adequada da imagem do grupo ao qual o indivíduo pertence. Entretanto, deve-se ressaltar também as formas alternativas de conceituar a etnicidade sem invocar a imagem de grupos, o que Brubaker (2003) denomina como etnicidade sem grupo, onde são traçadas alternativas baseadas em categorias práticas, idiomas culturais, esquemas cognitivos, estruturas discursivas, rotinas organizacionais, formas institucionais, projetos políticos e eventos contingentes.

Partindo da premissa que a cultura se compõe em elementos constituintes do

⁸ Professora, socióloga e pesquisadora francesa, que em seu texto "*Nations et démocratie*" (1995), discute a questão da simbiose entre cidadania e nação.

cotidiano de todos os grupos sociais, ressaltando as diversas identidades dos diferentes povos, Candau (2001) expõe seu próspero crescimento e relevância na sociedade contemporânea, sendo o surgimento do multiculturalismo interligado a diversos acontecimentos históricos, que contribuíram para a sua implementação. Sendo assim, não existe uma data específica para o surgimento do multiculturalismo, entretanto, para alguns autores, como Silva e Brandim (2008), o multiculturalismo,

[...] se inicia em meados do século XX nos Estados Unidos e [...] se difunde no mundo ocidental como forma de enfrentamento dos conflitos gerados em função das questões econômicas, políticas, e, mormente, étnico-culturais, na tentativa de combater discriminações e preconceitos, haja vista as dificuldades de indivíduos e grupos de acolher e conviver com a pluralidade e as diferenças culturais (SILVA E BRANDIM, 2008, p. 52).

Já para Groff e Pagel (2009), apesar de não haver uma data específica, é possível afirmar que este movimento se engendrou a partir da década de 1960, especialmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. No Brasil, o multiculturalismo surge a partir da colonização e das grandes navegações, ocorridas no século XVI. Esses métodos contribuíram para os primeiros contatos e trocas entre diferentes culturas, No entanto,

[...] somente no início do século XX, assim como ocorreu nos Estados Unidos e na Europa, o multiculturalismo ganha força para sistematizar-se no país, se consolidando como movimento social, que visa defender qualquer grupo minoritário, vítima de preconceitos e discriminações, tendo início [...] a partir dos movimentos negros (MAIA, 2017, p. 54).

O surgimento e concretização do multiculturalismo no mundo, e especialmente no Brasil, não ocorreu de forma rápida e fácil, mas sim gradativamente, de modo que, aos poucos, foi ganhando apoio popular que futuramente iria contribuir para a sua integração na sociedade. Assim, é importante compreender como alguns autores caracterizam esse movimento (MAIA, 2017).

O termo multiculturalismo apresenta diferentes conceitos expostos por diversos autores, em alguns. Como por exemplo, para Groff e Pagel (2009) surge como

[...] uma filosofia antirracista; outras, como uma maneira de reforma educacional; outras, como proteção da diversidade cultural e dos direitos das minorias, ou o veem como uma neutralidade, entendendo ser uma simples pluralidade de culturas. O multiculturalismo para

peças diferentes pode significar coisas diferentes (GROFF e PAGEL, 2009, p. 10).

Já na visão de Fernandes (2010), o multiculturalismo

[...] é um processo que teve a sua origem na necessidade ou na exigência de reconhecimento (a qual vai para além de uma simples questão de cortesia), e que se faz sentir sob determinadas formas, mais ou menos ligadas à ação em nome de grupos minoritários ou «subalternos». nestes casos, a exigência de reconhecimento deriva de uma «suposta relação entre reconhecimento e identidade, significando este último termo qualquer coisa como a maneira através da qual uma pessoa se define», ou seja, quais as características fundamentais que fazem dela um ser humano (FERNANDES, 2010, p. 56).

Expondo outra definição, Werneck (2008, p. 429), compreende o multiculturalismo como “um movimento social que leva ao reconhecimento da diversidade das culturas e à investigação sobre as questões da identidade, dos direitos humanos, da exigência da tolerância entre os povos”. Cabe ressaltar ainda que, além das diferentes concepções, também existe diferentes tipos de multiculturalismos, como destaca Candau (2005), sendo eles:

- Multiculturalismo conservador: considera factível a superioridade branca, a cultura europeia.
- Multiculturalismo liberal: reconhece todos os grupos étnicos como iguais.
- Multiculturalismo liberal de esquerda: considera que os grupos étnicos são diferentes.
- Multiculturalismo crítico: reconhece como fundamental as representações sociais, étnicas, classistas, de gêneros, mas dentro de um contexto de lutas, de afirmação e rejeição de construções simbólicas.

O multiculturalismo conservador baseia-se na existência de uma cultura padrão, única, de forma que esta cultura deveria seguir os ideais da cultura dominante, que no caso seria a caucasiana. Já o multiculturalismo liberal segue a mesma linha de raciocínio que a conservadora, por reconhecer a existência de uma igualdade entre as etnias, confirmando a ideia de que todos são iguais. O multiculturalismo liberal de esquerda acredita nos ideais da pluralidade cultural, reconhecendo a existência de múltiplas culturas em uma mesma sociedade, no entanto, a igualdade é vista como

um elemento que mascara as diferenças culturais. E por fim, o multiculturalismo crítico reconhece o surgimento de movimentos e lutas sociais em defesa de grupos que sofrem preconceito e discriminação, assim, abordando as diferenças com base na dimensão política, desse modo, a pluralidade cultural se faz de forma significativa com base na política de transformação social (MAIA, 2017).

É necessário salientar que o multiculturalismo é um movimento social que desde a sua emergência lida com dificuldades à sua efetiva realização na prática. Isto devido ao paradigma existente que coloca determinada cultura dominante como superior, devendo as demais se subordinarem a mesma. Devido a isso, os princípios multiculturais acabam sendo colocados em segundo plano, não tendo suas ideias postas em prática e acabam perdendo força.

Dessa forma, o multiculturalismo chega a expressar um sentido político que o coloca quase em posição oposta ao pluralismo cultural, visto que o último não engloba a premissa de igualdade de valor das culturas, onde poderiam resultar políticas públicas de favorecimento às culturas menosprezadas. Contudo, o multiculturalismo está, da mesma forma, afastado da postura mental do indivíduo que busca inumeráveis parâmetros e traços culturais para uso imediato. Assim, as propostas multiculturais de igualdade de valores entre as múltiplas culturas não se encontram com voz em universo intercultural que tende a desprender o indivíduo da influência das identidades coletivas organizadas (d'ADESKY, 1997).

CAPÍTULO 2 – IDENTIDADE EM PERSPECTIVA: ENTRE SUBJETIVIDADES E LUTAS POLÍTICAS

Nesta seção discutimos a identidade, que é um aspecto central da experiência humana, abordando também a questão do reconhecimento, e dando enfoque a identidade negra, um fenômeno complexo que envolve a construção de uma identidade racial, cultural e social. Também discorremos sobre a trajetória das ações afirmativas no Brasil até a adoção da política de cotas no ensino superior, destacando a participação do movimento negro nesse processo.

2.1 DIÁLOGOS SOBRE A IDENTIDADE

A identidade enquanto objeto de análise vem ganhando espaço no campo da teoria social, tendo, em sua essência, o argumento de que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno”, que, até então, era visto como um sujeito unificado (HALL, 2005, p. 07).

Logo, estaríamos diante de uma assim chamada “crise de identidade”, que compõe um processo amplo de mudança e transformação, que estaria deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades contemporâneas e reestruturando os quadros de referência que ofereciam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

O fato das identidades modernas estarem enfrentando um colapso, é exposto o cenário de uma mudança estrutural, que seria responsável por transformações na sociedade moderna a partir do século XX, onde os marcadores sociais da diferença, como classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que antes eram vistos como sólidos estão suscetíveis a mudanças, fazendo com que, dessa forma, as identidades pessoais também sejam alteradas, mudando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. A perda desse “sentido de si” enquanto estável é nominada de deslocamento ou descentração do sujeito, apresentando duplo deslocamento-descentração dos sujeitos, tanto do seu lugar no mundo social e cultural, quanto de si mesmos, desse modo, engendrando uma “crise de identidade” para o indivíduo (HALL, 2005).

Assim, no mundo contemporâneo em que vivemos, muita das vezes, nós, enquanto sujeitos, também estamos suscetíveis a qualquer concepção essencialista

ou pré-estabelecida de identidade. Para adentrarmos os viés identitários, é necessário expor as três concepções de identidade que Stuart Hall propõe, sendo elas: sujeito do iluminismo; sujeito sociológico; sujeito pós-moderno (HALL, 2005).

O sujeito do iluminismo se caracteriza pela concepção da pessoa humana enquanto um sujeito centrado, unificado e que possui capacidade de razão, ação e consciência. O “centro” desse indivíduo era constituído por um “núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia”, mesmo que ainda permanecesse o mesmo durante toda a vida do indivíduo, isto é, o “centro” desse indivíduo era sua identidade (HALL, 2005, p. 10).

Já o conceito do sujeito sociológico expunha a gradativa complexidade do mundo moderno e seus avanços, tendo como ideia basilar o fato de que o núcleo interior desse sujeito não era algo autônomo e autossuficiente, mas sim pautado nas relações sociais com outros indivíduos, principalmente aqueles que possuíam um grau de importância para o indivíduo, pois eles mediaria os valores, sentidos e símbolos para ele.

De acordo com essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem (HALL, 2005, p. 11).

No viés sociológico, a identidade ocupa a função de delimitar o espaço entre o interior e o exterior, entre o que seria o mundo pessoal e o mundo público. Em síntese, o fato de idealizarmos a nós próprios nessas identidades culturais, paralelamente em que internalizamos seus valores e simbolismos, fazendo-os parte de nós mesmos, colabora para a convergência entre as vivências subjetivas e os lugares objetivos em que ocupamos no cotidiano no mundo social e cultural. Sendo assim, a identidade pode ser utilizada para atrelar o sujeito à estrutura, estabilizando os sujeitos e os mundos culturais que eles perpassam, tornando ambos unificados.

E por fim, o sujeito pós-moderno, que já estaria inserido na própria modernidade, se configura por não possuir uma identidade fixa, imutável e permanente, tornando-se algo móvel. A identidade desse sujeito pós-moderno sofre transformações continuamente em relação às formas pelas quais somos representados nos sistemas culturais em que convivemos. Uma das características

da identidade desse sujeito é que ela é definida historicamente e não biologicamente, ou seja, são momentos distintos que engendram essa identidade, que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente.

Logo, podemos compreender as três concepções de identidade expostas como uma trajetória linear, onde cada uma sofreu alterações e metamorfoses que culminaram no desenvolvimento das identidades dos sujeitos. Partindo do sujeito do iluminismo que possuía uma identidade fixa, para o sujeito sociológico, com uma identidade afetada pela sociedade e suas relações, chegando ao sujeito pós-moderno e sua identidade fragmentada.

No mundo contemporâneo, os meios de comunicação são agentes de grande importância na redefinição de identidades, partindo da diversidade e amplitude de seus conteúdos. Para corroborar a sua teoria, o autor parte do pressuposto de que as identidades estão sendo descentradas, deslocadas e fragmentadas, dando origem a identidades híbridas, em que tal fato corresponderia uma das consequências da globalização sobre a representação social que os indivíduos fazem de si e dos outros, em uma visão individual e coletiva.

Em conformidade com Hall (2005, p. 87), a globalização tem um efeito “pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas”. Todos esses movimentos de mudanças simbolizam um processo de alteração crucial para a sociedade, a ponto de ser necessário questionar se não seria a própria modernidade que estaria sendo transformada durante o percurso dessa transformação.

Nessa perspectiva, é possível notarmos que a identidade constitui-se de um constante processo produzido culturalmente, socialmente e historicamente. Logo, devemos evidenciar como a sociedade brasileira construiu estigmas contra a população negra, associando-as a características físicas, morais, raciais ou religiosas consideradas negativas e inferiores. E a partir dessas atitudes, foi concebido um projeto de condutas racistas, reafirmando estereótipos, padronizando conceitos sobre a população negra e fomentando e intensificando cada vez mais comportamentos discriminatórios.

Goffman (2004) define estigma como uma simbiose entre atributo e estereótipo, apesar do autor expor que, em parte, tal conceituação deveria sofrer modificação, pois, há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao

descrédito. Assim, um atributo que estigmatiza um indivíduo pode ser utilizado para confirmar a normalidade de outro, portanto ele não é nem horroroso e nem desonroso. Para explicar tal cenário, o autor elucida que

[...] alguns cargos nos Estados Unidos obrigam seus ocupantes que não tenham a educação universitária esperada a esconder isso; outros cargos, entretanto, podem levar os que os ocupam e que possuem uma educação superior a manter isso em segredo para não serem considerados fracassados ou estranhos (GOFFMAN, 2004, p. 06).

Buscando esclarecer ainda mais as questões que envolvem o conceito de estigma, Goffman (2004) nos apresenta três tipos de estigma distintos, sendo eles as abominações do corpo – que englobam as deformidades físicas –, as culpas de caráter individual – que são assimiladas a uma vontade fraca, como, por exemplo, paixões, crenças falsas e rígidas, desonestidade, vício, alcoolismo e comportamento político radical – e, por último, os estigmas tribais de raça, nação e religião – que, hipoteticamente, podem ser transmitidos por linhagem e “contaminar” os membros de uma família –.

Em todos os tipos de estigmas apresentados previamente, existe um ponto de convergência possuindo as mesmas características sociológicas: um determinado sujeito que poderia ter sido facilmente incluído nas relações sociais cotidianas da sociedade, entretanto, possui um traço que pode destacar a atenção e repelir aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para seus outros atributos.

A construção de estigmas é uma das mais eficazes formas de discriminação, uma vez que faz a atribuição de características negativas ao outro. Os estigmas impostos à população negra estão, principalmente, intrinsecamente ligados à cor da pele, como se tal característica fosse uma marca de algo negativo e não apenas um traço da identidade pessoal do indivíduo.

Nesse sentido, a identidade pessoal está correlacionada com a premissa de que o indivíduo pode ser diferenciado de todos os outros e, ao mesmo tempo, criar uma ligação contínua e única de fatos sociais, incorporando ao indivíduo suporte para a sua identidade. O que torna-se difícil de notar é que a identidade pessoal pode realizar uma função estruturada e padronizada na organização social devido à sua unicidade, que o diferencia um sujeito de todos os outros, em sua essência única, assim como em um aspecto geral.

O processo de identificação pessoal pode ser observado claramente em ação se se toma como ponto de referência não um pequeno grupo, mas uma grande organização impessoal, como o governo de um Estado. É atualmente uma prática organizacional padronizada que se registrem de maneira oficial todos os elementos que servem para identificação positiva do indivíduo, ou seja, utiliza-se um conjunto de marcas para diferenciar a pessoa assim marcada de todos os outros indivíduos (GOFFMAN, 2004, p. 51).

Castells (2018) reforça os achados de Goffman, relatando que, no que tange aos atores sociais, podemos compreender a identidade como um processo de construção de significados baseado em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, podendo prevalecer sobre outras fontes de significado. Para um determinado sujeito ou ainda um ator coletivo, pode ocorrer, como aludido, o fato de haver identidades múltiplas, ao mesmo tempo.

Contudo, essa pluralidade fomenta tensão e contradição tanto na auto representação, quanto na ação social, visto que é preciso determinar a distinção entre a identidade e o que tradicionalmente os sociólogos denominam “papéis, e conjuntos de papéis”. Os papéis, como, por exemplo, familiar, trabalhador, vizinho, militante, sindicalista, atleta ou frequentador de uma determinada igreja ao mesmo tempo, são estabelecidos através de normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A relevância desses papéis no ato de influenciar o comportamento dos indivíduos baseia-se nas negociações e acordos entre os sujeitos e essas instituições e organizações. Logo, as identidades constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas através de um processo de individuação (CASTELLS, 2018, p. 54).

As identidades também podem ser constituídas a partir de instituições dominantes, onde assumem tal condição quando, e se, os atores sociais as internalizam, moldando seu significado baseado nessa internalização. Contudo, identidades são matrizes mais importantes de significado do que papéis, devido ao processo de autoconstrução e individuação que a englobam. Podemos dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções, assim, a identificação simbólica, por parte de um ator social, da proposito a ação praticada por tal ator.

Pela perspectiva sociológica, toda e qualquer identidade é construída, entretanto, um ponto que também deve receber destaque é o fato de que como, a partir de que, por quem, e para que isso acontece. A construção de identidades sociais

vale-se de origens fornecidas por outras ciências, como a história, geografia, biologia, por instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e também por aparatos de poder (CASTELLS, 2018). Todavia, todas essas informações são processadas pelos sujeitos, grupos sociais e sociedades, de modo que reorganizem seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, assim como em sua visão de tempo e espaço.

2.2 IDENTIDADE NEGRA: NOVOS TEMPOS, NOVOS RUMOS

Ao longo da história da humanidade, a etnia/raça sempre foi uma fonte fundamental de significado e reconhecimento, tratando-se de um dos marcadores sociais primários de distinção e reconhecimento social, como também de discriminação, sendo base para o surgimento de protestos e lutas por igualdade e justiça social.

A identidade racial brasileira, em especial a identidade negra, e as formas brasileiras de racismo estão no epicentro da discussão político-cultural, presente nos discursos dos meios de comunicação, nos produtos culturais de massa, em pronunciamentos oficiais, nas universidades e em diversos outros espaços da sociedade. Entretanto, como construir uma identidade racial positiva em uma sociedade racista?

A problemática do racismo no Brasil está interligada à formação cultural e social, logo, enfrentamos um problema que por séculos se fez e ainda se faz presente na sociedade brasileira, afetando a população negra em diversas esferas sociais. Em uma sociedade onde o racismo está presente no cotidiano e as instituições não o tratam de forma ativa e como um problema, as desigualdades raciais irão se reproduzir facilmente e as práticas racistas continuarão a ser normalizadas em toda a sociedade (ALMEIDA, 2019).

Devemos expor que o racismo não se limita à representatividade, ainda que primordial, a mera presença de pessoas negras e outros grupos minoritários em espaços de poder e tomadas de decisões não simboliza que a instituição deixará de atuar de modo racista. Assim, a ação dos sujeitos é guiada e, em muitos casos, só é possível por meio das instituições, possuindo como pano de fundo os princípios estruturais da sociedade (ALMEIDA, 2019).

Contudo, apesar da representatividade não impedir as práticas racistas de

serem reproduzidas na sociedade, se caracteriza como uma alternativa para a construção de uma identidade negra positiva. Os efeitos da colonização ressoam até os dias atuais em nossa sociedade, sendo assim, a representatividade é um passo importante na luta contra o racismo e outras formas de discriminações.

A representatividade pode possibilitar a abertura de um espaço político para que as demandas dos grupos minoritários possam ser escutadas, em especial, quando a liderança conquistada for resultado de um projeto político coletivo, além de desestruturar as narrativas discriminatórias que sempre colocam minorias em locais de subalternidade, fazendo que as minorias, especialmente a população negra, questionem e ascendam o lugar social que o imaginário racista lhes reservou.

Assumir a identidade negra no Brasil pode ser um processo extremamente difícil, considerando que os modelos propriamente ditos como positivos são pouco divulgados, em comparação aos modelos de pessoas brancas. Em contrapartida, os modelos negativos da população negra são evidencialmente observados em nossa sociedade, como na população em situação de rua, presídios, periferias e outros contextos, em geral, negativos. Dessa forma, a necessidade de introduzir modelos positivos de representação se faz necessário em todos os cenários. A construção de identidade, incluindo a identidade negra, passa por um processo coletivo, onde as referências são um dos principais pontos basilares nesse processo. Logo, emerge a indispensabilidade de fomentar os valores culturais, partindo da diversidade e da diferença e não da atribuição de valores hierarquizados como tem sido até os tempos atuais.

A construção da identidade negra é um tema complexo e multifacetado que envolve questões históricas, culturais e sociais. De acordo com o antropólogo Kabengele Munanga, a identidade negra é construída através da interação entre o indivíduo e a sociedade em que ele está inserido, bem como das representações culturais e simbólicas associadas à negritude. Para o autor, a identidade negra é construída em um processo de negociação contínua entre a autoimagem do indivíduo e a imagem que a sociedade faz dele. Isso ocorre porque a negritude é frequentemente associada a estereótipos e preconceitos que são reproduzidos na mídia, na literatura e em outros espaços de representação cultural. Assim, para se afirmar como negra, a pessoa precisa superar esses estereótipos e reivindicar uma identidade positiva baseada em sua própria história e cultura.

Segundo Gomes (2012) os processos identitários são construídos de forma

gradativa, desde as primeiras interações estabelecidas no grupo social mais íntimo, o núcleo familiar, até outras interações que o sujeito estabelece em seu cotidiano, logo, torna-se primordial os modelos identificatórios positivos. A construção positiva de uma identidade negra é um desafio a ser enfrentado por toda a população negra brasileira, dado que a história sempre ensinou ao negro que para ele ser aceito era necessário negar-se a si próprio.

Além disso, a construção da identidade negra também influenciada pelas representações culturais e simbólicas associadas à negritude. A arte, a música, a literatura e outras formas de expressão cultural são importantes na formação de uma identidade positiva, pois elas ajudam a desafiar os estereótipos e a reafirmar a riqueza e diversidade da cultura negra. Contudo, é importante lembrar que a construção da identidade negra não é um processo homogêneo, e que as experiências individuais e coletivas de cada pessoa são únicas.

No cenário brasileiro, a politização da ideia de raça, compreendendo-a enquanto potência de emancipação e não como uma regulação de cunho conservador, mostra como ela auxilia na construção de identidades raciais. Assim, com a ressignificação da raça, o movimento negro indaga a própria história do país e da população negra, construindo novos rumos e novas ferramentas para dismantelar os mecanismos de reprodução do racismo não apenas na estrutura do Estado, mas também no cotidiano das suas próprias vítimas (GOMES, 2012).

Podemos citar o espaço escolar como um dos locais mais utilizados para transmissão de valores, sendo também território intensificador do ideal de diversidade e pluralidade, tratando o diferente como diverso e não como inferior. Se o sentimento de inferioridade racial, que há muito tempo vem sendo fomentado, não for interrompido e desconstruído, o processo de construção de uma identidade negra positiva estará sempre comprometido (DAMASCENA e MIRANDA, 2018).

Nessa perspectiva, podemos mencionar a Lei n. 10.639/2003, promulgada em 9 de janeiro de 2003 pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como um dos exemplos que corroboram com a construção positiva de uma identidade negra. Apontada como um marco na luta pela superação da desigualdade racial na educação brasileira, ela altera o artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e torna obrigatório o estudo da temática História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino da educação básica das redes pública e privada de todo o país.

Com esta medida se reconhece a necessidade da valorização da história da população afro-brasileira, buscando reparar os danos causados à cultura, identidade e aos direitos da população negra. Cabe ressaltar ainda que tal legislação é resultado de um longo processo de ativismo do movimento negro e sua demanda pela igualdade racial e social, encadeando um movimento em direção a ressignificação de práticas voltadas para a educação, no sentido de pautá-las na valorização da imagem da população negra e reafirmar as suas contribuições na formação brasileira.

Como destaca Munanga (1986, p. 53), “a autoimagem positiva é fundamental para a autoafirmação e para a construção de uma identidade negra saudável, baseada no amor e no respeito à cultura e à história dos afrodescendentes”, sendo negociada e renegociada, em virtude dos critérios ideológico-políticos e as relações de poder, logo, trabalhar a cultura negra, que por séculos foi negada, marginalizada e inferiorizada, é umas das alternativas para se construir uma consciência coletiva ressignificar a identidade e a construção de uma sociedade multicultural.

A questão da diversidade e da luta por reconhecimento das diferenças e pluralidades faz parte da agenda de discussão de múltiplos países, até mesmo daqueles que previamente se apresentavam como monoculturais. Por séculos, as práticas racistas, xenofóbicas e todos os tipos de discriminações, incluindo as religiosas, chamadas intolerâncias religiosas, engendraram desigualdades e perpetuam estereótipos, caracterizando-se como uma violação dos direitos humanos, em especial o direito de ao mesmo tempo ser igual e diferente. Assim, emerge a importância da implementação de políticas que objetivem o respeito e o reconhecimento das diferenças (MUNANGA, 2022).

2.3 O RECONHECIMENTO EM QUESTÃO

A questão do reconhecimento é um tema central na teoria social e política contemporânea e para discutirmos tal temática, utilizaremos as perspectivas de Axel Honneth e Nancy Fraser, que são dois importantes pensadores que têm contribuído para o debate sobre essa questão. Enquanto Fraser destaca a importância da justiça social como condição para o reconhecimento, Honneth enfatiza a dimensão intersubjetiva do reconhecimento e a sua importância para a formação da identidade individual e coletiva.

É necessário explicitar, primeiramente, que foi a partir de Habermas, que buscou superar a primeira geração da Teoria Crítica, que a filosofia social tornou-se

presente no campo da teoria política normativa, fazendo com que, assim, passasse a analisar os movimentos sociais na esfera pública. Desse modo, emergem as teorias de Honneth e Fraser, objetivando discutir as novas lutas sociais, tendo como foco o reconhecimento. Apesar de discutirem o mesmo fenômeno, ambos os autores adotam caminhos teóricos distintos, expondo suas premissas e apontando seus argumentos para embasar tais teorias. Contudo, tanto Honneth quanto Fraser objetivam o mesmo fim: uma possibilidade de renovação e modificação da sociedade através do combate à injustiça.

Axel Honneth, adepto da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt– vertente filosófica que busca intervir, de forma política e intelectual, nas pautas de emancipação partindo da lógica da organização social em vigor –, baseando-se na filosofia hegeliana, disserta sobre a luta por reconhecimento em estudos, tentando compreender a socialidade e seus efeitos sobre o reconhecimento, aos processos de construção social da identidade, bem como o papel dos conflitos sociais neste cenário (HONNETH, 2003).

Em síntese, o autor conceitua a teoria do reconhecimento como lutas motivadas por grupos sociais, em tentativa de, cunho coletivo, de instaurar de forma institucional e cultural mecanismos para ampliar o reconhecimento, culminando, assim, na transformação da sociedade. Sendo assim, Honneth entende o reconhecimento como uma forma de construção intersubjetiva, por onde os indivíduos reivindicam sua efetivação em três esferas imprescindíveis, sendo essas as ligações emotivas fortes, a adjudicação de direitos e a orientação por valores. Honneth se destaca pela ênfase que atribui ao caráter moral das lutas sociais, percebendo a redistribuição como reconhecimento.

As primeiras, as ligações emotivas, constituem-se por intermédio das relações sociais e de amor, sendo fundamental para a construção da personalidade dos indivíduos, visto que dentro dessa dinâmica, os conflitos serão comuns e, assim, um aprenderia com o outro a se verem como autônomos e a verem suas próprias diferenças. Honneth ainda expõe que em todas as relações amorosas existe uma relação de dependência/autonomia, pois a necessita da confiança básica do indivíduo em si próprio e na sociedade. O autor traz como exemplo a relação maternal, como a de uma mãe com um filho, durante a infância, que, a princípio, pode ser visto como uma aventura infantil, mas que futuramente será um pilar fundamental para o pré-reconhecimento e para a construção do amor de si mesmo, assim como a autoconfiança, tornando possível, dessa forma, a formação de uma base emotiva bem

fundamentada, tanto para a defesa quanto para a reivindicação de direitos (HONNETH, 2003).

Já a segunda, a adjudicação de direitos, é pautada pelos fundamentos morais universalistas, moldados na modernidade. Assim, o sistema jurídico, por exemplo, deve expressar os interesses de todos os cidadãos, não havendo distinção ou privilégios de um em detrimento do outro. É através do acesso ao direito que os indivíduos são reconhecidos enquanto seres humanos dotados de igualdade (HONNETH, 2003).

E o terceiro e último, a orientação por valores, ou reconhecimento da estima social, está pautada no domínio entre as relações de cunho solidário, que culmina no respeito universal. Esse princípio é o resultado da integração dos outros dois, apresentados previamente. Para Honneth (2003, p. 198), para alcançarem uma auto-relação infrangível, “os sujeitos humanos precisam ainda, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas”.

A estima social foi sofrendo mudanças que resultaram em seu afastamento do critério da honra e da hierarquia, assim, à mudança ocorrida na modernidade, com a reafirmação da autonomia dos sujeitos, se sucedeu a transição do critério da honra ao da reputação e em seguida do prestígio, para que assim, molda-se o conceito sintetizador de status social. Esse aspecto moral dos conflitos resulta na visibilidade e atenção ao cotidiano, em especial as relações, propondo uma continuação entre as relações e as vivências, principalmente quando essas vivências acontecem com a presença do desrespeito, atrelado ao sentimento de injustiça. No dia a dia, ainda é presente, exposto como um saber evidente, que a integridade do indivíduo ocorre de modo subterrâneo aos padrões de assentimento e/ou reconhecimento (HONNETH, 2003).

É no tratamento diferenciado e pejorativo, que se é desempenhado um papel de dominância moral, assim como ofensas e rebaixamentos de determinados grupos, fazendo que os mesmos não sejam respeitados e tenham seu reconhecimento recusado. Como o autor explica, é a partir da simbiose entre individualização e reconhecimento que emerge também o desrespeito e a vulnerabilidade, considerando que a autoimagem de cada ser humano é dependente da possível existência de uma segurança constante no outro.

Contudo, esse panorama de injustiça pode culminar em uma ressignificação, ganhando caráter político e sendo utilizado como motor emancipatório, uma vez que

essas situações de respeito seriam necessárias para um grupo, para que assim manifestam-se como motivação para ação, exigindo, de forma coletiva, o reconhecimento e sua ampliação. Ou seja, a degradação ameaça a identidade, no entanto, é algo basilar para a formação das lutas por reconhecimento (HONNETH, 2003).

O nexo existente entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio resulta da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal: os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades. A extensão dessas propriedades e, por conseguinte, o grau da auto-realização positiva crescem com cada nova forma de reconhecimento, a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito: desse modo, está inscrita na experiência do amor a possibilidade da autoconfiança, na experiência do reconhecimento jurídico, a do auto-respeito e, por fim, na experiência da solidariedade, a da auto-estima (HONNETH, 2003, p. 272).

Entretanto, cabe ressaltar que o que decide o desfecho destas lutas por reconhecimento não é somente o poder disposto através da força simbólica de grupos específicos, mas também o *mood* do cenário público. Sucintamente, quanto mais atenção determinado movimento social receber da esfera pública para as pautas invisibilizadas daquele grupo, maior será a possibilidade de emergir na sociedade um valor social para aquele grupo, elevando a reputação de seus membros.

Honneth justifica as motivações para ter o reconhecimento como foco central de sua teoria, sendo eles a demanda de expor o vínculo entre subjetividade e intersubjetividade, a necessidade de trazer à tona novamente a filosofia de Hegel e, também, a escolha do autor em desenvolver argumentos críticos, para que, assim, possa refutar teorias de outros teóricos (HONNETH, 2003).

Podemos sintetizar a concepção de reconhecimento defendida por Honneth apontando que a identidade do sujeito é determinada por um processo intersubjetivo intermediado pelo conflito e pelo reconhecimento. Desse modo, é por meio de suas três dimensões – amor, direito e solidariedade – que é proposta uma normativa, onde os indivíduos e os grupos sociais estariam aptos a construir suas identidades ao tempo que elas são reconhecidas, seja através da relação com o próximo, na prática institucionalizada ou no convívio na sociedade.

E buscando expor outra perspectiva acerca da luta por reconhecimento,

recorremos à Nancy Fraser (2002), expondo que as lutas por reconhecimento se expandiram nas últimas décadas, revelando que a reivindicação por tal reconhecimento é estrutura basilar de muitos conflitos sociais, como o multiculturalismo, as lutas no espectro de gênero e sexualidade e, até mesmo, as campanhas políticas, buscando soberania nacional e autonomia subnacional. Contudo, cabe ressaltar que essas lutas são heterogêneas, algumas apresentam caráter emancipatório, enquanto outras são condenáveis.

É argumentado que, em conflitos na era da modernidade, as identidades grupais substituem os interesses de classe como incentivo primordial para a mobilização política. Dessa maneira, é discutido que as disputas por reconhecimento ocorrem em um universo de desigualdade material desproporcional, tanto na renda, como em posse de propriedades, bem como no acesso ao trabalho assalariado, na educação, na saúde e no lazer.

Geralmente, as lutas de hoje por reconhecimento incorporam frequentemente um modelo para chamar a atenção para uma presumida especificidade de um determinado grupo, ou, até mesmo, de criá-la performaticamente, e, logo, afirmar seu valor, sendo assim, elas buscam a promoção da diferenciação do grupo. Já as lutas por redistribuição, em contrapartida, buscam abolir os arranjos econômicos que fundamentam a especificidade do grupo específico, como, por exemplo, as demandas feministas para abolir a divisão do trabalho segundo o gênero. Assim, elas tendem a promover a desdiferenciação do grupo. Dessa forma, resultando no fato que a política do reconhecimento e a política da redistribuição parecem ter lógicas distintas.

Todavia, para Fraser que é adepta da Teoria Crítica, cabe utilizar essa mesma teoria para se ter um novo olhar sobre o reconhecimento, defendendo exclusivamente aquelas ramificações da política cultural que permita mesclar as políticas igualitárias, ou redistributivas, com as de reconhecimento, pois ambas são vitais. Sendo assim, torna-se inviável supor um reconhecimento cultural e uma igualdade social sem que ambos tenham uma relação saudável.

Ainda ao que tange a integração entre a redistribuição e reconhecimento em um único mecanismo, o foco passa a ser a compreensão das relações entre ambas as estruturas. É necessário uma abordagem satisfatória legitimando a complexidade dessa relação, contudo, reconhecendo a diferenciação entre classe e status e acolhendo a mútua dissociabilidade entre distribuição e reconhecimento, tanto na teoria, como na prática.

A autora dá continuidade à discussão expondo que as discussões filosófico-

morais que giram em torno das pautas de reconhecimento e redistribuição, enfatizando a ligação da redistribuição com a moralidade de Kant e do reconhecimento com a ética de Hegel, além de ambos os conceitos estarem diretamente interligados as premissas de “justo” ou “bem” Assim, por fim, Fraser esclarecer que a redistribuição é pertencente ao campo da moralidade e o reconhecimento ao campo da ética (FRASER, 2007).

A distribuição evidentemente pertence ao lado da moralidade dessa disputa. O reconhecimento, entretanto, à primeira vista, parece pertencer à ética, uma vez que exige o julgamento sobre o valor de práticas, características e identidades variadas. Portanto, não surpreende que muitos teóricos deontológicos simplesmente rejeitem as reivindicações pelo reconhecimento da diferença como violações da neutralidade liberal, por concluírem que a justiça distributiva esgota por completo a moralidade política. Também não surpreende que, ao contrário, muitos teóricos do reconhecimento se alinhem à ética contra a moralidade; seguindo o mesmo raciocínio que seus contendores liberais, eles concluem que o reconhecimento demanda julgamentos qualitativos de valor que excedem as capacidades dos modelos distributivos (FRASER, 2007, p. 105).

A emersão do reconhecimento apresenta uma expansão e um novo rumo para a justiça social, pois, logo, o eixo da classe não será mais o único em destaque, sendo englobado, questões raciais, de gênero, sexualidade, religião e nacionalidade, fazendo com que, dessa forma, haja um avanço e que a justiça social em si ultrapasse as questões de distribuição apenas, e passe a abarcar os temas de representação, identidade e diferença.

A identidade culmina em um processo histórico, cultural e social e diante aos escassos modelos de representações positivas e a busca por reconhecimento, a construção de uma identidade através da auto afirmação emerge como um instrumento de resistência aos padrões impostos pela sociedade, que por séculos privilegia um determinado grupo social. Como coloca a autora, existem fortes interferências mútuas entre as lutas por reconhecimento e as lutas por redistribuição. Comumente, aqueles que vivenciam processos de exclusão de bens e serviços sociais, são os mesmos que vivenciam a poda cultural e a invisibilidade de suas identidades (FRASER, 2002). Sob essa perspectiva, a luta por reconhecimento não busca apenas a valorização das identidades, mas também superar o status de subordinação.

A autora teceu críticas ao chamado paradigma identitário do reconhecimento, onde pensar o reconhecimento partindo de uma perspectiva de autenticidade

identitária seria um erro, tanto teórico, como político, pois acreditava que tal vertentes culminaria em dificuldades para a observação empírica e levaria a reificação das identidades sociais. Expondo também que os novos movimentos sociais, tais como, feminismo, multiculturalismo, antirracismo, os direitos da comunidade LGBTQIA+, dentre outros, estão alinhados ao chamado “neoliberalismo de esquerda” ou progressista, onde ocorre o encontro desses movimentos com os setores capitalistas dominantes (FRASER, 2017).

Em muitos casos, as lutas por reconhecimento não estão em sincronia com as lutas por redistribuição. Dentro dos próprios movimentos sociais, como, por exemplo, o feminismo, algumas tendências ativistas veem a redistribuição como uma medida para remediar a dominação masculina, estando cada vez mais desconexas das tendências que olham para o reconhecimento da diferença de gênero. Essa dissociação resulta em uma polarização, onde mecanismos da redistribuição compreendem as reivindicações por reconhecimento das diferenças apenas como uma “falsa consciencia”, um obstáculo ao alcance da justiça social.

Assim, são levantados questionamentos sobre qual seria o melhor caminho a se seguir: redistribuição ou reconhecimento? Para responder tais indagações, Fraser (1995; 2007) explica que justiça necessita tanto redistribuição quanto reconhecimento, pois nenhum deles, sozinho, é suficiente. Contudo, no momento em que se adota essa premissa, a questão de como conciliá-los torna-se prioridade. As características emancipatórias das duas temáticas necessitam ser combinadas em um modelo abrangente e singular. O grande trabalho é elaborar um conceito amplo de justiça que seja capaz acomodar tanto as reivindicações de igualdade social como as reivindicações de reconhecimento da diferença.

Devemos destacar a necessidade de efetuarmos uma justiça social que não seja enraizada de modo isolado em ferramentas de combate a má distribuição de bens e valores, ou naqueles inerentes ao combate do não reconhecimento, o que poderia causar um bloqueio de uma busca pela outra, mas sim, em ferramentas que nos permitam perceber, de forma conjunta, tanto a satisfação da redistribuição, quanto do reconhecimento (FRASER, 2002).

Para sintetizarmos a teoria do reconhecimento pela ótica de Fraser, podemos dizer que se faz necessário compreendermos que a autora não descarta a importância da noção de reconhecimento exposta por Honneth e outros estudiosos, contudo, ela vai além e adiciona ao debate a variável da questão política e econômica de redistribuição.

Ambas as teorias expostas pelos autores caracterizam-se como fundamentais para entendermos a realidade social, bem como as políticas sociais voltadas para a reparação de injustiças, principalmente para os grupos sociais minoritários, que foram historicamente segregados e perseguidos. Ambos os autores expõem possibilidades conceituais, dentro do campo da Teoria Crítica, para refletirmos sobre as questões identitárias, indicando caminhos para a transformação da realidade.

2.4 A CRÍTICA AO IDENTITARISMO

O identitarismo, ou identitarismo político, é uma tendência política e social que se concentra na defesa e na promoção dos direitos e interesses de grupos identitários específicos, como mulheres, negros, LGBTQIA+, dentre outros grupos minoritários. Embora o identitarismo possa ter bons objetivos, como promover a justiça social e a igualdade, ele também tem sido alvo de críticas por diversos acadêmicos.

Uma das principais críticas ao identitarismo é que ele pode levar a uma fragmentação da sociedade, em que as pessoas se veem cada vez mais em termos de suas identidades grupais e menos em termos de uma identidade coletiva. O filósofo político Francis Fukuyama (2018), em seu livro “Identidade: A Busca por Dignidade e os Desafios do Mundo Moderno”, argumenta que o identitarismo pode levar a um enfraquecimento da solidariedade social e, por consequência, minar a capacidade de uma sociedade de resolver seus problemas coletivamente.

O identitarismo pode levar a uma politização excessiva das identidades, o que pode levar à criação de demandas por políticas públicas que não necessariamente levam a uma melhoria real das condições de vida das pessoas. Lilla (2018) argumenta que o foco excessivo no identitarismo pode levar a uma distração dos problemas reais da política e da economia.

Os movimentos sociais que, a princípio, tratava de grupos socialmente excluídos, como mulheres e negros que buscavam por reparação histórica, há algumas décadas vem sendo utilizado como instrumento de uma pseudopolítica de autoestima e de uma autodefinição que apresenta-se, crescentemente, de modo excludente e se faz presente nos movimentos sociais e ambientes acadêmicos. Tal política influenciou a visão de mundo dos jovens fazendo com que os mesmos olhassem apenas para sua interioridade, exilando as realidades externas à sua “bolha social” (LILLA, 2018).

O autor ainda revela que o crescimento dos estudos acerca de grupos

identitários, por um lado, foi algo positivo, pois auxiliou no incentivo à ampliação do escopo das investigações, visibilizando experiências de grandes grupos sociais, porém, por outro lado, permitiu o surgimento de uma obsessão com a marginalização, fazendo com que estudantes possuíssem uma visão binária do mundo.

O estudo de grupos identitários parecia agora a tarefa acadêmico-política mais urgente, e não tardou para que houvesse uma proliferação extraordinária de departamentos, centros de pesquisa e cadeiras profissionais a ele dedicados. O que, em parte, foi uma coisa muito boa. Incentivou as disciplinas acadêmicas a ampliarem o escopo de suas investigações, para incorporar as experiências de grandes grupos até então invisíveis, como as mulheres e os afro-americanos. Mas também alimentou uma obsessiva fascinação com as margens da sociedade, de tal maneira que os estudantes acabavam formando uma imagem distorcida da história [...] (LILLA, 2018, p. 48).

Em síntese, é necessário ter consciência que, nós, enquanto indivíduos inseridos em uma sociedade, jamais concordaremos com as pessoas em tudo e isso é o que se espera na democracia em que vivemos. Uma das decorrências de se engajar em um movimento social ligado à identidade é que você estará rodeado por pessoas que compartilham o mesmo pensamento que você, possuem a mesma aparência e o mesmo nível de instrução.

Com a emergência da consciência identitária, o engajamento em movimentos que realmente possuíam preocupações específicas começou a diminuir, e permaneceu-se a convicção de que os movimentos mais significativos para o indivíduo seriam aqueles que diziam respeito ao próprio indivíduo, pois, como o autor explica, “a política mais profunda, e potencialmente mais radical, vem diretamente da nossa própria identidade, em oposição a trabalhar para pôr fim à opressão de outrem” (LILLA, 2018, p. 48).

É notável que toda a trajetória de processos de exploração colonial e escravista marcaram a história do Brasil e influenciaram na construção das identidades étnico-raciais, possibilitando a compreensão de que ser negro é uma construção inata. Mas na verdade engloba uma série de questões e identificações que implicam sentimentos de pertencimento étnico e autoestima que estão diretamente conectados a um lugar social e simbólico, a um modo de ser e estar na sociedade e de se relacionar com demais sujeitos integrantes desta.

Fraser (2007) elucida que o não reconhecimento culmina na depreciação de tal

identidade pela cultura dominante e, em consequência disso, causa um dano pessoal aos componentes desse grupo. Nesse panorama, é vital uma reparação desse dano, que tem como significado a reivindicação do “reconhecimento”, acarretando assim na solicitação de que os componentes desse grupo venham a se unir para um “remodelamento” de sua identidade como um grupo, através da criação de uma cultura própria, de autoafirmação. Isto é, se caracterizando em uma política de reconhecimento que significa “política de identidade”.

Em sua obra “*Armadilha da identidade*”, Haider (2019), ao delinear suas ideias, explica que é necessário criticar a política identitária, não aqueles movimentos pioneiros que moldaram nossa sociedade, mas sim esses movimentos contemporâneos, que desviaram-se de sua forma inicial como uma prática revolucionária e hoje em dia apresentam-se como uma política identitária individualista.

O autor recorre a Judith Butler para expor como a política no liberalismo se caracteriza por nos tornamos sujeitos que participam da política através da sujeição ao poder. Logo, é colocado em pauta que o que chamamos de política identitária nada mais é do que algo produzido por um Estado que só pode dar reconhecimento e direitos aos sujeitos totalizados pela particularidade construída por seu status de demandante..

De fato, ela estava apenas expressando um princípio clássico e inevitável do liberalismo. Judith Butler explicou que “identidades são formadas dentro das formações políticas contemporâneas em relação a certos requisitos do Estado liberal”. No discurso político liberal, as relações de poder são reduzidas à lei, mas como Michel Foucault mostrou, elas são na verdade produzidas e exercitadas em uma gama de práticas sociais: a divisão do trabalho na fábrica, a organização espacial da sala de aula e, é claro, os procedimentos disciplinares da prisão. Nessas instituições, coletividades de pessoas são separadas em indivíduos que são subordinados a um poder dominante. Mas essa “individualização” também os constitui como sujeitos políticos – a unidade política básica do liberalismo, afinal, é o indivíduo (HAIDER, 2019, p. 34).

Ainda acerca da correlação entre as políticas identitárias contemporâneas e o liberalismo, Sendo assim,

[...] “o que chamamos de política identitária é produzida por um Estado que só pode dar reconhecimento e direitos a sujeitos totalizados pela particularidade que constitui seu status de demandante”. Se podemos

reclamar que somos de algum modo lesados com base em nossa identidade, como se apresentássemos uma queixa num tribunal, podemos demandar reconhecimento do Estado com base nisso. E uma vez que identidades são a condição da política liberal, elas se tornam cada vez mais totalizantes e reducionistas (HAIDER, 2019, p. 35).

Assim, para o autor, a política identitária se torna a neutralização de movimentos contra a opressão de grupos minoritários, se apropriando de um legado emancipatório e colocando-o a serviço do avanço das elites políticas e econômicas. Os movimentos sociais não deveriam ser considerados desvios de um universal, mas sim um pilar para desestruturar a categoria de identidade e tecer críticas às formas contemporâneas de política identitária.

O ponto crítico, pela perspectiva do Haider (2019), não é deslegitimar os movimentos, mas sim traçar uma linha de demarcação entre os movimentos de massa emancipatórios do passado, que lutaram contra o racismo, sexismo, dentre outras formas de opressões, e as ideologias identitárias contemporâneas, que estão intrinsecamente interligadas à um determinado público.

A existência de críticas à política identitária é amplamente reconhecida, no entanto, discuti-lo construtivamente tem se mostrado ser um desafio, uma vez que, atualmente, e com frequência, “os pensadores e militantes da esquerda radical ficam relutantes em criticar até mesmo a mais elitista das expressões da ideologia racial”, como de outras minorias, por receio de que pareça estarem deslegitimando qualquer movimento contra o combate às opressões (HAIDER, 2019, p. 47).

Explorando ainda mais a discussão, o autor discorre acerca da ideologia racial, relatando que até mesmo nos discursos da política identitária onde a raça é tida como uma identidade fixa, ela é uma categoria muito difícil de apreender. Múltiplos são os casos onde, por frequentarem espaços de poder com predominância de pessoas brancas, a identidade racial de pessoas de cor era considerada insignificante e apagada.

Se é questionado ainda como uma categoria de política identitária e concebida como fixa pode possuir brechas que a deixem com status de indeterminada? Como algo que para muitos é visível e óbvio, à vista de todos, ainda assim consegue escapar do nosso domínio e ser colocado em pauta? Haider (2019) recorre a Althusser para explicar que a obviedade é uma das características básicas da ideologia. Quando algo se configura como óbvio para nós, como, por exemplo, a noção de que os humanos

devem competir entre si pelo acesso ao necessário para sobreviver, é o indicativo que estamos no mundo da ideologia.

A ideologia de raça afirma que podemos categorizar as pessoas de acordo com características físicas específicas, que geralmente giram em torno da cor da pele, entretanto, essa forma de classificação pode se tornar arbitrária, engendrando consequências sociais. O racismo é o ponto de convergência entre essas consequências sociais de categorização dos indivíduos e as características biológicas, visto que a redução da cultura humana ao biológico é geralmente rejeitada e considerada abominável. É fundamental romper com determinados pressupostos, como, a presunção de que “raça” descreve apenas o que é diferente, secundário e o “outro” (HAIDER, 2019).

2.5 O MOVIMENTO NEGRO E AS DEMANDAS POR AÇÕES AFIRMATIVAS

Caracteriza-se como movimento negro a luta dos negros pelo ponto de vista de resolução de seus problemas na sociedade, em especial, os derivados dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam e excluem no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. No movimento negro, a raça e a identidade são utilizadas como mecanismo de mobilização, bem como de mediação das reivindicações políticas, ou seja, a raça é expoente máximo para a organização dos negros em torno de um projeto de comum ação (DOMINGUES, 2007).

Os primeiros movimentos negros organizados surgiram logo após a abolição da escravidão. Após a libertação dos escravos, não lhe foram oferecidos nenhum tipo de política pública para ampará-los, pelo contrário, os mesmos foram marginalizados (ANDREWS, 1997). Seja “politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e as outras formas de participação política” ou seja social e psicologicamente, visando as “doutrinas do racismo científico e da “teoria do branqueamento”; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus” (ANDREWS, 1991, p. 32)

Visando reverter este quadro de marginalização, os ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos negros no Brasil, dando origem a diversos grupos, como grêmios, clubes ou associações, em diversos estados do país (DOMINGUES, 2007).

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos(1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/ RG, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente (DOMINGUES, 2007, p. 103).

Concomitantemente, surgiu o que se denominou a “imprensa negra” onde eram publicados jornais para tratar de assuntos no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se um local para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira (DOMINGUES, 2007).

Em 1931 houve um exorbitante crescimento no movimento com a criação da Frente Negra Brasileira (FNB), uma entidade de suma importância para o Brasil, pelo seu caráter político e articulação nacional. Foi através da FNB que o movimento negro brasileiro tornou-se um movimento. Um levantamento feito estimou que a FNB chegou a superar os 20 mil associados. Em 1943 surge uma nova fase do movimento negro, a União dos Homens de Cor (UHC), fundada por João Cabral Alves, em Porto Alegre. Sua função era a promoção de debates na mídia local (DOMINGUES, 2007).

Com o golpe militar de 1964, ocorreu uma desmobilização dos movimentos negros. Os integrantes do movimento eram acusados pelos militares de criar um problema inexistente, o racismo no Brasil. A desmobilização contou ainda com o auxílio do mito da democracia racial, que naquela época estava fixado no subconsciente da população brasileira (SILVA, 2015).

Em 1978, ocorre em São Paulo uma reunião com vários grupos e entidades negras, como o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), Grupo Afro-Latino América, Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira e Grupo de Atletas e Grupo de Artistas Negros. Nesta reunião é criado o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), e primeira ação deste grupo o foi um ato público em repúdio à discriminação racial sofrida por 4 jovens no Clube de Regatas Tietê e em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, torturado até a morte no 44º Distrito de Guaianases (SANTOS, 2007, apud SILVA, 2015).

Em 1988, ano da promulgação da nova Constituição Federal e do centenário da abolição da escravidão, os movimentos negros começaram a desenvolver iniciativas na área de defesa dos direitos civis dos negros, em especial aqueles garantidos pela nova carta, que tornou os preconceitos de raça ou de cor crime inafiançável e imprescritível (SILVA, 2015).

Com isso, outros tópicos passaram a ser discutidos, principalmente, passou-se a defender medidas que melhorassem o nível de escolarização da população negra através de ações afirmativas, tendo como exemplos experiências internacionais como a dos Estados Unidos. A demanda pelas cotas representou uma importante guinada na pauta de reivindicação dos negros brasileiros, iniciando a uma era de luta contra as desigualdades raciais no Brasil, para além do combate à discriminação e ao preconceito (SILVA, 2015).

A Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, que ocorreu em Brasília no dia 20 de novembro de 1995, foi outro passo importante na trajetória do movimento negro. Na ocasião, foi entregue ao presidente da República o Programa para Superação do Racismo e da Desigualdade Étnico-Racial contendo propostas de ações afirmativas para educação superior e mercado de trabalho (GOMES, 2012).

Assim, é notável a participação dos movimentos negros no combate às desigualdades raciais, à discriminação e ao preconceito. As relações raciais obtiveram um maior destaque e atingiram públicos maiores na agenda política devido a atuação de tais grupos e lideranças negras. Com as demandas dos movimentos negros e os estudos sobre as relações raciais, ficou cada vez mais difícil ignorar as desigualdades enfrentadas pela população negra. Sendo assim, coube implementar políticas que objetivavam superar tais desigualdades, como é o caso das ações afirmativas (SILVA, 2015).

2.5.1 DAS AÇÕES AFIRMATIVAS À POLÍTICA DE COTAS

Ações afirmativas emergem como medidas políticas focais que objetivam cessar, ou, ao menos, tentar suprimir determinados tipos de exclusão, como social, cultural ou econômica, de indivíduos pertencentes a grupos minoritários. Trata-se de medidas que buscam combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero

ou de casta, além de incentivar a participação política dessas minorias, garantindo acesso a direitos básicos da cidadania, como emprego, educação e saúde.

A respeito do surgimento das ações afirmativas, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa expõe:

O país pioneiro na adoção das políticas sociais denominadas “ações afirmativas” foi, como é sabido, os Estados Unidos da América. Tais políticas foram concebidas inicialmente como mecanismos tendentes a solucionar aquilo que um célebre autor escandinavo qualificou de “o dilema americano”: a marginalização social e econômica do negro na sociedade americana. Posteriormente, elas foram estendidas às mulheres, a outras minorias étnicas e nacionais, aos índios e aos portadores de deficiência (GOMES, 2007, p. 51).

Silvério (2007, p. 144) expõe uma das definições de ação afirmativa, para o autor, tal medida por ser vista, em uma definição forma, como “esforços orientados e voluntários empreendidos pelo governo federal, estados, pelos poderes locais, empregadores privados e escolas para combater discriminações” e assim, conseqüentemente, promover oportunidades iguais na educação e no mercado de trabalho para todos.

Piovesan (2007, p. 40) também apresenta sua concepção acerca das ações afirmativas, revelando o caráter das ações afirmativas enquanto

[...] políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório, cumprem uma finalidade pública decisiva para o projeto democrático, que é a de assegurar a diversidade e a pluralidade social. Constituem medidas concretas que viabilizam o direito à igualdade, com a crença de que a igualdade deve se moldar no respeito à diferença e à diversidade. Através delas transita-se da igualdade formal para a igualdade material e substantiva.

As ações afirmativas englobam diversos aspectos, sendo consideradas como políticas afirmativas bolsas, auxílios e empréstimos de recursos financeiros, redistribuição de terras e casas, proteção governamental a estilos e modos de vida ameaçados de extinção. Desse modo, tais ações incluem medidas que abrangem desde o estabelecimento da igualdade de direitos clássicos de cidadania até modos de valorização simbólica de culturas, raças e etnias (GOMES, 2001).

“(...) a adoção de ações afirmativas, que nada mais seria do que a outorga aos grupos marginalizados, de maneira eqüitativa e

rigorosamente proporcional, daquilo que eles normalmente obteriam caso seus direitos e pretensões não tivessem esbarrado no obstáculo intransponível da discriminação. Portanto, sob esta ótica, a ação afirmativa define-se como um mecanismo de ‘redistribuição’ de bens, benefícios, vantagens e oportunidades que foram indevidamente monopolizadas por um grupo em detrimento de outros, por intermédio de um artifício moralmente e juridicamente condenável – a discriminação seja ela racial, sexual, religiosa ou de origem nacional. Contestar essa presunção (de que mulheres e outras minorias raciais progrediriam não fosse o racismo e o sexismo) equivaleria, em outras palavras, a sustentar que os grupos marginalizados seriam dotados de uma ‘inferioridade’ congênita” (GOMES, 2001, p. 67-68).

Uma das principais modalidades de ações afirmativas são as cotas, onde há o estabelecimento de um número preciso de lugares ou da reserva de algum espaço em favor de membros do grupo beneficiado. Cabe salientar que as cotas estão inseridas dentro das ações afirmativas, assim, as duas políticas não são a mesma coisa e não devem ser confundidas, pois, como Agra (2007) disserta, as cotas são instrumentos das ações afirmativas.

Assim, a discussão acerca de políticas para a igualdade racial ou de compensação para a população negra não é recente. Moehleck (2004) revela que a primeira manifestação do que hoje conhecemos como ação afirmativa, ou cotas, surgiu em 1968, partindo da iniciativa de técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, que manifestaram-se em prol da criação de uma lei que assegurasse 20%, 15% ou 10% para negros nas empresas em operação no Brasil, dependendo do ramo de atividade. No entanto, tal lei não chegou a ser elaborada.

Anos depois, na década de 1980, com a redemocratização do país, o deputado federal Abdias Nascimento elaborou e encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de Lei n. 1.332, de 1983, sendo o primeiro projeto de lei propondo uma “ação compensatória” para a população negra em várias áreas sociais, buscando reparar os danos causados pelos séculos de discriminação sofrida (MOEHLECKE, 2004). Entretanto, como Baez (2017) revela, o projeto de lei foi recusado.

A ideia era a de criar quotas no serviço público e incentivos às empresas do setor privado que contratassem afrodescendentes. Além disso, previa-se também a concessão de bolsas de estudos para essa população. Todavia, o Congresso Nacional rejeitou o projeto de lei,

frustrando qualquer expectativa de início de políticas públicas voltadas à implementação de ações afirmativas no Brasil (BAEZ, 2017, p. 6).

Baez (2017) ainda ressalta que foi somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que o Brasil reconheceu formalmente a existência da problemática da discriminação racial, de gênero e as diversas restrições enfrentadas pela população deficiente e se propôs a enfrentá-los através da criação de ações afirmativas.

Moehlecke (2004) expõe que o debate acerca das relações étnico-raciais, até então restrito e discutido majoritariamente pelo movimento negro, se expande a partir dos meados da década de 1990. Tendo, em 1995, o presidente da república admitindo que o Brasil é um país racista e em 1996 promovendo um encontro objetivando discutir ações que modifiquem essa situação.

Segundo Moehlecke (2000), este encontro realizado pelo presidente da república simboliza uma mudança no modo em que o estado estava tratando a questão das relações étnico-raciais. Entretanto, seria necessário aguardar mais alguns anos até que a temática entrasse na agenda política nacional, como ocorreu através do programa de combate ao racismo apresentado pelo governo federal na Conferência Internacional contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância, realizado em Durban, na África do Sul, em 2001. A partir disso, as políticas de ações afirmativas direcionadas à população negra ampliam-se pelo país.

Como Baez (2017) argumenta, em 1996 também ocorreu a criação da Secretaria de Direitos Humanos que lançou o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), com o objetivo do desenvolvimento de ações afirmativas em prol dos grupos marginalizados, especialmente políticas públicas compensatórias para a população negra, no que tange ao acesso à cursos profissionalizantes e ao ensino superior.

Esses projetos surgiram com o objetivo de reduzir as exorbitantes situações de desigualdade existentes no Brasil, através da imposição de cotas em diversas esferas, como no ensino superior, em setores públicos e na atividade produtiva, sempre dando ênfase para os negros, por representarem um dos grupos mais discriminados na história do Brasil (BAEZ, 2017).

Baez (2017) esclarece que a entrada em vigor das ideias defendidas pelo PNDH só se iniciou a partir de 2001. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária (INCRA) editou uma Portaria, a de N° 33 de 08 de março de 2001, reservando 20% de vagas para negros no seu quadro de funcionários e demandando que empresas terceirizadas, contratadas por eles, também realizassem a mesma iniciativa. Dessa forma, foi editada uma portaria pelo Ministério da Justiça, definindo que os seus cargos de assessoramento fossem compostos de 20% de negros, 20% de mulheres e 5% de portadores de deficiências.

O ano de 2002 foi de algumas conquistas, a primeira teve início com o Ministério das Relações Exteriores estimulando a inclusão social na formação do corpo diplomático do país, oferecendo 20 bolsas de estudo para negros receberem preparação técnica para o processo seletivo do Instituto Rio Branco, responsável pela formação do corpo diplomático no Brasil. Também em 2002 ocorreu a criação do Programa Nacional de Ações Afirmativas que estabeleceu políticas de discriminação positiva⁹ em favor de mulheres, negros e portadores de deficiências, e que beneficiou fornecedores que desenvolveram políticas de inclusão social, com critérios de pontuação em licitações públicas, visando incentivar ainda mais a inclusão destes grupos minoritários (BAEZ, 2017).

Ainda em 2002, como exposto por Moehlecke (2016), o estado do Rio de Janeiro foi pioneiro na reserva de vagas no ensino superior, aprovando uma lei que entrou em vigor a partir da seleção de 2002/2003. Através de lei estadual, foi determinada a reserva de vagas dos cursos de graduação das universidades estaduais destinadas a alunos oriundos de escolas públicas, selecionados através do Sistema de Acompanhamento do Desempenho dos Estudantes do Ensino Médio – Sade. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), foram as pioneiras nas experiências de política de ações afirmativas (AMARAL, 2006).

De acordo com Moehlecke (2004) os programas de ações afirmativas que começaram a vigorar em algumas universidades do país surgiram interligadas a movimentos sociais que demandavam por maior igualdade e instrumentos que perpetuassem o acesso a bens e serviços para todos. Essas ações objetivam uma desigualdade no tratamento como mecanismo de restituir uma igualdade, entre as

⁹ Entende-se por discriminação positiva uma política de conteúdo compensatório conjunto de ações que tem como finalidade identificar pessoas que estejam em situação de desvantagem e as tratarem desigualmente e favorecendo-as com alguma medida que as tornem menos desiguais.

etnias, que foi rompida ou que nunca existiu.

Moehlecke (2002) conceitua que as ações afirmativas expandiram-se em vertentes distintas. A mais conhecida é o sistema de cotas, que caracteriza-se na garantia de reserva de um determinado número ou percentual a ser ocupado em área específica por grupo(s) definido(s).

Na definição dos grupos beneficiados, os projetos estabelecem critérios exclusivamente raciais/étnicos ou sociais, ou procuram utilizar ambos os critérios. Naqueles que estabelecem grupos raciais, temos como público-alvo os “negros”, “afro-brasileiros”, “descendentes de africanos”, ou setores “etno-raciais socialmente discriminados”, em que estaria incluída a população indígena. Há projetos específicos para a população denominada “carente” ou para os alunos oriundos da escola pública. Sobre a proporção daqueles atingidos (MOEHLECKE, 2016, p. 426).

No que tange a quantidade de vagas reservada, Moehlecke (2016) afirma que não existia um padrão, alguns projetos definem todo o grupo especificado, seja racial ou social como beneficiário, já outros, estabelecem um percentual, como por exemplo 20% das vagas para alunos carentes, 10% das vagas para setores étnico-raciais discriminados, 45% para afrodescendentes, 50% das vagas para alunos oriundos das escolas públicas, ou até mesmo, uma percentagem proporcional à representação do grupo em cada região.

Moehlecke (2009, p. 481) disserta a respeito do pouco conhecimento acerca desta política, o que gera uma confusão acerca dos desdobramentos das ações afirmativas, sendo que frequentemente “as ações afirmativas são associadas exclusivamente às políticas de cotas, sejam elas sociais, étnico/raciais, de gênero ou para deficientes”, entretanto, existem outros casos em que essas ações afirmativas “são definidas de modo a abranger qualquer política de inclusão social de caráter compensatório”.

Sabrina Moehlecke (2002) ainda defende que:

A ação afirmativa pode ser uma preferência especial em relação a membros de um grupo definido por raça, cor, religião, língua ou sexo, com o propósito de assegurar acesso a poder, prestígio, riqueza [...] Essas definições introduzem a idéia da necessidade de promover a representação de grupos inferiorizados na sociedade e conferir-lhes uma preferência a fim de assegurar seu acesso a determinados bens,

econômicos ou não (MOEHLECKE, 2002, p. 200).

Moehlecke (2002) também expõe uma concepção das ações afirmativas vista por uma perspectiva jurídica, afirmando que:

[...] a ação afirmativa estaria ligada a sociedades democráticas, que tenham no mérito individual e na igualdade de oportunidades seus principais valores. Desse modo, ela surge como aprimoramento jurídico de uma sociedade cujas normas e mores pautam-se pelo princípio da igualdade de oportunidades na competição entre indivíduos livres, justificando-se a desigualdade de tratamento no acesso aos bens e aos meios apenas como forma de restituir tal igualdade [...] (MOEHLECKE, 2002, p. 200).

Como Baez (2017) defende, essas iniciativas desembocaram no impulsionamento do governo brasileiro a promulgar a Lei específica sobre o assunto, conhecida como Lei de Cotas, a qual expandiu o sistema de cotas para todas as instituições de ensino público federais. Apesar de todas as experiências com ações afirmativas no Brasil no começo da década, apenas quase 10 anos depois foi sancionada a primeira legislação federal garantindo a reserva de vagas. A Lei Federal nº 12.711/2012, apresenta-se em um momento de relativa consolidação das políticas de ações afirmativas para democratização do acesso às instituições de ensino superior públicas do Brasil (GUERRINI, *et al.*, 2018).

Em 2012 a então Presidente da República Dilma Rousseff sancionou a Lei n. 12.711/2012, que estabelece a reserva de vagas de no mínimo 50% das vagas nas instituições públicas de ensino superior para estudantes que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas. Nestas vagas, 50% deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio *per capita*. Também serão reservadas vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência (BRASIL, 2012).

Em um levantamento de dados realizado pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), em 2011, um ano antes à aprovação da Lei Federal nº 12.711/2012, 70 das 98 universidades públicas federais e estaduais adotavam a política de cotas em seus respectivos processos de seleção de estudantes nos cursos de graduação (FERES JÚNIOR, DAFLON, CAMPOS, 2011).

A Lei é regulamentada pelo Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012 (BRASIL, 2012), e pela Portaria Normativa n. 18, de 11 de outubro de 2012, que

disserta sobre a implementação das reservas de vagas em instituições de ensino. Esses são os documentos que respaldam a atual política de cotas no ensino superior (LADEIRA; SILVA, 2018).

Como Guerrini (2018) explica, algumas instituições que já possuíam algum tipo de política de reserva de vagas tiveram que começar a se adequar à nova legislação, o que ocasionou mudanças já nos processos seletivos no ano de 2013. Conforme Santos (2013), a lei proporcionou um aumento significativo de vagas para alunos oriundos de escolas públicas e não brancos e, conseqüentemente, um aumento significativo de negros de escolas públicas nas universidades federais.

Contudo, não podemos falar sobre a adoção da política de cotas ou das ações afirmativas em geral sem expor a importância do movimento negro e sua demanda por tais ações. Podemos tomar como movimento negro todas as entidades ou pessoas que lutaram e continuam lutando pela sua liberdade, e apresentam estratégias de ocupação de espaços e territórios, denunciam discriminações, reivindicam direitos e manifestam ações concretas para a conquista dos direitos fundamentais na sociedade enquanto cidadãos (SILVA, 2002).

2.5.2 O NOVO PERFIL RACIAL DAS UNIVERSIDADES

As políticas de democratização do ensino superior, como a introdução do ENEM/SISU, o Programa Nacional de Assistência Estudantil e, principalmente, a adoção da política de cotas, foram ferramentas fundamentais para engendrar uma mudança no perfil dos estudantes universitários e introduzirem um panorama de diversidade e de expansão das vagas no ensino superior brasileiro. Historicamente, o acesso ao ensino superior era majoritariamente restrito às elites, contudo, as instituições públicas e privadas de ensino superior têm se tornado progressivamente mais abertas para camadas sociais mais vulneráveis (SENKEVICS; MELLO, 2019).

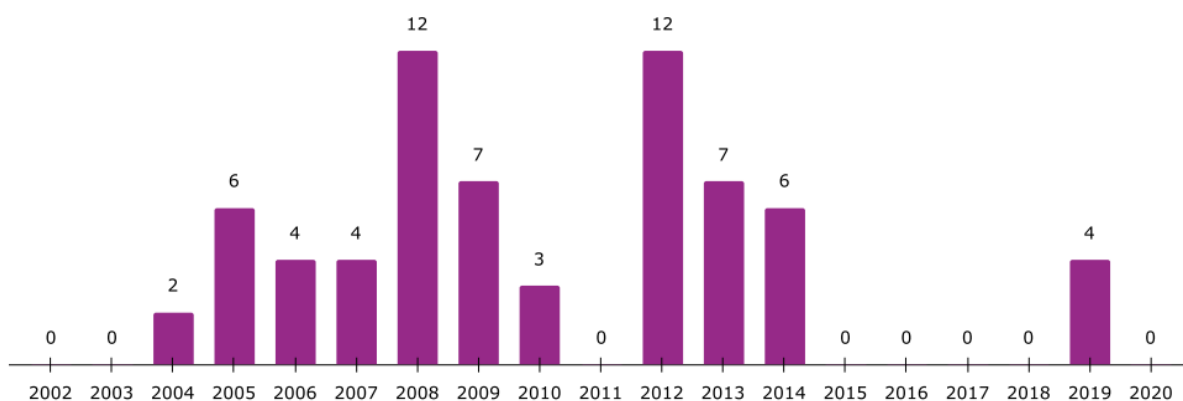
De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a população negra no ensino superior brasileiro cresceu 32,8% entre 2010 e 2019. Em 2010, os estudantes negros representavam 27,9% do total de matriculados no ensino superior, enquanto em 2019 essa proporção subiu para 38,4%. Desde a implementação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) em 2010, que reserva vagas para estudantes de escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos e indígenas, a presença de estudantes negros nas universidades

brasileiras tem aumentado de forma expressiva.

Como é possível analisarmos no levantamento mais recente do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), em 2020, havia 67 universidades federais e 39 estaduais no Brasil. Cabe ressaltar que entre os anos de 2018 e 2019 o número de universidades federais aumentou de 63 para 67, mas isso não foi devido a criação de novas instituições, mas sim porque algumas delas foram desestruturadas e transformadas em outras menores, mesmo que, pelo menos por algum período, as regras de admissão dos estudantes continuassem atreladas às instituições de origem, como foi o caso de universidade em Goiás, Pernambuco e Piauí (GEMAA, 2022).

Diversas universidades, tanto federais como estaduais, já haviam aderido às políticas afirmativas antes mesmo da obrigatoriedade de reserva de vagas com a Lei 12.711/12. No gráfico 1 é possível notarmos que destas 67 instituições, apenas 29 necessitaram se adequar a legislação.

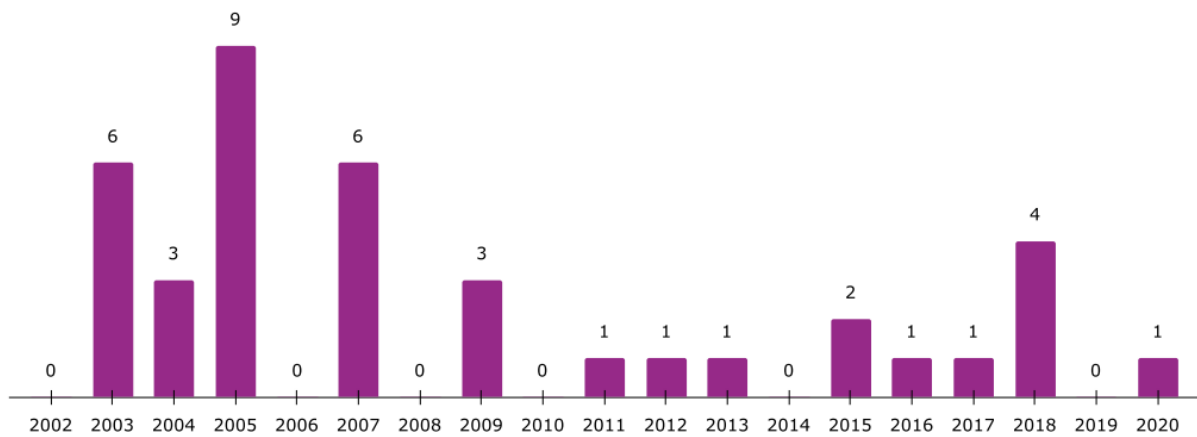
Gráfico 1 - Número de universidades federais que aderiram a ações afirmativas por ano.



Fonte: GEMAA (2022)

Enquanto o gráfico 2 revela que das 39 universidades estaduais do país, apenas 29 já faziam uso de ações afirmativas para o ingresso de alunos e as 10 instituições restantes passaram a adotar tais políticas após a promulgação da Lei 12.711/12.

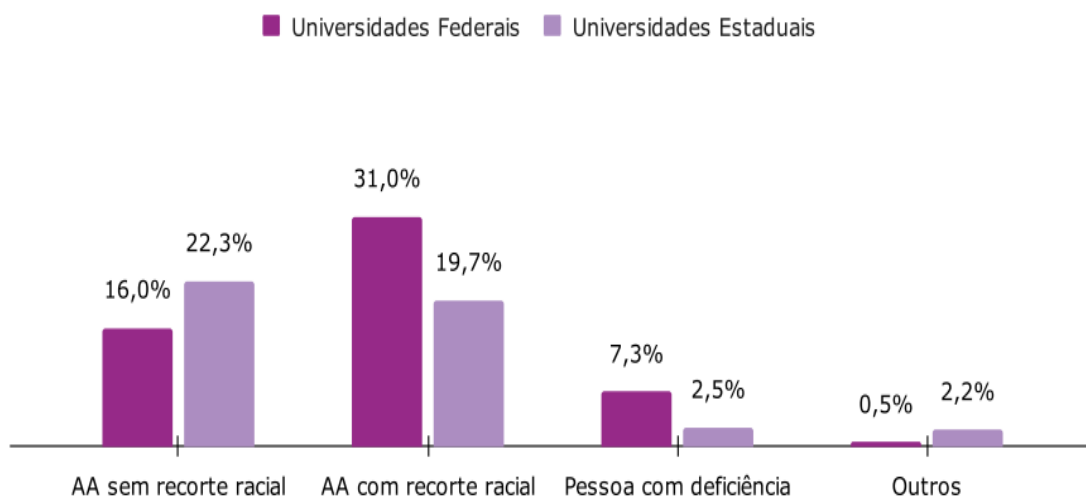
Gráfico 2 - Número de universidades estaduais que aderiram a ações afirmativas por ano.



Fonte: GEMAA (2022).

O acesso à educação superior é um dos principais indicadores de desenvolvimento humano e social de um país. No Brasil, a democratização do acesso à educação superior tem sido um desafio histórico, marcado por desigualdades socioeconômicas e raciais. Nos últimos anos, temos observado um aumento significativo da população negra no ensino superior brasileiro. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2020, o número de estudantes negros e pardos matriculados em cursos de graduação no Brasil ultrapassou o número de brancos pela primeira vez na história. Segundo o levantamento, 50,3% dos estudantes matriculados em cursos de graduação no país se declararam pretos, pardos ou indígenas.

Gráfico 3. Proporção de reservas para grupos beneficiários nas universidades federais e estaduais em 2020.



Esse aumento da presença de estudantes com múltiplos perfis raciais nas universidades brasileiras é resultado de políticas públicas implementadas nas últimas décadas, não somente a Lei de Cotas, mas também os programas de inclusão e assistência estudantil que visam garantir que esses alunos tenham condições de permanecer na universidade e concluir seus cursos.

No entanto, com o aumento da presença de alunos negros e pardos, surgiram questionamentos sobre a veracidade da autodeclaração racial desses estudantes. Para garantir a efetividade das políticas de inclusão, algumas universidades criaram comissões de heteroidentificação, que têm como objetivo verificar se os estudantes cotistas raciais se enquadram nos critérios estabelecidos para a reserva de vagas (CAMILLOTO; CAMILLOTO, 2022).

Após a aprovação da lei de cotas, a administração pública começou a implementá-la, especificando as vagas reservadas às pessoas negras nos referidos editais e enfrentando as dificuldades diante da realidade social brasileira estruturada racialmente. As universidades públicas estavam diante dos desafios políticos e jurídicos inerentes à implementação da política de ações afirmativas. Em resposta administrativa às denúncias de fraudes recebidas, emergiu a figura das “comissões de heteroidentificação”, cuja proposta é validar a autodeclaração fornecida pelo/a candidato/a concorrente à vaga na modalidade reservada. As referidas comissões não possuem o objetivo de suprimir, reduzir ou afastar a autoidentificação do sujeito, mas de validar a autodeclaração emitida exclusivamente para fins de acesso à vaga reservada no Ensino Superior (CAMILLOTO; CAMILLOTO, 2022, p. 05).

Contudo, as comissões têm sido alvo de críticas e controvérsias. Há quem visualize a heteroidentificação é uma forma de discriminação e de violação da privacidade dos candidatos, que são submetidos a perguntas e a exames físicos que muitas vezes são invasivos e humilhantes, especialmente em relação aos critérios de avaliação e à subjetividade do processo. Alguns estudantes negros e pardos se sentem constrangidos ao serem questionados sobre sua identidade racial, e muitas vezes são submetidos a estereótipos e preconceitos, além de, em alguns casos, perpetuar a ideia de que a identidade racial é fixa e imutável, ignorando a diversidade de trajetórias e experiências dos indivíduos. Isso pode levar a uma redução da identidade racial a características físicas e a uma negação da pluralidade de identidades e subjetividades.

Por outro lado, defensores das comissões argumentam que a heteroidentificação é uma forma de garantir a efetividade das políticas de ações

afirmativas, impedindo que pessoas que não sejam negras ou indígenas se beneficiem das cotas destinadas a esses grupos. Além disso, a heteroidentificação pode ser uma forma de valorizar a autodeclaração de raça, evitando que haja fraudes e desigualdades na implementação das políticas de ações afirmativas, tornando-se uma medida necessária para garantir a justiça social e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, além de corroborar com a plena diversidade racial nas instituições de ensino.

Como Lima e Campos (2020) discutem, a diversidade no ensino superior se caracteriza como fundamental devido a uma série de razões. Seja pela introdução da política de cotas, tanto raciais como sociais, provocando mudanças no acesso de grupos minoritários – apesar desses grupos comporem a maioria da sociedade brasileira – assim como a ampliação das vagas e até mesmo os coletivos negros, que tornaram-se protagonistas no acolhimento dos alunos negros em geral, tornando-se atores relevantes no combate as práticas racistas dentro das próprias universidades.

Assim, devemos enfatizar o destaque das políticas de ação afirmativa no ensino superior, não somente para garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais, independentemente de marcadores sociais, mas também para proporcionar justiça social para múltiplos grupos sociais que compõem a sociedade e, desse modo, tornar as universidades mais diversificadas em termos de raça, gênero e origem socioeconômica.

A mudança no perfil racial nas universidades brasileiras é um avanço significativo no processo de democratização do acesso à educação superior no país. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir que todos os estudantes, independentemente de sua raça ou origem socioeconômica, tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais. É fundamental que as políticas públicas de inclusão sejam mantidas e aprimoradas, para que seja possível garantir que a diversidade racial seja refletida no corpo discente, também nos corpos docentes e nas estruturas das instituições de ensino superior.

CAPÍTULO 3 - A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA UENF

Nesta seção, será abordada a categoria da formação da identidade étnico-racial dentro do ambiente universitário, dando destaque ao percurso metodológico utilizado na pesquisa, e pautando todos os processos sociais que os estudantes vivenciaram e que contribuíram para a formação da identidade destes estudantes, partindo da análise e discussão dos dados, a partir das entrevistas realizadas com os interlocutores desta pesquisa.

3.1 AS COTAS RACIAIS

Em *'O 18 de brumário de Luís Bonaparte'*, Marx (2011) aponta que os homens fazem sua história, todavia, os mesmos não fazem de livre e espontânea vontade, devido não poderem escolher as circunstâncias sob as quais ela é feita, e isso nos remete aos sujeitos-objeto da presente pesquisa, a população negra. Um povo subjugado, explorado e marginalizado desde os primórdios da sociedade, visto que a sociedade brasileira contemporânea foi constituída a partir do mito da democracia racial, que implicou uma premissa de homogeneidade racial, e ainda permanece no imaginário brasileiro.

Sendo assim, Marx nos apresentou uma teoria de análise, mas também de transformação da realidade, partindo do ser humano concreto. Partindo disto, temos a constatação de Carvalho (2011), de que o Brasil é um país racista onde a desigualdade social está intrinsecamente interligada à desigualdade racial, e levando em consideração que esta realidade não pode ser normalizada dentro de uma sociedade, surgem as ações afirmativas buscando promover a igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades, caracterizando-se como um instrumento de transformação social.

Contudo, a adoção de ações afirmativas raciais em universidades e outras instituições públicas tem sido alvo de debates e controvérsias. Um dos argumentos utilizados contra tais políticas com enfoque racial é que elas reforçam estereótipos. Sendo assim, buscamos compreender, inicialmente, quais seriam as percepções dos estudantes entrevistados sobre as ações afirmativas raciais.

Regulares (...) Sei que são importantes, mas poderiam ser melhoradas (Carlos, Engenharia Civil).

Acho de suma importância, para tentar de uma certa forma uma equidade, apesar de não ser ainda o cenário ideal (Bruna, Medicina Veterinária).

Políticas importantes para poder incluir certas pessoas nos locais (Marina, Zootecnia).

Percebo como muito importantes, mas com grandes falhas (Paula, Administração Pública).

Acho muito importante (Carolina, Física).

Como uma oportunidade, porque, pra mim, foi minha oportunidade de ingressar numa universidade pública. As cotas dão oportunidade para alunos pobres ingressarem numa faculdade. Eu precisei estudar 3 anos e fazer 3 vestibulares para finalmente conseguir entrar, sem ela, não sei se estaria aqui hoje (Bianca, Engenharia Civil).

Sem dúvidas essas políticas mudam as vidas das pessoas, principalmente das pessoas negras. São o que garantem um pouco de igualdade em nossa sociedade tão desigual (Yasmin, Pedagogia).

Vejo como necessárias (...) Eu mesmo, por exemplo, usei elas para estar aqui (Lucas, Agronomia).

Fundamentais. São a partir delas que ocorre a inclusão da população negra em várias áreas da sociedade. Percebo elas como importantíssimas para uma sociedade mais igualitária (Paola, Ciências Sociais).

Percebo como importante. A gente sabe como tem desigualdade no Brasil, então, assim, é uma forma de reduzir (Felipe, Ciências Biológicas).

Apesar de críticas, que são necessárias e bem vindas para o aperfeiçoamento de tal política, os 10 entrevistados convergem suas narrativas no reconhecimento da importância das ações afirmativas voltadas para a população negra, além da consolidação da importância de tais políticas como instrumento de inclusão social, considerando que múltiplos estudantes afirmaram que foi devido às ações afirmativas que conseguiram ingressar na UENF.

Um dos principais argumentos em favor das ações afirmativas com recorte racial é o reconhecimento de que a população negra no Brasil ainda enfrenta um cenário de desigualdade e exclusão. Segundo dados do IBGE, em 2020, a população

negra representava 56,2% da população brasileira, mas ainda enfrentava desigualdades em diversas áreas, como educação, saúde e renda.

De acordo com Jessé Souza (2015), a desigualdade racial no Brasil tem raízes históricas e estruturais, que se manifestam de diferentes formas ao longo do tempo. Para o autor, as elites brasileiras são responsáveis por manter um sistema de exclusão social que afeta principalmente a população negra, que historicamente foi submetida à escravidão e ao racismo.

Nesse sentido, as ações afirmativas raciais são vistas como uma medida necessária para garantir a igualdade de oportunidades e o acesso a direitos básicos para a população negra. Ainda assim, é importante destacar que a implementação dessas políticas não deve ser vista como uma solução definitiva para o problema da desigualdade racial no Brasil, mas sim como um primeiro passo para a formulação de uma nação mais igualitária.

Para Nilma Lino Gomes (2017), as ações afirmativas raciais são medidas necessárias para corrigir as desigualdades históricas e estruturais que afetam a população negra no Brasil. A autora destaca que essas políticas possuem um papel importante na promoção da diversidade e pluralidade. Para ela, a presença de pessoas negras em espaços antes dominados pela elite branca contribui para a ampliação do debate sobre as questões raciais e para o fortalecimento da democracia.

Gomes (2017) ainda argumenta que as cotas raciais não são uma forma de privilégio, mas sim uma forma de justiça social, não sendo um fim em si mesmas, mas sim um meio para a transformação social, uma vez que possibilitam a formação de uma nova geração de profissionais e líderes comprometidos com a promoção da igualdade racial. Também podemos afirmar que as cotas raciais possuem um papel importante na construção da identidade negra na sociedade contemporânea. A autora ainda argumenta que a identidade se constrói de forma coletiva, mesmo que se anuncie de forma individual, assim, as cotas raciais vêm fazendo essa dinâmica e, assim, a negritude começa a ser notada socialmente como uma representação positiva de expressão da cultura e da afirmação da identidade.

Múltiplos são os questionamentos e controvérsias que pairam sobre as cotas raciais, gerando acalorados debates entre aqueles que defendem essa política de ação afirmativa com recorte racial e aqueles que a criticam. Embora as cotas tenham sido implementadas com o objetivo de reduzir as desigualdades raciais no acesso à educação, muitos argumentam que essa política é discriminatória e viola os princípios

da meritocracia. Assim, indagamos aos entrevistados suas posições sobre a adoção de tal política na universidade e se os mesmos concordavam com a existência das cotas raciais na UENF.

Sim. Porque as oportunidades para negros são mais difíceis e desiguais (Carlos, Engenharia Civil).

Concordo. Porque é uma forma de uma pessoa com menos oportunidade de entrar na universidade, pois está atrelada a fatores sociais e acho importante uma pessoa, nesse caso negra, ter essa chance uma vez que a questão da renda é fundamental (Bruna, Medicina Veterinária).

Sim. Muitos negros não possuem as mesmas oportunidades que outras pessoas. A cota racial pra negros e pessoas de baixa renda é indispensável (Marina, Zootecnia).

Concordo. Entretanto, durante a graduação observei muitos casos de fraudes, que foi levado a outra instância na faculdade, mas nada aconteceu (Paula, Administração Pública).

Sim. Somos a minoria em uma universidade pública, pretos e pobres. Então é importante (Carolina, Física).

Sim. Sem elas as universidades teriam menos do que já tem de estudantes negros, de moradores de periferia, filhos de empregadas e tal. As cotas dão oportunidade para aqueles que não tiveram chance de pagar um cursinho preparatório e que estudou a vida toda em escola pública (Bianca, Engenharia Civil).

Concordo, sem dúvidas. As cotas não só na UENF, mas em todas as universidades são fundamentais para garantir o acesso dessa população marginalizada (Yasmin, Pedagogia).

Sim. Como falei antes, foi com elas que consegui entrar aqui (Lucas, Agronomia).

Não tem como não concordar. Nós sabemos como ingressar no ensino superior ainda é um privilégio e não um direito, as cotas são, muitas vezes, o único caminho para que a população negra possa ascender socialmente (Paola, Ciências Sociais).

Sim. Não só as cotas raciais, mas todo tipo de cota é importante para dar igualdade para pessoas que passaram por dificuldades a vida toda (Felipe, Ciências Biológicas).

Em unanimidade, todos os entrevistados declararam seu apoio à política de cotas raciais, usando argumentos sobre oportunidades e consolidação de igualdade.

Bayma (2012) inicia o debate, no que tange a legitimidade e importância das cotas, apontando que:

A Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) em seu artigo 206, inciso I e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Nacional (LDBEN) de 1996 (BRASIL, 1996), em seu artigo 3º, inciso I estabelecem que o ensino seja ministrado respeitando-se o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Em consonância com esse preceito constitucional, políticas de inclusão social passaram a ser formuladas e implementadas com o propósito de reduzir as desigualdades sociais que, ao longo dos séculos, têm predominado em nossa história, discriminando vários segmentos da sociedade. Neste contexto, inserem-se as ações afirmativas, entendidas como iniciativas para promover a igualdade, reduzindo as injustiças sociais (BAYMA, 2012, p. 326).

Indo de acordo com os discursos dos entrevistados, Sarmiento, Ikawa e Piovesan (2008) elencam quatro fundamentos normativos mais utilizados para justificar as medidas das cotas, sendo eles: (i) justiça compensatória; (ii) justiça distributiva; (iii) promoção do pluralismo; (iv) fortalecimento da identidade e da autoestima do grupo favorecido.

O argumento da justiça compensatória corresponde à situação dos negros hoje, como sendo proveniente de um histórico de discriminações no passado que remonta à escravidão, considerando justo que a sociedade de hoje os compense, não apenas em razão das injustiças sofridas por seus antepassados, mas, sobretudo, em virtude das injustiças que continuam a atingi-los na atualidade.

Quanto à justiça distributiva, tem-se a constatação empírica de desvantagem dos negros, o que justifica a adoção de medidas que tentem favorece-los, visando distribuir melhor os bens socialmente relevantes, visando proporcionar relações mais equitativas.

Já o argumento do pluralismo apresenta grande força persuasiva, haja vista, que nós vivemos em uma sociedade multiétnica e pluricultural. Considera-se que uma das maiores riquezas do país consiste nessa diversidade, mas para que todos se beneficiem da riqueza, é preciso romper com um modelo informal de segregação, o qual priva a convivência de igual para igual e a compreensão das diferenças culturais e de valores.

E por fim, como derradeiro argumento, tem-se o fortalecimento da autoestima e da identidade. Emprega-se a clivagem de Nancy Fraser para se afirmar que a ação afirmativa não se relaciona apenas como a justiça social no campo da distribuição, mas, hoje, cada vez mais se faz necessário entender a justiça social na esfera do reconhecimento de valores culturais diversificados e identidades marginalizadas, integrando-os à sociedade.

Embora alguns estudantes possam ter discursos contra a adoção dessas políticas de ação afirmativa, muitos outros têm optado por essa modalidade de ingresso no ensino superior. As motivações para essa escolha podem variar de acordo com cada estudante, mas, de modo geral, acredita-se que as cotas são uma oportunidade para reduzir as desigualdades socioeconômicas e raciais na educação. Nesse sentido, perguntamos aos estudantes entrevistados qual foi a motivação para optar pela política de cotas raciais no ingresso na instituição.

Pela oportunidade de exercer meu direito (Carlos, Engenharia Civil).

Se não fosse as cotas, não conseguiria me manter em Campos. A UENF diferente de muitas outras, nos possibilita ter a oportunidade de acumular bolsas, acho fundamental. se não fosse a UENF, talvez não estaria cursando medicina veterinária (Bruna, Medicina Veterinária).

Por mais que tenha menos vagas para as cotas, as notas são menores, então foi pela nota que me motivou e também pela ajuda de custo que a cota tem (Marina, Zootecnia).

Concorrer com candidatos de acordo com a minha realidade (Paula, Administração Pública).

Por ter tido o ensino médio em escola estadual, não pude ter visto grande parte da matéria que cairia no Enem. A educação pública ainda é muito desigual à educação privada. A UENF em si dá grandes oportunidades para os alunos cotistas, no geral é uma ótima experiência (Carolina, Física).

Não foi uma escolha, para mim era algo fundamental, pois eu tinha consciência que não conseguiria entrar sem cotas, pois não tive oportunidades suficientes como os outros, por vir de um município pequeno, família humilde e não estive rodeada de incentivo. (...) Tem o fato que eu trabalhava enquanto estudava para o vestibular, então, não tinha muito tempo pra me preparar. (...) Não é que eu não conseguiria, mas, sem as cotas, seria um caminho muito mais difícil (Bianca, Engenharia Civil).

Na verdade, não foi nem motivação. Foi mesmo a oportunidade de fazer uso de algo que é meu direito. Se eu não estava fazendo nada

de errado, não via porque não usar algo que é direito meu (Yasmin, Pedagogia).

Para ter mais chances no SISU (Lucas, Agronomia).

A oportunidade de aumentar minhas chances de aprovação. Se eu cumpria os requisitos para usar as cotas, não via motivo para não usar (Paola, Ciências Sociais).

Ter mais chances de entrar na universidade. Mesmo tirando uma nota boa no Enem, as cotas dão mais uma garantia (Felipe, Ciências Biológicas).

Carnoy e Rhoten (2002) relatam em suas análises como perceberam que a utilização das cotas possui efeitos positivos na vida dos beneficiários, promovendo igualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior. Eles argumentam que a equidade não é apenas sobre igualdade de resultados, mas também sobre igualdade de oportunidades. Além de permitirem que um número maior de estudantes negros frequentem a universidade, aprimorando, assim, a diversidade étnica e cultural nas instituições.

Desde sua implementação, as cotas, principalmente as raciais, têm sido objeto de intenso debate. Para alguns, essa política fere o princípio da igualdade. Contudo, para outros, essa política é uma forma de reparação histórica, uma vez que a população negra foi sistematicamente excluída do acesso ao ensino superior no país. Nesse sentido, as cotas podem ser entendidas como um direito da população negra, uma forma de garantir a igualdade de oportunidades e o acesso à educação de qualidade.

Carlos e Yasmin utilizam o argumento do direito para justificarem sua opção pela reserva de vagas, indo de acordo com Lélia Gonzalez (1984), que em sua obra “*Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*” defende que a luta por igualdade deve se pautar pela reivindicação de direitos, e não apenas pela denúncia das desigualdades.

Além disso, as cotas também podem ser entendidas como um direito constitucional da população negra. De acordo com o Artigo 5º da Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. No entanto, essa igualdade formal não se traduz em igualdade material, uma vez que a população negra é historicamente excluída do acesso aos direitos sociais, como a educação e o trabalho. Nesse sentido, as cotas podem ser entendidas como uma forma de concretizar o princípio da igualdade previsto na Constituição Federal.

Paula, Carolina, Bianca, Lucas, Paola e Felipe pautam seus argumentos na questão da utilização da política de cotas buscando otimizar suas oportunidades no ingresso na universidade. Devemos ressaltar como a política de cotas foi responsável pela democratização do acesso ao ensino superior brasileiro. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a proporção de estudantes negros nas universidades públicas brasileiras aumentou significativamente desde a adoção das cotas. Em 2003, ano anterior à implantação das políticas de ação afirmativa, apenas 2,2% dos estudantes de graduação eram negros. Em 2019, último ano antes da pandemia da Covid-19, que mudou as dinâmicas educacionais, 46,4% dos estudantes do ensino superior eram negros, demonstrando uma mudança significativa na composição das universidades públicas brasileiras.

Segundo Rosana Heringer (2018), a adoção das cotas é uma medida fundamental para garantir o acesso à educação superior e reduzir as desigualdades educacionais no Brasil. Heringer defende que a medida é uma forma de reparação histórica e de promoção da igualdade de oportunidades, permitindo que jovens de grupos historicamente marginalizados tenham acesso à educação de qualidade.

Contudo, também é importante ressaltar que as políticas de cotas devem ser acompanhadas por outras ações que visem à promoção da inclusão e da igualdade. Na resposta de Bruna e Marina podemos perceber a necessidade da bolsa auxílio que os alunos cotistas da UENF recebem, como forma de combate a evasão de alunos cotistas. As cotas devem ser acompanhadas por políticas de permanência estudantil, programas de orientação e tutoria, além de outras ações que promovam a permanência dos estudantes e mais oportunidades que culminem no sucesso acadêmico destes alunos.

Ainda discutindo a questão das cotas no âmbito acadêmico, foi indagado aos entrevistados seus posicionamentos em relação a sua condição de cotista dentro da universidade. A implementação da política de cotas gerou efeitos não planejados que incluem a marginalização e estereotipação dos estudantes cotistas, levando muitos deles a preferirem não se identificar como tal. Isso demonstra que, apesar dos objetivos de inclusão social das cotas, pode ocorrer uma segregação, assim, torna-se importante reconhecer e abordar esse problema. Assim, a seguinte pergunta foi realizada: você se assume como cotista na universidade? E obtivemos as seguintes respostas:

Sim. Pois o ingresso se deu por cota (Carlos, Engenharia Civil).

Sim. Pois não acho um problema ou vergonha (Bruna, Medicina Veterinária).

Sim. Pela raça e pelo social (Marina, Zootecnia).

Sim. Quando me é perguntado eu digo sem problemas (Paula, Administração Pública).

Sim. É importante mostrar que mesmo sendo cotista, que na visão de muitos não merecemos estar ali naquele meio, podemos também ter um bom desempenho (Carolina, Física).

Sim. Não tenho vergonha (Bianca, Engenharia Civil).

Sim. No começo tinha vergonha, mas depois que comecei a entender do assunto, vi que não tinha problema ou motivo pra ter vergonha de ser cotista (Yasmin, Pedagogia).

Sim. Não vejo problema em falar que entrei por cotas, fiz o Enem como todo mundo (Lucas, Agronomia).

Sim. Porque é só mais um fato, não é motivo para ter vergonha, ser cotista não faz eu ou qualquer outra pessoa inferior, só mostra que mesmo com desafios, consegui chegar ao ensino superior (Paola, Ciências Sociais).

Somente se me é perguntado. O pessoal de ampla não fica falando o tempo todo, então porque cotista tem que falar? Só falo se alguém perguntar, mas sem vergonha alguma (Felipe, Ciências Biológicas).

A implementação da política de cotas visa promover a inclusão social e reduzir as desigualdades históricas que afetam determinados grupos. Entretanto, muitos estudiosos apontam que essas medidas podem gerar estigmas e estereótipos sobre os cotistas, afetando a sua percepção social. Pesquisas recentes têm investigado os efeitos do estigma de ser cotista na percepção social e acadêmica dos estudantes beneficiados por essas políticas. Ribeiro *et al.* (2014) evidenciam que esses estudantes são percebidos pelos não-cotistas como menos competentes, menos capazes e menos preparados para o mercado de trabalho, podendo, também, afetar o acesso a oportunidades dentro da própria universidade, uma vez que enfrentam dificuldades de adaptação e se sentem isolados e inseguros, o que nos leva a pensar

como a raça, pela perspectiva social é interligada a fenômenos relevantes como a discriminação e acesso desigual a recursos relevantes.

Notamos uma unanimidade nas narrativas dos entrevistados, apontando como nenhum deles possuem vergonha ou receio de afirmar sua condição de aluno cotista na universidade. Buscamos, ainda, dar enfoque na resposta de Felipe, do curso de Ciências Biológicas, que respondeu com uma indagação pertinente: É realmente necessário se afirmar constantemente como aluno cotista? Os alunos que ingressaram por ampla concorrência expõem sua forma de ingresso? Logo, por que o cotista deveria ser submetido a tal cenário? Declarar-se cotista pode ser uma decisão difícil para alguns estudantes, contudo, no caso dos estudantes da UENF, como é possível analisar, se declarar como cotista nunca foi problema.

A partir do momento em que um estudante se declara cotista, ele tem acesso a uma série de políticas de apoio e suporte que podem ajudá-lo a superar os desafios da vida acadêmica. Além disso, a declaração de cotista é uma forma de combater o estigma e o preconceito que muitas vezes cercam a política de cotas, pois, o estudante está afirmando que tem tanto direito quanto qualquer outro estudante de frequentar a universidade, e que sua origem socioeconômica não deve ser um obstáculo para o acesso ao ensino superior.

Embora as cotas tenham contribuído para a valorização da diversidade, a questão do pertencimento dos estudantes cotistas à universidade ainda é um desafio a ser enfrentado pelas instituições. É necessário um esforço por parte das universidades para incluir os cotistas e tratá-los como membros efetivos da comunidade universitária, reconhecendo seus direitos e não os vendo apenas como obrigação legal (SOUZA; BORGES, 2020).

Ao invés de serem baseadas em uma concepção fundacionista de sujeito, às políticas públicas necessitam ser múltiplas, antagônicas e fundamentadas no conceito de diferença, tendo foco em inequidades estruturais e não em uma concepção essencial e monolítica de identidade. Logo, um dos grandes desafios que se apresenta para o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social é evitar que estereótipos, preconceitos e discriminação sociais circulem como uma ideologia, gerando formas estereotipadas de identidades essenciais dos sujeitos beneficiados por estas políticas.

3.2 A DISCRIMINAÇÃO

A reprodução de práticas racistas e discriminatórias nas universidades é um fenômeno complexo e que tem sido objeto de estudos e debates nas últimas décadas. Apesar de serem instituições que deveriam ser inclusivas e promover a diversidade, a realidade é que ainda há muitas barreiras que limitam as perspectivas e experiências de minorias raciais, contribuindo para a perpetuação de estereótipos e preconceitos. Dessa maneira, buscamos investigar as experiências dos estudantes sobre a existência de racismo, preconceito ou discriminação racial na UENF sob suas perspectivas.

Sim. Acredito que o racismo existe em todos os âmbitos de uma sociedade. Porém, no meu círculo universitário nunca presenciei (Carlos, Engenharia Civil).

Sim. Acredito que exista em todo lugar, incluindo aqui na UENF (Bruna, Medicina Veterinária).

Sempre tem. Muita gente na UENF vem de família já com esse preconceito e não muda só porque entra na faculdade. Inclusive existem pretos que são racistas com outros pretos aqui dentro por serem de uma classe social mais elevada. (...) Já presenciei comentários que feriram outras pessoas, comentários que são falados da boca pra fora, sem querer pensar antes (Marina, Zootecnia).

Sim. Mas é estrutural. (...) Presenciei um professor perguntando sobre uma aluna e em nenhum momento os alunos brancos a descreveram como preta, usaram todas as características possíveis, menos a cor dela, parece que as pessoas tem medo de chamarem outra de negro, como se fosse xingamento (Paula, Administração Pública).

Sim. Acredito que na área de exatas principalmente. O espaço é tomado por homens brancos. Então, tudo que é diferente disso encontra mais dificuldade de ter voz nessa área aqui dentro (Carolina, Física).

Óbvio que sim. Seria hipocrisia dizer que não, o preconceito é muito presente na sociedade, independente do lugar. Eu não sofri e também não presenciei, mas já fiquei sabendo de um colega de curso que sofreu preconceito racial. E o pior é que foi por parte de professor. É até desconfortável falar disso (Bianca, Engenharia Civil).

Sim. A gente consegue perceber, mesmo que não seja de forma clara o preconceito, é sempre um olhar diferenciado, um tom de voz mais agressivo, coisas pequenas que você nunca vê acontecendo com seus amigos brancos (Yasmin, Pedagogia).

Sim. Em todo lugar tem, a diferença é que aqui na faculdade não vai ser tão aberto como é nos outros lugares (Lucas, Agronomia).

Com certeza. Nenhum ambiente da sociedade brasileira é protegido contra a discriminação racial. E até mesmo locais que deveriam ser, como a UENF, por exemplo, acabam perpetuando esse comportamento (Paola, Ciências Sociais).

Sim. O tratamento é diferente, tipo, as vezes a gente passa e o guarda encara demais, como se a gente fosse suspeito por estar andando aqui dentro e não pudesse estudar aqui, como se fosse coisa de outro mundo (Felipe, Ciências Biológicas).

Podemos notar unanimidade nos discursos dos entrevistados, apontando, segundo eles, a presença de práticas discriminatórias nos ambientes da UENF, seja pelo campus, bem como em sala de aula. Múltiplas são as falas relevantes expostas pelos estudantes, contudo, escolhemos destacar, inicialmente, a fala de Marina, que revela a interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) entre classe e raça na universidade. Uma vez que ao considerar a multiplicidade e sobreposição de sistemas de opressão enfrentados por certos grupos, devemos expor o impacto desse fenômeno contínuo na construção das identidades.

Já os discursos de Yasmin e Felipe revelam a presença da marginalização da população negra, algo recorrente na sociedade brasileira. Podemos recorrer a Bourdieu (2007) para problematizarmos tal cenário, considerando que a discriminação racial é uma forma de violência simbólica, que se manifesta através da imposição de discriminações que reforçam a inferiorização de determinados grupos sociais.

Corroborando, Alencastro (2016, p. 18) discorre sobre a marginalização da população negra, expondo sua ligação direta com a herança histórica da escravidão e do racismo estrutural, que se perpetuam até os dias atuais, afirmando que “a história da escravidão africana e da formação das sociedades escravistas continua a moldar a vida das sociedades contemporâneas”.

Em síntese, partindo das narrativas expostas pelos entrevistados, podemos perceber como o ambiente acadêmico, que é considerado um espaço de formação

integral do indivíduo, em que a aprendizagem não se restringe apenas ao conhecimento acadêmico, mas também ao desenvolvimento pessoal e social, pode, infelizmente, muitas vezes, reproduzir discriminação, afetando negativamente a vida dos estudantes, principalmente aqueles que pertencem a grupos minoritários. Isso significa que, assim como na sociedade em geral, a discriminação no ambiente acadêmico não surge a partir do nada, mas é um reflexo das desigualdades e injustiças presentes no cotidiano brasileiro (SOUZA, 2019).

Devemos ressaltar as dificuldades e desafios que esses estudantes negros enfrentam no ambiente acadêmico, dentre elas, os estereótipos e preconceitos que, muitas vezes, os alunos negros são vítimas, sendo colocados como inferiores ou menos capazes do que os alunos brancos, podendo prejudicar o desempenho acadêmico desses estudantes, além de afetar sua autoestima e motivação.

Também devemos dar enfoque à questão do racismo dentro do ambiente acadêmico, que se manifesta em normas ou práticas que podem afetar esses alunos de forma negativa. Além disso, é trazido à tona a discriminação na sala de aula, onde alguns professores podem tratar os alunos negros de forma diferente dos alunos brancos, ignorando suas contribuições ou subestimando suas habilidades. Adentrando tais debates, lançamos aos entrevistados o questionamento sobre suas vivências em relação à raça dentro da UENF, positivas ou negativas, e quais mais lhe marcaram.

Até então nenhuma (Carlos, Engenharia Civil).

O que mais me marcou dentro da UENF foi quando me deparei com casos de fraude na minha turma. E que até então, não havia dado em nada (Bruna, Medicina Veterinária).

Muita gente branca e rica e pouca gente negra e pobre. Algo que a gente já está acostumado no país que vivemos, é só mais um retrato da realidade. Um lugar que deveria ser para o pobre, lotado de gente que teria condição de estar numa particular. Sem falar em gente que a gente sabe que entrou por cotas mas não podia, mas mesmo assim, colocou cota para pardo no SISU (Marina, Zootecnia).

Vivências positivas são poucas, mas diria a última semana acadêmica de Ciências Sociais. Mesmo que não consegui participar, acompanhei os assuntos discutidos e foi muito importante ter aqueles debates,

porque não é mimimi, é coisa séria e que é a minha realidade e de várias outras pessoas (Paula, Administração Pública).

Os eventos organizados pelo pessoal do CCH. É sempre bom ver as questões raciais sendo faladas por gente que entende do assunto, assim mais pessoas se conscientizam (Carolina, Física).

Acho que o fato do namorado da minha amiga ter sofrido preconceito. Porque nós somos do mesmo curso, da mesma cor, ele é meu veterano, então, poderia ter sido eu no lugar dele (Bianca, Engenharia Civil).

Quando uma professora me chamou para dar uma aula sobre um seminário que apresentei no semestre anterior para os calouros. Era sobre raça e foi muito bom ter meu trabalho reconhecido e poder levar esse conhecimento para quem tava chegando na faculdade (Yasmin, Pedagogia)

Quando um segurança no campus ficou me encarando e me fazendo perguntas, porque já era muito tarde e eu estava aqui ainda, e meu amigo branco, que saiu um pouco depois de mim não passou pela mesma experiência, saiu tranquilamente (Lucas, Agronomia)

Posso citar como negativa algumas situações constrangedoras que presenciei em sala de aula, entre professores e alunos, uma situação totalmente desnecessária onde a pauta racial foi usada totalmente de modo vazio, só pra tentar justificar o comportamento do docente. Como positiva, quando apresentei um poster num evento e recebi um feedback muito positivo, foi muito gratificante ver meu trabalho e minha pesquisa abordando a questão de raça ser valorizado (Paola, Ciências Sociais).

Quando tive o desprazer de ver um professor tratando alunos de forma diferente pela cor. Mesmo que ele não falasse nada de forma aberta, era claro como ele sempre tratava alunos negros com grosseria, como se fosse um fardo a gente estar ali (Felipe, Ciências Biológicas).

Por um lado, a universidade pode ser um lugar de experiências positivas, pois ao ingressar no ensino superior, muitos estudantes negros recebem a oportunidade de superar barreiras históricas e culturais que os impediram de ter acesso a uma educação de qualidade. O ambiente universitário também pode ser um espaço de empoderamento e emancipação social, onde tais estudantes podem encontrar referências e modelos a seguir. Contudo, muitos alunos negros relatam que enfrentam

dificuldades em encontrar um senso de pertencimento na universidade e sentem-se isolados e excluídos.

Nas falas de Bruna e Marina percebemos um grande problema que paira em torno da política de cotas: a questão da fraude. Um problema grave que compromete a eficácia das políticas de ação afirmativa. Carvalho (2011) afirma que a fraude nas cotas desmoraliza as políticas públicas, estigmatiza os beneficiários legítimos e, conseqüentemente, compromete o futuro dessas políticas.

Além do comprometimento da eficácia das políticas de ação afirmativa, a fraude nas cotas também gera conseqüências negativas para os grupos beneficiários das cotas. Isso porque a fraude reforça a ideia de que as pessoas que se autodeclaram como negras, indígenas ou com deficiência estão obtendo vantagens indevidas, o que contribui para a estigmatização e o preconceito contra esses grupos.

De acordo com Carvalho (2011), a fraude nas cotas também pode gerar impactos psicológicos negativos nos beneficiários legítimos, como sentimentos de injustiça e desvalorização. Além disso, a fraude pode desencorajar potenciais beneficiários a se candidatarem às vagas reservadas, por temerem que sua autodeclaração seja questionada ou desacreditada.

Já nas falas de Paola e Felipe, podemos perceber o papel dos docentes em relação à discussão racial dentro da universidade. No caso de Paola, do curso de Ciências Sociais, não notamos uma prática racista, mas sim um descrédito na discussão sobre o tema raça, sendo tomado como banalidade. Já no caso de Felipe, do curso de Ciências Biológicas, foi possível perceber a distinção do tratamento dos alunos devido à sua raça. A valorização da discussão racial na universidade é fundamental para o combate ao racismo e para a promoção de uma cultura de inclusão e diversidade, e como Yasmin relata, existem professores que reconhecem essa importância e se esforçam para incluir essas discussões em suas disciplinas.

É importante ressaltar que a valorização da discussão racial na universidade não deve ser vista como uma pauta exclusiva dos estudantes negros. Como destaca Robin DiAngelo, socióloga estadunidense, o racismo é um problema de todos, não apenas dos negros (DIANGELO, 2018). A inclusão da discussão racial na universidade é uma tarefa de todos os envolvidos no ambiente acadêmico, incluindo professores, gestores e estudantes de todas as raças e etnias e deve ser incluída em todos os ambientes da universidade.

3.3 O SER NEGRO

Usando a premissa de categorização de classe de Weber, a hierarquização das pessoas em relação à sua proximidade a uma aparência branca, que seria a ideal, ajudou a fazer com que pessoas de pigmentação escura desprezassem sua descendência africana, cedendo assim a forte pressão do branqueamento, levando-os a fazer o melhor para parecerem mais brancos. O negro foi introduzido a ideologia da culpa por seus fantasiados e supostos defeitos, atribuindo-lhe a responsabilidade por seu dito complexo de cor.

E com a contribuição da globalização e políticas, tais barreiras vêm sendo derrubadas, visto que no mundo contemporâneo os meios de comunicação de são agentes centrais na redefinição de identidades, partindo da diversidade e amplitude de seus conteúdos. As identidades estão sendo descentradas, deslocadas e fragmentadas, dando origem a identidades híbridas, em que tal fato corresponderia uma das consequências da globalização sobre a representação social que os indivíduos fazem de si e dos outros, em uma visão individual e coletiva. Simmel (1983) nos mostra que os processos individuais são tão diversos e múltiplos, que abrangem oscilações variadas e contraditórias, considerando que os momentos da vida individual nunca são interligados por um único elo. Desse modo, permitindo a coexistência da identidade e da diferença.

Assim, tentando compreender tal processo de formação da identidade étnica dentro do ambiente universitário, partimos com indagações acerca da abordagem racial dentro da UENF. Inicialmente, perguntamos se os entrevistados acreditavam que a instituição possui espaços para discutir e debater questões raciais. As seguintes respostas emergiram:

Não tenho conhecimento (Carlos, Engenharia Civil).

Não conheço (Bruna, Medicina Veterinária).

Acredito que exista, mas quase não se tem falado e muita gente acha mimimi (Marina, Zootecnia).

Possui. Principalmente nas recepções de integração dos alunos, que, infelizmente, acabam evadindo após uns meses (Paula, Administração Pública).

Sim. Principalmente na área do CCH. Acredito que o pessoal de lá acolhe mais as pessoas (Carolina, Física).

Sim. As palestras, feiras, a maioria dos eventos sempre tem algum espaço para falar sobre, seja gêneros musicais, cabelo (...) (Bianca, Engenharia Civil).

Sim. Especialmente aqui no CCH. Acho que é o centro mais preocupado da UENF com essa questão. Sempre tem palestra, evento, minicurso, tudo com a temática racial (Yasmin, Pedagogia).

Pode não ser muitos, mas sei que tem. No CCH principalmente (Lucas, Agronomia).

Sem dúvidas. Posso citar o aqui o NEABI ou o coletivo negro, que são espaços importantes para falar dessas questões aqui na UENF (Paola, Ciências Sociais).

Sim. Sempre tem. Poderia ter mais, não só aqui no CBB, mas na universidade toda. Acho que o CCH é onde mais tem (Felipe, Ciências Biológicas).

Ainda seguindo pela perspectiva de locais que possam ter auxiliado na construção da identidade racial destes universitários, perguntamos se algum espaço, dentro ou fora da UENF, que o(a) estudante passou a frequentar por ser universitário(a) contribuiu com a afirmação de sua identidade racial. E obtivemos as seguintes respostas

Nenhum em específico (Carlos, Engenharia Civil).

Sim. O AFROVET, pois é um coletivo de médicos veterinários negros, onde discutimos muitos fatores relacionados a raça (Bruna, Medicina Veterinária).

Não (Marina, Zootecnia).

Nenhum (Paula, Administração Pública).

Sim. As palestras e minicursos que participei no CCH e que visam pessoas negras (Carolina, Física).

Sim. Aqui na UENF tem muitas palestras, principalmente nos cursos de humanas. Não costumo ir em muitas, mas sempre que dá, apareço,

porque é bom escutar mais pessoas falando sobre o assunto e entender mais (Bianca, Engenharia Civil).

Sim. O NEABI, por exemplo, é um núcleo muito importante que temos aqui e me ajudou bastante a entender a questão racial de um modo geral e até em mim mesma (Yasmin, Pedagogia).

Não. Não costumo frequentar muito, então sei. (Lucas, Agronomia).

Sim. As reuniões do coletivo negro no DCE, os eventos realizados pelo NEABI, e até mesmo os eventos em outras instituições, no IFF e a UFF, que são divulgados aqui também (Paola, Ciências Sociais).

Sim. Posso dizer que todos os eventos que tiveram aqui na UENF voltado para a questão racial me ajudaram de alguma forma (Felipe, Ciências Biológicas).

Dentre os espaços considerados importantes para a discussão racial dentro da universidade, por alguns dos entrevistados, emergem os coletivos negros nas falas dos estudantes. Os coletivos negros têm desempenhado um papel importante na luta contra o racismo nas universidades, promovendo a valorização da cultura negra, a visibilidade das questões raciais e promoção de eventos, palestras e atividades que buscam divulgar a história e a contribuição dos negros para a história brasileira. Além disso, esses coletivos têm sido fundamentais na promoção de debates e discussões sobre as questões raciais, contribuindo para uma maior conscientização sobre a importância do combate ao racismo no território nacional. Logo, a presença desses coletivos nas universidades é fundamental para que haja uma maior diversidade e inclusão no ambiente acadêmico.

Tais coletivos são caracterizados como grupos organizados de indivíduos negros que se unem em torno de questões específicas relacionadas às suas vivências enquanto pessoas negras. Esses coletivos se destacam por serem espaços de construção de identidade e resistência política, nos quais se podem encontrar referências e reconhecimento. Corroborando, Guimarães, Rios e Sotero (2020) expõem que os coletivos negros são importantes espaços de resistência, empoderamento e organização, que possibilitam a construção de uma identidade negra e o enfrentamento do racismo no ambiente universitário.

Esses coletivos são fundamentais pois permitem que os estudantes negros se unam em torno de questões comuns e fortaleçam sua identidade racial. Segundo Hall

(1996), a identidade não é algo fixo e imutável, mas sim algo construído a partir de experiências e interações sociais. Dessa forma, os coletivos negros ajudam os estudantes negros a construir uma identidade mais forte e positiva, a partir do reconhecimento de sua história, cultura e contribuições para a sociedade.

Outra função importante que os coletivos negros realizam dentro do ambiente universitário é a construção de redes de apoio e solidariedade entre estudantes negros. Esses espaços proporcionam um ambiente acolhedor para que os estudantes negros possam compartilhar suas experiências e dificuldades no ambiente acadêmico, promovendo o compartilhamento de vivências, a troca de informações e a articulação de ações em conjunto, bem como proporcionando suporte e orientação para lidar com questões relacionadas ao racismo e à discriminação.

Partindo do destaque dado aos coletivos negros nas falas dos discentes, é possível compreendermos que toda construção de identidade implica em um conjunto de relações com os outros, que lhe conferem significado. A identidade não pode existir sem a alteridade, e a identidade do “eu” está intrinsecamente ligada à identidade do “nós”. Assim, toda identidade, que é simultaneamente diferencial e relacional, pressupõe a existência de um sistema ou campo que a constitui (DUBAR, 2018).

Outro ponto de comum destaque nas falas dos estudantes entrevistados foi a importância do Centro de Ciências do Homem, o CCH, para a discussão e promoção da questão racial dentro do campus da UENF. Os estudantes relatam que o centro possui notoriedade na organização e realização de eventos, cursos e palestras com enfoque no debate das relações étnico-raciais, além da distinção no tratamento desta em temática em relação aos outros centros da universidade.

Os centros de ciências humanas nas universidades têm um papel fundamental na formação de profissionais críticos e reflexivos, capazes de compreender e atuar em questões que envolvem a complexidade humana e social. Como destaca Munanga (2014), a formação nas áreas de ciências sociais e humanidades contribui para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de refletir sobre a realidade social e cultural em que estão inseridos e atuar de forma consciente e transformadora.

Tais centros também possuem a responsabilidade de produzir conhecimentos sobre a complexidade humana e social, contribuindo para a discussão e construção de uma sociedade mais justa e democrática. Conforme ressaltado por Santos (2010), a produção de conhecimentos nas áreas de ciências sociais e humanidades é

fundamental para a compreensão e enfrentamento dos problemas sociais, culturais e políticos.

Visto que diversos alunos que não fazem parte do CCH reconheceram sua importância para a comunidade acadêmica da UENF, devemos dar destaque também à interdisciplinaridade, que se apresenta como outro aspecto importante da importância dos centros de ciências humanas nas universidades. Como destacam Souza e Silva (2012), os estudos das ciências humanas muitas vezes dialogam com as ciências naturais, exatas e da saúde, permitindo uma visão mais integrada e holística das questões humanas, podendo contribuir para o desenvolvimento de soluções mais efetivas para problemas sociais e culturais. Conforme afirma Hall (2003), o estudo da história, da arte, da literatura e da cultura em geral é fundamental para a valorização da diversidade cultural brasileira e para a preservação da memória coletiva do país.

O NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) também foi destacado como um dos locais da UENF onde os contextos das questões étnico-raciais recebem visibilidade, auxiliando os alunos em suas trajetórias de (re)construção identitária. Como Fernandes (2014) argumenta, os NEABIs são locais privilegiados de formação, articulação, debates e elaboração de propostas de estudos de intelectuais negros (as) e não negros que atuam academicamente com a temática das relações raciais. Além de serem polos de formação política na luta contra discriminação e racismo no campo educacional.

Os NEABIs são espaços acadêmicos que se dedicam ao estudo e à pesquisa das questões que envolvem as populações negra e indígena, que surgiram no contexto das lutas dos movimentos sociais dessas populações no Brasil. Esses núcleos foram criados a partir da necessidade de promover a valorização das culturas e das identidades desses grupos e de combater as desigualdades sociais e históricas que os afetam, além de promover a reflexão crítica e a produção de conhecimentos sobre a história, cultura e identidade afrodescendentes e indígenas.

De acordo com Gomes (2017), os NEABIs têm sido fundamentais para o avanço dos estudos afro-brasileiros e indígenas no âmbito universitário, bem como no país. Esses núcleos têm contribuído para a formação de uma nova geração de intelectuais e pesquisadores comprometidos com a luta antirracista e com a produção de conhecimentos que valorizem a história e cultura desses povos. Os NEABIs têm desenvolvido atividades de extensão universitária, como cursos, palestras,

seminários, exposições e oficinas, com o objetivo de levar os conhecimentos produzidos na universidade para a comunidade.

No bloco final de questões buscamos correlacionar mais alguns fatores do ambiente acadêmico com a construção da identidade étnica dos estudantes entrevistados. A identidade dos indivíduos é uma construção social complexa e multifacetada, influenciada por uma série de fatores que vão desde a cultura, história, ambiente social, até a interação com outros indivíduos. Dessa maneira, indagamos se ingressar no ensino superior alterou de alguma forma a sua identidade racial.

Não. Continuei o mesmo (Carlos, Engenharia Civil).

Sim. Me fez ficar mais a par das questões raciais e também me ajudou a me encontrar mais como pessoa negra. Como eu falei, o coletivo negro foi fundamental para mim, porque eu pude ver coisas que antes eram muito distantes, médicos negros era outra realidade, e depois de entrar na UENF, eu comecei a ter contato com essa realidade e entender que sim, era possível eu ser uma médica negra bem sucedida (Bruna, Medicina Veterinária).

Acredito que sim. Foi importante para mim, mas racialmente continuo a mesma, mas foi importante para me dar mais conhecimento em relação a mim mesma e a história dos negros como um todo (Marina, Zootecnia).

Sim. A levar com mais seriedade a causa negra e também a me colocar mais presente nessas discussões, me fazendo me interessar e estudar mais o assunto (Paula, Administração Pública).

Sim e não. Entrei em meu curso ciente da minha identidade. Mas alguns projetos me ajudaram a reafirmar tudo que já pensava (Carolina, Física).

Não. Não mudou, eu continuo sendo eu (...) preta, pobre. Eu sempre me considerei preta, nunca parda, então aqui dentro só tive a certeza e a afirmação do que sempre soube. Sou preta (Bianca, Engenharia Civil).

Sim. Ser negra é muito difícil no Brasil, mas depois que você começa a ter consciência de coisas que antes passavam batido, você vira outra pessoa. E entrar na UENF me deu essa visão mais ampla do que é ser negro no Brasil, das microagressões, do racismo velado, e também me fez me sentir no controle da minha vida. Agora quando alguém vem falar que eu não sou negra, por ser parda, eu sou capaz de rebater e tentar conscientizar aquela pessoa (Yasmin, Pedagogia).

Não. Continuo o mesmo, já era assim antes da faculdade (Lucas, Agronomia).

Sim. Ingressar na universidade foi fundamental para eu me encontrar ainda mais. Claro que antes da faculdade eu já tinha uma certa noção, mas depois que você entra e tem contato com outras pessoas, que você começa a estudar e a entender mais do assunto, você meio que passa uma transformação (Paola, Ciências Sociais).

Sim. Você passa a ter acesso a um novo mundo, novas pessoas, e com isso você vai aprendendo mais sobre o assunto e sobre você mesmo (Felipe, Ciências Biológicas).

Nas falas dos entrevistados é possível perceber uma discordância de opiniões. Enquanto Bruna, Marina, Paula, Carolina, Yasmin, Paola e Felipe afirmam que ingressar no ensino superior alterou de algum modo as suas identidades raciais, Carlos, Bianca e Lucas declararam o contrário, que não houve alteração. Contudo, apesar da alegação negativa de Bianca, a mesma expressa que a universidade a auxiliou na afirmação de sua identidade. No contexto da construção da identidade racial, Castells (1999) destaca a importância da história e da cultura na formação da identidade dos indivíduos. Segundo o autor, a história e a cultura moldam as percepções dos indivíduos em relação a si mesmos e aos outros, influenciando a forma como os indivíduos se identificam racialmente.

Ainda em concordância com Castells (1999), podemos compreender a universidade como um espaço de contestação da identidade racial, em que as hierarquias raciais são questionadas e desafiadas. O autor nos faz refletir como a universidade pode ser entendida como local de transmissão do conhecimento, mas também é o lugar do questionamento da ordem social estabelecida. A identidade é um processo dinâmico e relacional, em que os indivíduos se relacionam com outros indivíduos e grupos sociais em um contexto histórico e cultural específico. Em sua obra “*O poder da identidade*” (1999), o autor afirma que a identidade é construída pelas relações sociais, pelas interações comunicativas, pelos fluxos de informação e pelos processos de poder que acontecem em um determinado contexto.

Castells (1999) também argumenta que a construção da identidade racial, aqui sendo pautada no âmbito da universidade, é influenciada por outras dimensões, como a classe social e o gênero, como exposto previamente nas narrativas de alguns dos

entrevistados. De acordo com o autor, essas dimensões estão interconectadas e moldam a experiência dos indivíduos na universidade. Por exemplo, um estudante negro de classe média pode ter uma experiência diferente de um estudante negro de baixa renda, já que a classe social influencia a forma como esses indivíduos acessam e se relacionam com a universidade.

Da mesma forma, a experiência de uma estudante negra pode ser diferente da experiência de um estudante negro, já que o gênero também influencia a forma como os indivíduos são percebidos e tratados na universidade. Tal argumento vai ao encontro com a teoria interseccional, que é “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Expondo como o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas de discriminações criam desigualdades básicas que estruturam as posições de poder.

Corroborando, Woodward (2000) enfatiza a importância de considerarmos o papel das relações sociais na construção da identidade racial, bem como a necessidade de promover políticas e práticas que valorizem a diversidade e promovam a igualdade racial, requerendo o reconhecimento das diferenças culturais e históricas. Também recorreremos a Fanon (1983) para assimilarmos que a negritude é um processo de construção de uma identidade coletiva baseada na experiência histórica e cultural dos povos negros. Essa identidade se manifesta por meio de uma consciência crítica da situação de opressão em que vivem os povos negros e pela rejeição dos valores e padrões culturais impostos pela sociedade dominante.

Entre os entrevistados que declararam ter suas identidades raciais alteradas ao ingressar no ensino superior, notamos a consonância no fato de todos terem revelado a formação de uma lucidez em relação às questões raciais. Tal consciência ampara a capacidade de indivíduos compreenderem a dinâmica e as implicações da raça em suas vidas e na sociedade em geral. Para pessoas negras, a consciência racial é especialmente importante, já que a história do racismo e da opressão tem sido profundamente enraizada na experiência dessas comunidades.

Sobre o assunto, podemos caracterizar a consciência racial a capacidade de entender, reconhecer e articular as complexidades da identidade racial, incluindo a forma como a raça influencia as relações pessoais, sociais, políticas e econômicas” (NEVILLE; WORTHINGTON; SPANIERMAN, 2001), envolvendo o reconhecimento das desigualdades raciais e o compromisso de trabalhar para combater o racismo e a

opressão. A inexistência de tal consciência pode levar a uma série de problemas para as pessoas negras, incluindo a internalização de estereótipos negativos sobre si mesmas, a negação do racismo e da discriminação e a falta de compreensão das barreiras estruturais que limitam suas oportunidades, contudo, quando ela está presente, pode gerar uma maior autoestima e autoconfiança, à construção de uma identidade positiva e à capacidade de articular e defender seus interesses, como foi possível notar nos discursos dos entrevistados.

Notamos também pelas falas dos entrevistados a questão de uma afirmação da identidade negra após o ingresso na UENF. Como destaca Hall (2003), a afirmação da identidade negra é um processo de resgate da história e da autoestima dos povos negros, que foram alvo de preconceito e discriminação. Para Fanon (1983), a afirmação da identidade negra não é um processo fácil ou tranquilo. Pelo contrário, é um processo que envolve conflitos e tensões, uma vez que as forças dominantes tentam desqualificar e desvalorizar a cultura e a história da população negra. O autor ainda argumenta que a afirmação da identidade negra não é uma forma de supremacia ou de separatismo, mas sim uma reivindicação legítima de reconhecimento e respeito, não sendo apenas uma questão de orgulho e de valorização cultural, mas também uma forma de resistência política e de construção de um movimento social capaz de transformar as estruturas opressivas da sociedade.

Contudo, como abordado, a afirmação da identidade negra não é um processo isolado, mas sim parte de uma luta mais ampla por liberdade e justiça social. Logo, buscamos entender as percepções dos estudantes sobre os seus respectivos cursos e as discussões e debates raciais em seu cotidiano enquanto estudante deste curso.

Nunca foi aberta a pauta (Carlos, Engenharia Civil).

Não (Bruna, Medicina Veterinária).

São abertos, mas não sinto que são abertos a mudar de ideia ou opinião. Isso é relativo às vezes (Marina, Zootecnia).

Não, nunca foi levantado (Paula, Administração Pública).

Não, é quase impossível ter brechas sobre esse assunto em meu curso (Carolina, Física).

Meu curso parece ser aberto a esse tema, mas, mesmo assim, é um curso elitista (...) mas o debate só surge se os alunos falarem (Bianca, Engenharia Civil).

Sim. Na pedagogia as relações raciais são um tema muito presente. Até porque não tem como falar de educação sem falar de diversidade racial, então, no curso esses assuntos são muito discutidos (Yasmin, Pedagogia).

Não, porque não tem espaço para isso na grade e o curso também não me mostra interessado em criar espaços para essas conversas (Lucas, Agronomia).

Sim. O curso de ciências sociais é muito preocupado em discutir essas questões, é fundamental para a nossa formação tratar desses assuntos que norteiam a nossa sociedade, tanto os alunos como os professores se mostram abertos e interessados em falar sobre esse tema (Paola, Ciências Sociais).

Não, se a gente quiser discutir essas coisas ou assistir palestra, alguma coisa do tipo, temos que ir pro CCH (Felipe, Ciências Biológicas).

Como exposto no começo do capítulo metodológico, no Quadro 1 que traça os perfis dos estudantes, foram entrevistados estudantes dos seguintes cursos de graduação: Engenharia Civil, Medicina Veterinária, Zootecnia, Administração Pública, Física, Pedagogia, Agronomia, Ciências Sociais e Ciências Biológicas. Entre os 10 entrevistados, apenas Yasmin e Paola, dos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais respectivamente, apontam seus cursos como abertos a discussões relacionadas às relações étnico-raciais.

Na área da Educação, por exemplo, muitos estudos têm se voltado para a análise das políticas públicas que visam a inclusão e a valorização da diversidade racial no âmbito educacional, como as leis 10.639/2003 e 12.711/2012. É fundamental que a Educação se preocupe em criar espaços de convivência democrática, que respeitem a diversidade e promovam a igualdade de oportunidades. Nessa perspectiva, os estudos têm se voltado para compreender como as instituições de ensino podem promover a inclusão de estudantes negros.

Como Gomes (2000) averigua em suas pesquisas, muito se discute que a formação dos/as professores/as é mais do que passagem por um Curso de magistério, pedagogia e licenciatura. Envolve diversas dimensões e campos da vida pessoal e

profissional dos sujeitos: relações familiares, influência dos amigos, de antigos mestres, leituras, atividades em movimento sociais, políticos, religiosos, culturais entre outros. Dessas múltiplas relações e trajetórias, pode resultar um/a profissional mais aberto/a ou mais fechado/a para lidar com a diversidade cultural.

Assim, o curso de Pedagogia tem um papel fundamental no debate acerca das questões raciais, uma vez que os futuros pedagogos terão a responsabilidade de formar cidadãos críticos e conscientes da importância do respeito à diversidade étnico-racial. Segundo Gomes (2017), a formação de pedagogos deve contemplar a discussão sobre as relações raciais, visando combater estereótipos e preconceitos raciais e promover uma educação antirracista. Para a autora, a formação de pedagogos deve incluir não apenas o conhecimento teórico, mas também a experiência prática com a diversidade étnico-racial na escola.

Já nas Ciências Sociais, uma parcela dos estudos têm se voltado para a análise das relações raciais na sociedade brasileira. Segundo Guimarães (1999), é fundamental que as Ciências Sociais se preocupem em desnaturalizar as desigualdades raciais, compreendendo-as como construções sociais que são produzidas e reproduzidas ao longo da história. Nesse panorama, os estudos têm se voltado para analisar as formas de resistência e organização política dos movimentos negros, bem como para compreender como as relações raciais se articulam com outras dimensões da vida social, como a classe e o gênero.

O campo das Ciências Sociais é fundamental para o debate sobre as questões raciais, pois permite uma análise crítica das estruturas de poder que sustentam a discriminação racial, bem como das formas de resistência e luta contra o racismo, sendo o curso um espaço privilegiado para o debate crítico sobre as questões raciais. Contudo, apesar do pioneirismo da área, ao longo do processo recente de expansão e diversificação temática do campo de estudos das relações raciais, este tem se tornado com um campo multidisciplinar, e não mais restrito às ciências sociais, particularmente à antropologia e à sociologia. Entretanto, não vemos essa expansão ser adotada nos cursos de outras áreas dentro da UENF. Apesar da fala de Bianca, aluna do curso de Engenharia Civil, relatar que ela vê o seu curso como aberto para tais debates, também é colocado que são os próprios alunos que tomam o controle da narrativa, visto que o próprio curso não demonstra interesse ou preocupação em abordar questões relacionadas às dinâmicas do campo das relações raciais.

Dando prosseguimento, e buscando aprofundar essa questão específica dos distintos cursos de graduação na instituição, finalizamos com a indagação de como é ser negro(a) no seu curso especificamente.

Normal, existem diversos negros na classe, não são muitos, mas tem (Carlos, Engenharia Civil).

É difícil, na medicina veterinária poucos alunos são negros, mesmo com as cotas, na minha turma, éramos 2, e mais 3 vagas de cotas preenchidos com pessoas que não se identificaram como negras depois. É um pouco solitário, o que me levantou questionamentos várias vezes, mas graças ao coletivo nacional pude ter outros médicos veterinários pretos como espelho (Bruna, Medicina Veterinária).

Por ser um meio agro, aparenta ser um meio um pouco difícil (Marina, Zootecnia).

Eu diria normal por não ter conflitos, mesmo raramente se falando sobre isso, mas pelo menos tem diálogo nos outros cursos daqui (Paula, Administração Pública).

Lidar com olhares e pessoas desacreditando da sua capacidade por ser mulher negra (Carolina, Física).

É ser minoria, porque o número de negros nunca seria superior aos de branco em um curso como esse. É viver, meio que com um medo, de acharem que você não merece estar ali (Bianca, Engenharia Civil).

Normal. Acho que por ser um curso da área da educação, a gente está sempre preocupado com a inclusão, com a diversidade, então, todo mundo aqui se sente bem-vindo e acolhido (Yasmin, Pedagogia).

Diria que é normal na medida do possível, não somos maioria aqui, mas temos o mínimo de respeito, apesar de às vezes percebemos ter um e outro com comportamento racista (Lucas, Agronomia).

Tranquilo. Não tenho reclamações a fazer. É um curso de humanas, de ciências sociais, então, já esperava que seria um ambiente acolhedor para o diferente (Paola, Ciências Sociais).

Apesar de tudo, posso dizer que é até tranquilo, nunca sofri nenhum tipo de preconceito, mas não posso generalizar, porque já soube de casos (Felipe, Ciências Biológicas).

Mais uma vez percebemos pelas falas dos entrevistados, notamos como Paula, Yasmin e Paola, que são dos cursos de Administração Pública, Pedagogia e Ciências Sociais, relatam uma vivência positiva na universidade no que tange às suas experiências raciais. Cabe ressaltar que todos os cursos supracitados estão alocados no Centro de Ciências do Homem (CCH), o que mostra tal centro como epicentro das discussões raciais no dentro da UENF, possibilitando a criação de um conjunto de experiências e vivências que promovem a valorização da diversidade racial e a construção de uma cultura de respeito e tolerância entre os estudantes e professores de diferentes origens étnica, além de uma maior capacidade de lidar com a diversidade, bem como a construção de redes de contatos mais amplas e diversificadas, a promoção de habilidades sociais e de comunicação, a valorização das diferenças e o desenvolvimento de uma maior consciência crítica em relação às questões raciais.

Já Bruna, Marina e Lucas, dos cursos de Medicina Veterinária, Zootecnia e Agronomia respectivamente, presentes no Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA), revelam os desafios de serem negros nos cursos de tal centro. Nas falas dos estudantes percebemos os apontamentos em relação a baixa representatividade negra nesses cursos. Em parte, isso se deve à falta de oportunidades educacionais e de acesso à educação de qualidade para a população negra em geral, bem como questões históricas e estruturais.

Apesar das cotas raciais serem mecanismos importantes para a democratização do acesso à universidade para a população negra, elas não são responsáveis pelos mecanismos de permanência que deveriam ser implementados. E caso não haja tais mecanismos, a evasão emerge, culminando no baixo número de estudantes negros. A falta de representatividade negra em cursos de prestígio social é uma questão preocupante não apenas por questões de justiça social, mas também por razões de qualidade de ensino.

Carlos, Bianca e Carolina, dos cursos de Engenharia Civil e Física, lotados no Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), também revelam uma realidade desafiadora dentro da instituição. Enquanto os estudantes do curso de Engenharia Civil apontam a falta de estudantes negros no curso, o que pode gerar uma síndrome de impostor, como Bianca nos dar a entender, Carolina, do curso de Física, narra experiências semelhantes, expondo se sentir “testada” a todo tempo, com pessoas desacreditando

de seu potencial por ser uma mulher negra em um ambiente com a presença majoritária de homens brancos.

Por fim, Felipe, do curso de Ciências Biológicas, que está presente no Centro de Biociências e Biotecnologia (CBB), conta que, em seu curso, sua vivência enquanto aluno negro é pacífica e que ele nunca foi vítima de nenhum tipo de discriminação racial, porém, ele ressalta que tal prática já ocorreu em seu curso.

A experiência universitária é um período de intensa transformação pessoal e acadêmica na vida de qualquer estudante. Todavia, para os estudantes negros, essa experiência pode ser ainda mais complexa e desafiadora. Cada estudante negro terá uma experiência diferente na universidade, influenciada por uma série de fatores como sua história de vida, sua identidade racial, o ambiente universitário e a dinâmica social. Um dos principais fatores que influenciam a experiência de um estudante negro na universidade é a sua história de vida. Esses estudantes podem enfrentar desafios adicionais para se adaptar ao ambiente acadêmico universitário, como a falta de preparo em algumas áreas ou dificuldades de acesso aos recursos necessários para a permanência, mas também para a adaptação e continuidade no curso.

Outro fator que pode influenciar nas vivências de estudantes negros é sua identidade racial, onde alguns universitários podem sentir-se marginalizados em ambientes acadêmicos predominantemente brancos, ou enfrentar situações de preconceito e discriminação. Esses estudantes podem precisar lidar com questões de autoestima, autoconfiança e autoafirmação, ao mesmo tempo em que tentam se adaptar às exigências acadêmicas.

A qualidade da educação, a presença de professores e funcionários diversificados, o acesso a programas de apoio e mentorias e a qualidade das relações interpessoais entre os estudantes são fatores que também podem influenciar a experiência universitária, pois, irá possibilitar um sentimento de pertencimento e acolhimento para tais alunos. Por fim, a dinâmica social também é outro fator importante a ser considerado.

Os estudantes negros podem enfrentar situações de isolamento e exclusão em algumas situações, especialmente em ambientes universitários onde as relações sociais são influenciadas por normas culturais e preconceitos implícitos e explícitos. Contudo, eles podem encontrar apoio em grupos, núcleos, associações ou coletivos que possuem como objetivo auxiliar estes estudantes racializados dentro da

universidade, o que pode contribuir para uma experiência mais positiva na instituição, uma vez que ocorre as trocas de experiências e de vivências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho pudemos discutir como as relações históricas do período escravocrata tiveram um papel fundamental na moldagem da sociedade contemporânea, deixando heranças que permanecem presentes nas estruturas sociais, econômicas e culturais do país, como, por exemplo, a ideia de que o branco é superior ao negro, que foi naturalizada e perpetuada por muitos anos, o que se reflete até hoje em casos de racismo estrutural, como a baixa representatividade de negros em posições de poder e a maior vulnerabilidade socioeconômica da população negra.

A questão da construção da identidade negra também está inserida dentro desse contexto, pois remonta à era da escravidão e se estende até os dias atuais. Durante séculos, as pessoas negras foram escravizadas, colonizadas e subjugadas em muitas partes do mundo. Essa subjugação teve um impacto significativo na forma como os indivíduos negros se veem e são vistos pela sociedade em geral. Durante a escravidão, os africanos foram forçados a se adaptarem às culturas europeias de seus senhores, muitas vezes abandonando suas próprias línguas, religiões e tradições culturais. Esse processo de assimilação forçada resultou na perda de muitos aspectos de sua cultura étnica e contribuiu para a fragmentação da identidade negra.

Múltiplos foram os fatores decorrentes dos séculos de escravidão, mesmo depois da abolição da escravidão, a população negra enfrentou uma série de desafios. A falta de oportunidades de trabalho, educação e moradia adequada eram apenas alguns dos muitos obstáculos que eles enfrentaram. Na maioria dos países, os negros não tinham direito ao voto, o que limitava sua capacidade de influenciar as políticas públicas. Além da discriminação racial, que era comum em muitos aspectos da vida cotidiana.

A dívida histórica da população negra é inegável, sendo assim, as ações afirmativas são uma forma de compensar essa dívida histórica, criando medidas especiais para garantir a igualdade de oportunidades para a população negra. Essas medidas podem incluir cotas em universidades e empresas, políticas de contratação preferencial e programas de bolsas de estudo para estudantes negros. Ao criar essas medidas especiais, as ações afirmativas reconhecem que a discriminação do passado criou desvantagens significativas para a população negra, e que medidas especiais são necessárias para corrigir essas desigualdades.

A discussão em torno das políticas de ações afirmativas, em particular as cotas étnico-raciais, é uma questão complexa na sociedade brasileira, que afeta tanto a ideia moderna de igualdade e justiça social quanto a construção da identidade étnica, que é atravessada por uma identidade nacional e vista como um elemento unificador da nação. Essa problemática envolve modelos de identidade ou identidades que são socialmente construídos e estão em constante mudança. Desse modo, pôde-se perceber através desta pesquisa e com base nos depoimentos dos entrevistados, como a UENF pode ser um ambiente que fornece mecanismos de afirmação da identidade racial para seus estudantes negros. .

Notamos, inicialmente, como os entrevistados reconhecem a importância da política de cotas raciais como uma resposta a um problema estrutural de desigualdade que persiste há séculos e endossam a utilização da política de cotas raciais na instituição, alegando o aumento da diversidade, inclusão e representatividade dessa população no ensino superior. Percebemos como as falas dos entrevistados são reflexos de suas próprias experiências enquanto cotistas, expondo como essa política foi fundamental para o seu ingresso na UENF.

Também sobressaiu-se a questão da discriminação racial presente na universidade. Em alguns casos, por parte do corpo docente, em outros do corpo discente e, até mesmo, por outros funcionários da instituição. Essas situações discriminatórias reforçam como a afirmação da identidade negra se torna uma ferramenta importante de resistência e luta contra a discriminação racial. Primeiramente, devemos ressaltar que não é papel dos estudantes negros educarem toda a comunidade acadêmica sobre as relações étnico-raciais na sociedade e suas implicações. Tal papel deve ser delegado à universidade, que deve agir incessantemente, com políticas claras e eficazes de combate ao racismo e à discriminação em seu campus. Essas políticas devem ser aplicadas de forma consistente e justa, e devem envolver toda a comunidade universitária, desde alunos até professores e funcionários.

Contudo, esse processo de afirmação é importante pois permite que a população negra se reconheça como sujeito histórico e cultural, com uma identidade própria e uma história de luta e resistência, o que é fundamental para a construção de uma autoestima positiva e para o fortalecimento da autoimagem, que muitas vezes são representados de forma estereotipada e negativa na mídia e na sociedade em geral. Quando os negros se reconhecem como sujeitos históricos e culturais, eles

podem reivindicar o seu espaço na sociedade e lutar por seus direitos de forma mais consciente e organizada, combatendo a discriminação racial.

Por fim, buscamos nos aprofundar ainda mais na questão identitária, examinando as experiências dos alunos, tanto na universidade como em todo tanto em seus respectivos cursos. Primeiramente, em relação aos centros, pudemos observar como, segundos os alunos, com exceção do Centro de Ciências do Homem, todos os outros aparentam uma resistência em incluir debates de cunho racial em seu cotidiano.

Outro fator que também nos chamou a atenção foi a importância atrelada ao CCH. Vários entrevistados, inclusive de outros centros da universidade, reconhecem o CCH como um local que promove e abraça a questão racial dentro da UENF, com a organização de eventos, promoção de palestras e cursos, realização de oficinas, dentre outras atividades. A universidade é um espaço de conhecimento, aprendizado e reflexão. Um lugar onde as ideias são discutidas, analisadas e aprimoradas, e onde novas perspectivas são criadas. Por essa razão, é extremamente importante que as instituições de ensino superior possuam espaços abertos para a discussão de questões raciais.

Já no que diz respeito aos cursos, foi possível perceber como os cursos de Ciências Humanas da instituição, mais especificamente o de Pedagogia e Ciências Sociais, foram os únicos citados como dispostos a tratar e incluir as questões étnico-raciais nos cursos. Os entrevistados dos demais cursos alegam que a temática não possui espaço para ser desenvolvida, o que culmina, como supracitado, na vinda desses alunos para o CCH em busca de tais discussões.

O destaque atribuído ao CCH pelos entrevistados nos faz refletir sobre como outros campos acadêmicos, ou, no caso da UENF, outros centros, frequentemente negligenciam questões sociais ou raciais, enquanto os departamentos de ciências humanas têm assumido a responsabilidade de abordar tais fenômenos de forma crítica e construtiva. Contudo, essa responsabilidade não deve e não pode ser atribuída somente às ciências humanas. Os marcadores sociais da diferença atravessam todos os campos de conhecimento, fazendo-se necessário a discussão de tais nestas áreas.

No que tange as suas experiências enquanto um estudante negro na instituição, emergiu predominante o discurso acerca de múltiplas dificuldades para se sentirem realmente incluídos na universidade. Dentre as causas comumente citadas

pelos estudantes, podemos destacar a questão da baixa representatividade discente em cursos de prestígio dentro da UENF, como Engenharia Civil e Medicina Veterinária, por exemplo, as práticas de racismo velado e o duplo estigma que lhes são atrelados, por serem negros e cotistas.

Notamos como o ingresso na UENF permitiu aos entrevistados, mesmo não permitindo generalização, afirmarem sua identidade racial. A participação dos alunos em eventos, palestras, cursos, em coletivos negros e outros grupos, foram ferramentas fundamentais para que esses alunos adquirissem uma visão panorâmica acerca das relações raciais, além de proporcionar o reconhecimento e afirmação de sua identidade racial. A convivência no meio acadêmico exerce influência nas identidades dos discentes, em suas concepções sobre negritude e ser negro no Brasil, bem como em suas percepções sobre a distribuição de poder entre negros e brancos na sociedade.

As práticas racistas estabelecem fronteiras simbólicas rígidas que criam um binarismo identitário, ou seja, a identidade do que significa “ser negro” é contraposta à identidade do que significa “ser branco”, baseada em estereótipos negativos para o primeiro grupo e positivos para o segundo, dificultando a comunicação entre as pessoas e a compreensão mútua e, também, perpetuando uma oposição dicotômica entre duas categorias raciais, como se existissem apenas tais grupos.

Entretanto, a identidade é um processo contínuo e permanentemente incompleto que se manifesta por meio da consciência da diferença e do contraste com os outros, assumindo, portanto, a presença do outro. Em outras palavras, a construção da identidade do sujeito é influenciada por características distintas provenientes dos outros. Dessa forma, a identidade é sempre moldada por um processo de interação e diálogo que ocorre com os outros. Logo, todas as experiências citadas pelos entrevistados, até mesmo as de cunho negativo, contribuíram, de alguma forma, para a construção da identidade desse indivíduo.

O processo de articular o ensino superior e identidade negra consiste em reeducar a perspectiva pedagógica em relação aos negros. Como instituição que permite a socialização do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, a universidade possui um papel importante na construção de representações positivas sobre os grupos que sofreram exclusão ao longo da história.

A universidade não deve apenas fornecer dados sobre a discriminação racial e a realidade social, política e econômica da população negra aos alunos e alunas, mas

também problematizar a questão racial. Essa é uma estratégia, não somente pedagógica, mas institucional que pode afetar de forma significativa os processos identitários dos estudantes negros e permitir a perpetuação de representações positivas para eles e corroborar com a construção e afirmação de uma identidade negra.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcio Mucedula. **“Raça” e Desigualdade**: as diversas interpretações sobre o papel da raça na construção da desigualdade social no Brasil. Tempo da Ciência: p. 115-133, 2008.

ALBERTI, Verena.; PEREIRA, Amilcar Araujo. As Articulações entre movimento negro e Estado: estratégias e experiências contemporâneas. In: GOMES, Angela C. (Org). **Direitos e cidadania**: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV, p. 93-113, 2007.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Mario Aquino; GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. **A crítica da gestão da diversidade nas organizações**. Revista de Administração de Empresas (RAE), São Paulo, v. 44, n. 3, p. 20-29, 2004.

AMARAL, Shirlena Campos de Souza. **O acesso do negro às instituições de ensino superior e a política de cotas: possibilidades e limites a partir do caso UENF**. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). 2006.

ANDREWS, George Reid. **O protesto político negro em São Paulo, 1888-1988**. Estudos Afro-Asiáticos, n. 21, p. 27 – 48, 1991.

ANDREWS, George Reid. Ação afirmativa: um modelo para o Brasil? In: SOUZA, J. (Org.). **Multiculturalismo e racismo**: uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 137-144.

AZEVEDO, Guilherme. **Raça, igualdade e trauma**: a função do direito na inclusão/exclusão dos negros na diferenciação social brasileira. Tese (Doutorado em Direito). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: 2016.

BAEZ, Narciso Leandro Xavier. **A construção histórica das ações afirmativas para afrodescendentes no Brasil**. Revista Brasileira de Direito, v. 13, n. 3, 2017, p. 1-13.

BARRETO, Paula Cristina da Silva; RIOS, Flavia; NEVES, Paulo Sérgio da Costa; SANTOS, Dyane Brito Reis. **A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019**. BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais, (94), 2021.12

BAYMA, Fátima. **Reflexões sobre a Constitucionalidade das Cotas Raciais em**

Universidades Públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós julgamento das cotas. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p. 325-346, abr./jun. 2012.

BENTO, Maria Aparecida Silva & CARONE, Iray (orgs.). **Psicologia Social do Racismo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERNARDINO, Joaze. **Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil**. Estud. afro-asiát., Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2020**. Brasília, DF: Inep, 2021.

BRUBAKER, Rogers. **Ethnicity without groups**. European Journal of Sociology / Archives Européennes De Sociologie, 43 (2), p. 163-189, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 9ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CAMILLOTO, Bruno; CAMILLOTO, Ludmilla. **Comissões de heteroidentificação racial: por quem os sinos deveriam dobrar?** Educ. Soc., Campinas, v. 43, e254673, p. 01-18, 2022.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

CARNOY, Martin; RHOTHEN, Diana. **What Does Globalization Mean for Educational Change? A Comparative Approach**. Comparative Education Review, v. 46 p. 1-9, 2002.

CARVALHO, Jose Jorge de. **Inclusão Étnica e Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. 2. ed. São Paulo: Attar Editorial, 2011.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color**. Stanford Law Review, Vol. 43, No. 6, p. 1241-1299, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos feministas. ANO 10, p. 171-188, 2002.

d'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**. Afro-Ásia, 19/20. p. 165-182, 1997.

DAMASCENA, Quecia Silva; MIRANDA, Eduardo Oliveira. **Caminhos Identitários: contribuições de Kabengele Munanga na construção da identidade negra positiva.** Rev. Hist. UEG-Porangatu, v.7, n.1, p. 145-155, jan./jun. 2018.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**, Rio de Janeiro, Ed. Guanabara. 1979.

DESLAURIERS, Jean Pierre; KÉRISIT, Michele. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DIANGELO, Robin. **White fragility: why it's so hard for white people to talk about racism**. Boston: Beacon Press, 2018.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>>. Acesso em: 16 Out 2022.

DUBAR, Claude. Classe e identidade: substituição ou mistura. In: BRASILIO, S.J.; SCHWARCZ, L. M; VIDAL, D; CATANI, A. (orgs.). **Identidades**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. p. 173-192.

DUTRA, Roberto. **Diferenciação da sociedade, desigualdade social e individualização: uma reinterpretação da tese de Ulrich Beck**. Lua Nova, São Paulo, 116: p. 197-228, 2022.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica; CAMPOS, Luiz. Augusto. **A ação afirmativa no ensino superior brasileiro**. Rio de Janeiro: UERJ/IESP, (Levantamento das Políticas de Ação Afirmativa – GEMAA), 2011.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, José. **A Ideologia do Multiculturalismo**. ResPublica: Revista Lusófona de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais, n. 10, p. 73-95, 2010.

FERNANDES, Otair. **O conceito de hegemonia na luta contra o racismo no Brasil: a função dos Neabs**. [SYN]THESIS Cadernos do Centro de Ciências Sociais da UERJ, 2014.

FRASER, Nancy. **A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento**

e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 7-20, 2002.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** São Paulo: Lua Nova, 2007.

FRASER, Nancy. **The end of progressive neoliberalism.** *Dissent Magazine*, 2 jan. 2017. Disponível em: <https://www.dissentmagazine.org/online_articles/progressive-neoliberalismreactio-nary-populism-nancy-fraser>. Acesso em: 09 jan 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala.** 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

FUKUYAMA, Francis. **Identity: The Demand for Dignity and the Politics of Resentment.** Farrar, Straus and Giroux, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. São Paulo: Editora LTC, 2004.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: O Direito Como Instrumento de Transformação Social. A Experiência dos EUA.** São Paulo: Renovar, 2001. 444 p.

GOMES, Joaquim Barbosa. **As Ações Afirmativas e os Processos de Promoção da Igualdade Efetiva.** Seminário Internacional As Minorias e o Direito, Série Cadernos do CEJ, vol. 24, editora UNB, 2003.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e direitos humanos na educação: desafios para a inclusão social. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; NASCIMENTO, Elisa Larkin (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 51-64.

GOMES, Nilma Lino. **Sem Título.** Educação em Revista, Belo Horizonte, set. de 2000.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Ricardo Henriques. (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03.** ed. Brasília: SECAD/MEC, p. 39-62, 2005.

GOMES, Nilma. Lino. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça.** Educação & Sociedade, v. 33, n. Educ. Soc., 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** 2a. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas experiências.** Currículo sem Fronteiras, 17(2), p. 208-226, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: RJ, Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Ciências Sociais Hoje, São Paulo, Cortez Editora, 1984.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2016.

GROFF, P. V.; PAGEL, R. **Multiculturalismo**: Direitos das minorias na era da globalização. Revista USCS – Direito, ano X, n. 16 – jan./jun. 2009.

GUERRINI, Daniel *et al.* Acesso e democratização do ensino superior com a Lei nº 12.711/2012: o câmpus de Londrina da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Rev. bras. Estud. pedagóg., Brasília, v. 99, n. 251, p. 17-36, 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. ; RIOS, Flavia; SOTERO, Edilza. **Coletivos negros e novas identidades raciais**. v. 39, n. Novos estud. CEBRAP, p. 309–327, 2020.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Editora 34, 1999.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Democracia racial**: o ideal, o pacto e o mito. Estudos Sociológicos, São Paulo, v. XX, n.61, p. 147-162, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950**. Afro-Ásia, Salvador, n. 29-30, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, A.O.; SANSONE, L. (orgs.). **Raça**: novas perspectivas antropológicas [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008.

HAIDER, Asad. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. Tradução de Leo Vinícius Liberato. – São Paulo: Veneta, 2019

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HARRIS, Trudier. **“Pigmentocracy.”** Freedom’s Story, TeacherServe©. National Humanities Center. Acesso em 11 Out 2022. Disponível em: <<http://nationalhumanitiescenter.org/tserve/freedom/1865-1917/essays/pigmentocracy.htm>>.

HERINGER, Rosana. **Educação superior no Brasil contemporâneo**: estudos sobre acesso, democratização e Desigualdades. 1a. edição. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ, 2018.

HONNETH, Axel. **Luta pelo reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Rio de Janeiro: Editora 34. 2003.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: PNAD: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 1976.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Características étnico-raciais da população**: classificações e identidades. 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101726_informativo.pdf. Acesso em: 01 mar. 2023.

LADEIRA, Mariana Rosa Alves; SILVA, Hilda Maria Gonçalves da. **(Des)caminhos do sistema brasileiro de cotas universitárias**. Temporalis, Brasília (DF) n. 35, jan./jun. 2018.

LILLA, Mark. **O progressista de ontem e do amanhã**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

LIMA, Márcia; CAMPOS, Luiz Augusto. **Inclusão racial no ensino superior**: Impactos, consequências e desafios. Novos Estud. Cebrap: São Paulo, v. 39, n. 02. p. 245-254, 2020.

MAIA, Andrea Paula Rego. **Ensino de geografia e multiculturalidade**: estudo sobre a prática pedagógica em escolas de ensino médio de Pau dos Ferros. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. (Dissertação) Mestrado em Ensino. 2017.

MANZINI, Eduardo José. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. Revista Percurso, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Ucitec, 10ª edição, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais).

MOEHLECKE, Sabrina. Propostas de ações afirmativas para o acesso da população negra ao ensino superior no Brasil: experiências e debates. In: PROGRAMA A COR DA BAHIA. **A Educação e os afro-brasileiros**. Salvador: UFBA; Ford Foundation; Novos Toques, 2000, p.167-181.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa**: História e debates no Brasil. Cad. Pesqui. 2002, n.117, p.197-217.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa no ensino superior**: entre a excelência e a justiça racial. *Educ. Soc.* 2004, vol.25, n.88, p.757-776.

MOEHLECKE, Sabrina. **As políticas de diversidade na educação no governo Lula**. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 137, p. 461-487, 2009.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa no Brasil**: um histórico do seu processo de construção. In: FONSECA, Marcus Vinicius. BARROS, Surya Aaronovich Pombo. (Org.). *A história da educação dos negros no Brasil*. 1ed.Niterói: UFF, 2016.

MOURA, Clóvis. **O Negro**: de bom escravo a mau cidadão?. Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. 5ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi / Fundação Maurício Grabois, 2014.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Disponível em <http://marxismo21.org/clovis-moura-marxismo-e-questao-racial>. Acesso em: 21 ago. 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Annablume, 1986.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. **Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Ed. EDUFF, Rio de Janeiro, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **O mundo e a diversidade**: questões em debate. *Estudos Avançados*, v. 36, 2022.

MUNIZ, Jerônimo Oliveira; PORTO, Nathália; FUKS, Mario. **Groupness racial e flutuações atitudinais de pardos entre fronteiras simbólicas e sociais**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, n. 101, p. 01-30, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NEVILLE, Helen A.; WORTHINGTON, Roger L.; SPANIERMAN, Lisa B. **Race, power, and multicultural counseling psychology**: Understanding white privilege and color-blind racial attitudes. In: J. G. Ponterotto, J. M. Casas, L. A. Suzuki, & C. M. Alexander (Eds.), *Handbook of multicultural counseling*. 2001.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetinga. São Paulo: EDUSP, 1998.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem**: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social* [online], v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007. Acesso em 13 Ago 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>>.

OLIVEIRA, Idalina Maria do Amaral. **A ideologia do branqueamento na sociedade brasileira**. Santo Antônio do Paraíso: Universidade Estadual do Norte do Paraná, 2008.

OLIVEIRA FILHO, Pedro. **A mobilização do discurso da democracia racial no combate às cotas para afrodescendentes**. *Estudos de Psicologia (Campinas)* [online]. v. 26, n. 4, p. 429-436, 2009. Acesso em 27 out 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2009000400003>>.

PINHO, Osmundo de Araujo. **A formação do vínculo raça e classe em Salvador**. *Teoria e Pesquisa*, v. 1, n. 42, p. 161-197, 2003.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas na perspectiva dos direitos humanos**. *Cadernos de Pesquisa*. v. 35, n.124, p. 43-55, jan/abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0435124.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

QUIJANO, Aníbal. **¡Qué tal raza!**. *Revista del CESLA*, [S.l.], n. 1, nov. 2000, p. 192-200. ISSN2081-1160. Disponível em: <<http://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/379>>. Acesso em: 17 jun 2023.

REIS, Fábio Wanderley. **Democracia Racial e Ação Afirmativa**. *Econômica*, v. 6, n. 1, junho, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Elisa Maria Barbosa de Amorim *et al.* **A convivência entre estudantes cotistas e não cotistas na Universidade Federal da Bahia**. XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU. Florianópolis – Santa Catarina, 2014.

ROCHA, Emerson Ferreira. **Riqueza e status entre mulheres negras no Brasil**. *Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 1*, 2017.

SALES JR., Ronaldo L. **Raça e justiça**: o mito da democracia racial e racismo institucional no fluxo de justiça. Recife, UFPE, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 79, p. 71-94, 2010.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais, 2013.

SANTOS, Karina da Silva *et al.*. **O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25, p. 655-664, 2020.

SARMENTO, D.; IKAWA, D.; PIOVESAN, F. **Igualdade, direitos sociais e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Sim, nós somos racistas**: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), p. 83-94, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; VAREJÃO, Adriana. **Pérola imperfeita**: A história e as histórias na obra de Adriana Varejão. Rio de Janeiro: Cobogó, 2014.

SILVA, Martiniano José da. **Racismo à Brasileira**: Raízes Históricas - Um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil. 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

SILVA, Verônica de Souza. **Jovens negros no Colégio Pedro II**: ações afirmativas e identificação racial. Dissertação. (Mestrado em Educação) - UERJ, 2015.

SILVA, Maria José Albuquerque da; BRANDIM, Maria Rejane Lima. **Multiculturalismo e educação**: em defesa da diversidade cultural. *Diversa*, Ano I, n. 1, p. 51-66, Jan./Jun. 2008.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ações Afirmativas e Diversidade Étnico-Racial. In: SANTOS, Sales Augusto dos. Org. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: MEC, 2005.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: Moraes Filho, Evaristo (org.). **Sociologia**, São Paulo, Ática, 1983.

SITO, Luanda. **Disputas e diálogos em torno do conceito de "ações afirmativas" para o ensino superior no Brasil**. *Universitas Humanística*, Bogotá, n.77, p. 251-273, jan./jun. 2014.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Preto no Branco**: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2 ed. 1976.

SOUZA, Élide Cristina de; SILVA, Ana Maria da. **A interdisciplinaridade nas ciências humanas**: limites e possibilidades. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 10., 2012, Brasília. Anais... Brasília: Universidade de Brasília, 2012

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. LeYa, 2015.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, Thaíssa Bispo; BORGES, Eduardo Henrique Narciso. **A estigmatização de cotistas como efeito não pretendido da implementação da política pública de cotas.** Revista de Administração Educacional, [S.l.], v. 11, n. 1, p. 126-142, set. 2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Sim, nós somos racistas:** estudo psicossocial da branquitude paulistana. Psicologia e sociedade, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1999.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa:** um debate em aberto. Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, 2014.

WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo.** [Tradução José Marcos Mariani de Macedo]. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WERNECK, V. R. **Uma avaliação sobre a relação multiculturalismo e educação.** Ensaio. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 60, p. 413-436, jul./set. 2008.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença:** uma introdução teórica e conceitual. Petrópolis: Vozes, 2000.